

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler • Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor • Professor Doutor Padre Luís Henrique Eloy e Silva

Chefe de Gabinete do Reitor • Professor Doutor Guilherme Coelho Colen

Pró-reitores e Graduação • Prof. Eugênio Batista Leite (Graduação) - Professor Doutor Sérgio de Moraes Hanriot (Pesquisa e de Pós-graduação) - Professora Doutora Carolina Costa Resende (Extensão) - Professor Paulo Sérgio Gontijo do Carmo (Gestão Financeira) - Professor Rômulo Albertini Rigueira (Logística e Infraestrutura) - Professor Sérgio Silveira Martins (Recursos Humanos)

Secretário de Comunicação • Professor Doutor Mozahir Salomão Bruck

Secretário de Cultura e Assuntos Comunitários • Professor Doutor Jorge Sündermann

Secretária Geral e Consultora Jurídica • Professora Doutora Anne Shirley de Oliveira Rezende Martins

Secretário Planejamento e Desenvolvimento Institucional • Professor Doutor Marcos André Kutova

EDITORA PUC MINAS

Diretora • Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Coordenador Editorial • Javier Alberto Vadell

Apoio aos periódicos • Alda Verônica G. de Miranda (Setor de Periódicos da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi), Magali Rezende Gouvêa Meireles (ICEI - Instituto de Ciências Exatas e Informática), Raquel Guimarães (Scripta)

Conselho editorial • Edil Carvalho Guedes Filho (ICEG), Eliane Scheid Gazire (ICH), Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros (PROEX), Flávio de Jesus Resende (ICEI), Rodrigo Coppe Caldeira (IFT), Leonardo César Souza Ramos (ICS), Lucas de Alvarenga Gontijo (FMD), Alberico Alves da Silva Filho (PROGRAD), Márcia Stengel (FAPSI), Rodrigo Villamarim Soares (ICBS), Conrado Moreira Mendes (FCA), Pedro Paiva Brito (IPUC), Sérgio de Moraes Hanriot (PROPPG)

Contato:

Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • Coração Eucarístico • 30535-630 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

Tel.: (31) 3319.9904 • e-mail: editora@pucminas.br

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Chefe • Mário Lucio Pereira Junior

Colegiado • Sergio de Lima Saraiva Júnior, Iracema Generoso de Abreu Behring, Fernando Pacheco Nascimento

CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

Coordenação editorial • Laura Fonseca de Castro.

Assistente editorial • Clara Maciel Canan Naves Moura

Conselho Editorial Científico • Laura Fonseca de Castro (PUC Minas), Rodrigo Espinha Baeta (Universidade Federal da Bahia), Diogo Ribeiro Carvalho (PUC Minas), Lucia Karine de Almeida (PUC Minas), Manoel Teixeira Azevedo Junior (PUC Minas), Gabriela Pires Machado (PUC Minas), Liszt Vianna Neto (PUC Minas), Antônio Carlos Dutra Grillo (PUC Minas), Iracema Generoso de Abreu Behring (PUC Minas), Maria Beatriz de Castro Silva (PUC Minas), Ulisses Vanucci Lins (IPHAN).

Projeto gráfico • Antonio Carlos Dutra Grillo / Leila Freitas Villela / Yuri Castro Bonanno / Geórgia Côrtes Vieira.

Diagramação • Clara Maciel Canan Naves Moura.

Capa • Laura Fonseca de Castro

Imagens da capa • Brastock <https://www.shutterstock.com/g/MoviaFilmes>

Revisão • Jurandy Wesley de Jesus Oliveira.

Contato • E-mail: cadernos.au@pucminas.br - Endereço: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas • PUC Minas - Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Av. Dom José Gaspar 500 Prédio 47 sala 227 - Bairro Coração Eucarístico - 30535-901 - Belo Horizonte - MG - Minas Gerais - Brasil

Doações e permutas • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi / Setor de Periódicos - Av. Dom José Gaspar, 500 Prédio 26 - Bairro Coração Eucarístico - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil - Tel/Fax: (0xx31) 3319 4175 - e-mail: bibpe@pucminas.br

CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

Versão digital

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>

Produção

Os Cadernos de Arquitetura e Urbanismo são produzidos desde 1993 pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas.

Linha editorial

Os Cadernos são dedicados à divulgação de trabalhos técnico-científicos relacionados à área de Arquitetura e Urbanismo, especialmente os vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O periódico adota uma política de qualidade e diversidade temática. São publicados artigos resultantes de projetos de pesquisa decorrentes de dissertações de mestrado e teses de doutorado, relacionados ao ensino da Arquitetura e Urbanismo, artigos de revisão e entrevistas. Esporadicamente, publica números temáticos, organizados com base em eventos, atividades específicas de ensino, extensão e pesquisa ou temas comuns aos trabalhos aceitos.

Público-alvo

O público se caracteriza por profissionais e estudantes da área de Arquitetura e Urbanismo e também, dada a característica multidisciplinar desse campo do saber, por aqueles de áreas correlatas, como Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Engenharia Civil entre outras.

Estrutura editorial

A seleção de trabalhos observa criteriosa tramitação, envolvendo processo contínuo de recebimento de artigos, avaliação às cegas por um corpo de pareceristas altamente qualificado, com submissão a, pelo menos, dois pareceristas, retorno aos autores, revisão de normalização e de linguagem, e verificação final pelos autores. Todo o processo editorial é gerenciado por meio da plataforma e workflow Open Journal Systems (OJS/PKP) no portal dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo.

Indexadores

O periódico está indexado nas bases: ICAP – Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>) e Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (<http://www.latindex.unam.mx/>). Periódico preservado pela Rede Cariniana / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (<http://cariniana.ibict.br>). Periódico participante da Base Oasis / Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (<http://oasisbr.ibict.br>). Periódico cadastrado no CCN (Catálogo Coletivo Nacional), sob o nº 091873-3.

Visibilidade

Os acessos via portal eletrônico são monitorados pelo Google Analytics, que registra milhares de acessos mensais, provenientes de dezenas de países de todos os continentes.

Submissão de trabalhos / normas de apresentação

A submissão de trabalhos é feita por meio do Portal Eletrônico dos Cadernos, em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo/about/submissions#onlineSubmissions>, onde estão disponíveis, também em inglês e espanhol, as normas para a apresentação de trabalhos.

Qualis / CAPES

Classificação B1



Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

volume 29, número 43

1^o semestre de 2022

ISSN 2316-1752 (versão eletrônica)

ISSN 1413-2095 (versão impressa)

C122 Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. – v.1, n.1 (abr.. 1993-). –
Belo Horizonte: PUC Minas, 1993- .
v.

Anual até 2007

ISSN 2316-1752 - versão eletrônica em 2003

ISSN 1413-2095 - versão impressa até 2013

1. Arquitetura - Periódicos. 2. Planejamento urbano - Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

CDU: 72(05)

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito - CRB 6/2999

SUMÁRIO

Apresentação 12

LAURA FONSECA DE CASTRO

É da humanidade, mas não da comunidade: apontamentos sobre a institucionalização do Patrimônio Cultural em Mariana, Minas Gerais (1938-1967) 17

GABRIEL LUZ DE OLIVEIRA

FOR HUMANITY, BUT NOT THE COMMUNITY: INSIGHTS ON THE INSTITUTIONALIZATION OF THE CULTURAL HERITAGE OF MARIANA MINAS GERAIS (1938-1967)

ES DE LA HUMANIDAD, PERO NO DE LA COMUNIDAD: NOTAS SOBRE LA INSTITUCIONALIZACIÓN DEL PATRIMONIO CULTURAL EN MARIANA, MINAS GERAIS (1938-1967)

O turismo e a organização do território em Diamantina - MG 52

NOARA SILVA RABELO

ÍTALO ITAMAR CAIXEIRO STEPHAN

TERESA CRISTINA DE ALMEIDA FARIA

TOURISM AND THE ORGANIZATION OF THE SPACE IN DIAMANTINA - MG

LA ORGANIZACIÓN DEL TERRITORIO POR TURISMO EN DIAMANTINA - MG

Os interesses antagônicos de planejamento vinculados ao Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates 84

BRENDA MELO BERNARDES
RAQUEL GARCIA GONÇALVES

THE ANTAGONISTIC INTERESTS IN THE PLANNING OF THE SPECIAL HERITAGE AREA OF LAGOINHA, BOMFIM AND CARLOS PRATES

INTERESES DE PLANIFICACIÓN ANTAGÓNICA VINCULADOS AL CONJUNTO URBANO LAGOINHA, BONFIM Y CARLOS PRATES

A racionalização da terra na fundação urbana no século XX 123

CAROLINE DE MELO ALMEIDA
CLAUDIO GHIRARDELLO

THE RATIONALIZATION OF LAND IN URBAN FOUNDATIONS IN THE 20th CENTURY

LA RACIONALIZACIÓN DEL SUELO EN LAS FUNDACIONES URBANAS EN EL SIGLO XX

O Programa Minha Casa, Meu Maranhão: dignidade ou invisibilidade? 153

AMANDA MARQUES GOMES

"MINHA CASA, MEU MARANHÃO": DIGNITY OR INVISIBILITY?

"MINHA CASA, MEU MARANHÃO": DIGNIDAD O INVISIBILIDAD?

Arquitetura com terra: sustentabilidade e beleza 188

MAYARA CHRISTY TAVARES DE LIMA

JOSÉ ROBERTO MERLIN

EARTH ARCHITECTURE: SUSTAINABILITY AND BEAUTY

ARQUITECTURA con tierra: SOSTENIBILIDAD Y BELLEZA

A política patrimonial e as comunidades quilombolas no Vale Médio do Rio São Francisco - MG 234

AMARO SÉRGIO MARQUES

BRENDA MELO BERNARDES

ALESSANDRO BORSAGLI

THE HERITAGE POLICY AND THE QUILOMBOLA COMMUNITIES AT THE SÃO FRANCISCO RIVER IN MINAS GERAIS - BRAZIL

POLÍTICA PATRIMONIAL Y COMUNIDADES QUILOMBOLA EN EL VALLE DE RIO SÃO FRANCISCO - MG

Os Arturos e a preservação da identidade territorial 273

GABRIELLE LORRANE VAZ HENRIQUE

THE ARTUROS AND THE PRESERVATION OF TERRITORIAL IDENTITY

LOS ARTUROS Y LA PRESERVACIÓN DE LA IDENTIDAD TERRITORIAL

Normas para Apresentação de Trabalhos 310

APRESENTAÇÃO

Laura Fonseca de Castro

Esta edição temática dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo propõe uma discussão ampliada de abordagens contemporâneas acerca do patrimônio cultural no Brasil e do que se configura como um lugar de memória. Os textos perpassam questões que atravessam marcos do patrimônio cultural, transformações históricas e de políticas públicas de cidades brasileiras, técnicas vernaculares de construção e modos de vida em comunidades tradicionais. Assim, os lugares de memória são entendidos como urbanidades que se tornam fundamentais para o reconhecimento coletivo de narrativas históricas, culturais e sociais.

A proposta para o tema surgiu na ocasião do seminário "Lugares de Memória: representações, território e patrimônio cultural insurgente" que aconteceu em formato on-line nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2021. Este evento foi proposto pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas em parceria com a Especialização em Conservação e Gestão do Patrimônio Cultural (IEC/PUC Minas) e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), sob a organização dos professores doutores Gabriela Pires Machado (Arquitetura e Urbanismo/ PUC Minas), Diogo Ribeiro de Carvalho (Arquitetura e Urbanismo/ PUC Minas), Liszt Vianna Neto (IEC/PUC Minas)

e Raul Amaro de Oliveira Lanari (IEC/PUC Minas). Ao longo do evento, foram discutidos atravessamentos entre as territorialidades e seus diferentes modos de vida, as memórias difíceis relacionadas a políticas de compensação e, por fim, as relações conflituosas entre as narrativas hegemônicas e o patrimônio cultural insurgente.

A ênfase deste número recai na importância política de se legitimar práticas culturais, representações e expressões coletivas ligadas às diferentes identidades socioterritoriais. Por mais que o objeto de estudo da Arquitetura e do Urbanismo sejam os ambientes construídos, que são eminentemente materiais, o entendimento acerca do patrimônio imaterial se revela fundamental para o reconhecimento da memória e para o desenvolvimento dos meios de preservá-la. Além de serem testemunhos históricos de situações compartilhadas por agentes produtores do espaço, as abordagens aqui presentes têm a vocação de servir de centelha para novas práticas sustentáveis da arquitetura contemporânea, ressaltando a importância de equilibrar tradição e inovação nos âmbitos sociais, técnicos, políticos, econômicos e culturais.

Em um intrincado mosaico de temas que convergem e se entrelaçam, esta edição dos Cadernos pode ser lida em cinco momentos. O primeiro é composto pelos

artigos "É da humanidade, mas não da comunidade: apontamentos sobre a institucionalização do Patrimônio Cultural em Minas Gerais (1938-1967)", "O turismo e a organização do território em Diamantina - MG" e "Os interesses antagônicos de planejamento vinculados ao Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates". Esses textos exploram a complexidade da política patrimonial imposta de cima para baixo e seus efeitos autoritários, cujas contradições se manifestam em formas de segregação quando aplicadas em escalas locais. Os autores mergulham nas tensões que permeiam a preservação do patrimônio cultural e as políticas públicas de cidades de Minas Gerais, expondo as dificuldades que emergem quando a política patrimonial é considerada em contextos urbanos específicos.

O olhar sobre as transformações de contextos urbanos se articula com o segundo momento de leitura deste número. O artigo intitulado "A racionalização da terra na fundação urbana do século XX" apresenta e analisa a história da formação de Martinópolis - SP, demonstrando o impacto dos fatores legislativos e institucionais promulgados ao longo do século XIX em escala federal que afetaram diretamente os processos de urbanização das cidades médias.

Ainda em um contexto de modernidade urbana, o terceiro momento elabora uma crítica deste modelo de pensamento ao tratar das políticas de habitação coletiva. O problema de pesquisa do artigo "O Programa Minha Casa, Meu Maranhão: dignidade ou invisibilidade?" parte do esquecimento sistemático de técnicas construtivas vernáculas, típicas de contextos rurais, em experiências heterônomas de moradia popular financiadas pelo Estado.

O quarto momento dá continuidade à discussão acerca de técnicas construtivas vernaculares, mas agora sob a perspectiva da sustentabilidade e da plasticidade formal. O artigo "Arquitetura com terra: sustentabilidade e beleza" dá relevo às soluções construtivas tradicionais que se hoje se apresentam como alternativas inovadoras e ecológicas capazes de congregiar pessoas durante o momento de construir.

O quinto e último momento da leitura traz dois artigos que conduzem o leitor às comunidades quilombolas, onde a legitimação dos saberes ancestrais é colocada em foco. Em "A política patrimonial e as comunidades quilombolas no Vale Médio do Rio São Francisco - MG" e "Os Arturos e a preservação da identidade territorial", a análise crítica das políticas patrimoniais aplicadas a esses territórios singulares revela os desafios relacionados ao apagamento das tradições negras trazidas pelos

africanos ao Brasil. Esses artigos questionam a eficácia das políticas públicas generalistas de viés moderno e colonizador, destacando a necessidade de abordagens sensíveis e inclusivas em relação ao direito étnico ao território.

Assim, este número dos Cadernos não apenas examina a política patrimonial em diversas escalas, mas também traça conexões entre a cultura, as transformações urbanas, a habitação coletiva, as técnicas vernaculares sustentáveis e a preservação dos saberes ancestrais. Ao fazê-lo, o leitor é convidado a mergulhar em uma análise transdisciplinar, proporcionando uma compreensão mais profunda da conexão dinâmica entre passado, presente e futuro nas paisagens urbanas.

Os Cadernos de Arquitetura e Urbanismo contribuem para ampliar o debate sobre os muitos lugares de memória possíveis com o objetivo de promover práticas sustentáveis e socialmente responsáveis. O reconhecimento da complexidade de relações entre o material e o imaterial na construção das identidades locais e na preservação das histórias e culturas se revela incontornável sob este viés. Ao integrar diferentes perspectivas teóricas, busca-se apresentar novas práticas para profissionais, pesquisadores e gestores envolvidos na produção e experiência cotidianas desses espaços.

É DA HUMANIDADE, MAS NÃO DA COMUNIDADE: APONTAMENTOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MARIANA, MINAS GERAIS (1938- 1967)¹

Gabriel Luz de Oliveira²

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p17-51

Resumo

As operações de patrimonialização de contextos urbanos levadas a cabo nos anos finais da década de 1930 no Brasil foram um empreendimento inédito. Elas transformaram, inicialmente, as velhas urbes mineiras em objetos idealizados de uma prática de conservação voltada à manutenção da homogeneidade de seus espaços urbanos. Essa nova dinâmica provocou, ao longo dos anos, novos processos de reprodução dessas cidades que interferiram em práticas socioespaciais, transformando os vínculos entre os moradores e seu território. O artigo que ora se apresenta tratará de aspectos relativos à conversão de Mariana, Minas Gerais, em cidade-patrimônio. Além das ações de caráter centralizador e impositivo que marcaram a atuação dos órgãos e de agentes do campo do

¹ Este artigo toma por base a investigação concluída no mestrado pelo autor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação de Marco Antonio Silveira.

² Graduado (2018) e mestre em História (2020) pela Universidade Federal de Ouro Preto. Doutorando em História pela referida instituição de ensino desde 2020.

patrimônio cultural, bem como a sua relação com a municipalidade, já bastante analisadas, buscaremos evidenciar como a própria comunidade operava nessa complexa conjuntura.

Palavras-chave: IPHAN; patrimônio cultural; cidades históricas.

Abstract

The process of nominating urban cultural sites in the late 1930s in Brazil was a novelty. It initially transformed the old towns of Minas Gerais into idealized objects within a conservation practice whose aim was to maintain the homogeneity of urban spaces. This new development eventually led to new reproduction processes for those towns that had interfered in their socio-spatial practices, transforming the relationship between their inhabitants and territory. This paper investigates issues related to the transformation of Mariana, Minas Gerais, into a heritage-city. Besides the centralizing and authoritative actions that defined how cultural heritage institutions and agents' actions and relationship with the municipality, which have already been extensively analyzed, we also show how the community itself worked within this complex scenario.

Keywords: IPHAN; cultural heritage; historical towns.

Resumen

Las operaciones de patrimonialización de contextos urbanos, llevadas a cabo durante los últimos años de la década de 1930 en Brasil, fueron una iniciativa inédita. Ellas transformaron, inicialmente, a las viejas urbes mineras en objetos idealizados de una práctica de conservación volcada hacia el mantenimiento de la homogeneidad de sus espacios urbanos. Esa nueva dinámica provocó, con los años, nuevos procesos de reproducción en esas ciudades, los cuales interfirieron en sus prácticas socioespaciales, transformando los vínculos entre los habitantes y su territorio. El artículo que ahora se presenta abordará aspectos relativos a la conversión de Mariana, Minas Gerais, en ciudad patrimonio. Además de las

acciones de carácter centralizador e impositivo que definieron la actuación de los órganos y agentes en el ámbito del patrimonio cultural, así como su relación con la municipalidad, ya bastante analizadas, buscaremos poner en evidencia cómo la propia comunidad operaba dentro de esa compleja coyuntura.

Palabras-clave: IPHAN; patrimonio cultural; ciudades históricas.

INTRODUÇÃO

Mariana é um símbolo no Brasil. Em sua marcha vertiginosa através dos tempos, o progresso detém-se, assombrado, diante da tradição que olha para o passado. Marianna vive espiritualmente a vida da colônia dentro do Brasil do século vinte. A locomotiva que devora distâncias não faz calar com o seu rumor surdo de ferros entrechocados, o badalar dos sinos legendários. Mas Marianna ressurgue. Desperta. Interpretando os sentimentos dos seus munícipes assim falou o seu prefeito, dr. Josafá Macedo: “Mariana desperta, senhores, graças à benemerência do governo do Estado e ao patriotismo dos seus filhos; desperta da imaginação contemplativa, para a trepidação da vida moderna; e será grande economicamente, como já o é, pela sua cultura, pela sua fé, pela tradição, na sua história refarta de heroísmos” (MARIANA. HOJE, E COMO SEMPRE, ESTÁ DE PÉ PELA GRANDEZA E PELA GLÓRIA DO BRASIL, 1934).

As palavras de Josafá Macedo, prefeito de Mariana entre 1934 e 1943, apontam para um passado distante e glorioso ao mesmo tempo em que indicam referências e expressões da modernidade, esta que havia alterado radicalmente a paisagem dos grandes centros urbanos do país, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, mas que era também um objetivo perseguido pelas pequenas e médias cidades no interior do Brasil.

Diferentemente dessa narrativa, a cidade não detinha mais a centralidade econômica e política que lhe dera destaque no período colonial. Transformações estruturais importantes a deixaram à margem do eixo dinâmico da economia de Minas, equiparando-a com a maior parte dos municípios do estado, cuja população era fundamentalmente rural. Dados censitários da primeira metade do século XX apontam para certa estabilidade populacional na sede municipal, com números que variavam entre cinco e seis mil habitantes, bastante próximos, inclusive, dos números relativos aos séculos XVIII e XIX (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975).

Em termos espaciais e sociais, a cidade, por um lado, mantinha-se tradicional, ainda que marcada por preocupações higienistas, e, por outro, buscava se tornar moderna, aproximando-se dos modelos e planos de melhoramentos e embelezamentos fixados desde o último quartel do século XIX. A configuração espacial estruturada ao longo do século XVIII permanecia: a área central da mancha urbana, mais densamente povoada, delimitava-se por morros circundantes e por três cursos d'água – o Ribeirão do Carmo e os córregos do Catete e do Seminário – e se constituía por vias paralelas estendidas longitudinalmente interligadas por travessas.

Do ponto de vista urbanístico, esse traçado foi considerado um fenômeno singular no contexto da colonização em Minas Gerais. Apesar disso, longe de ser apenas obra dos desígnios dos reis de Portugal ou de planos e mapas – o que acabou por

lhe render a alcunha de primeira experiência de planejamento urbano na região –, sua forma foi o resultado de uma complexa conjuntura fundiária e de intervenções regularizadoras das autoridades metropolitanas portuguesas, embates entre variadas instâncias do poder civil e eclesiástico locais, bem como da própria população, especialmente por ocasião de sua elevação à categoria de cidade para receber a primeira diocese da capitania em 1745 (FONSECA, 1995, 2012; VELOSO, 2013).



Figura1 Sem título - 1930 e 1950, Mariana/MG³
Acervo particular de Márcio Eustáquio de Souza

³ Vista aérea da região mais densamente povoada da cidade.

Do ponto de vista social, a porção mais antiga da cidade era misturada: os edifícios reservados anteriormente às elites políticas e eclesiásticas, aos grandes proprietários e aos exploradores da mineração foram convertidos em moradias para pessoas das camadas médias e pobres, que, permanecendo ou migrando para a cidade, adaptaram e atribuíram novas funções a esses imóveis. A chamada “cidade nova” ou “zona moderna”, a jusante, na margem esquerda do Ribeirão do Carmo, onde foram instalados o ramal ferroviário (1914) e posteriormente a fábrica de tecidos “São José” (1934), tornou-se o primeiro eixo de expansão da cidade a romper com os espaços estabelecidos ao longo do século XVIII, excetuando-se, contudo, os núcleos do Rosário e do Monsus, cuja ocupação remonta ao ano de 1700. Como na vizinha Ouro Preto, o entorno da estação ferroviária se tornou o espaço para novas experimentações, a começar pela própria estação, na qual foram empregados novos materiais e vocabulários arquitetônicos (FISCHER, 1993; FONSECA, 1995; GRACINO JÚNIOR, 2007).

A INVENÇÃO DA CIDADE-PATRIMÔNIO

Apenas quatro anos após o discurso de Josafá Macedo, em 1938, o recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, 1937-1946)⁴ patrimonializou o espaço urbano da cidade⁵, com base numa interpretação modernista, segundo a qual as velhas urbes mineiras teriam sido o *locus* do nascimento identitário e cultural do Brasil. Essa leitura orientou, desde os anos finais da década de 1930, a construção de políticas públicas para salvaguarda do patrimônio cultural, bem como organizou todo esse campo no país (CHUVA, 2017; FONSECA, 2017; SANT'ANNA, 2014). Essas ações se concretizaram por intermédio de intelectuais reunidos em torno de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (1934-1945) de Getúlio Vargas. Ao longo da década de 1930 e nos trinta anos subsequentes, esse grupo trabalhou na construção de uma representação de nação moderna para o Brasil.

⁴ A instituição sofreu alterações na nomenclatura e na estrutura administrativa em cinco ocasiões. Ao longo do presente texto utilizaremos Iphan, a sigla mais conhecida, para facilitar a compreensão do leitor.

⁵ A cidade foi tombada em 14 de maio de 1938 – processo nº 069-T-38, inscrição nº 62, constando do Livro do Tombo de Belas Artes, v. 1, p. 12. Além disso, teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico elevado à condição de Monumento Nacional por meio do Decreto-Lei nº 7.713, de 6 de julho de 1945. Foram protegidos individualmente, entre 1938 e 1962, outros 21 bens materiais localizados no município.

[...] Nas letras e nas artes plásticas, Capanema procurou colocar-se acima das disputas políticas e ideológicas que agitavam o país. Assessorado por seu chefe de gabinete, o poeta Carlos Drummond de Andrade, cercou-se de uma equipe diversificada, integrada, entre outros, por Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade (MOREIRA, 2000, p. 14 *apud* BOMENY, 2001, p. 31).

O anteprojeto de estruturação do Iphan produzido por Mario de Andrade a pedido de Gustavo Capanema previa o levantamento e registro de manifestações culturais de natureza variada, e não apenas as formas já consagradas de patrimonialização praticadas na Europa. O poeta paulista teria sido também o responsável por recomendar ao ministro da Educação e Saúde o intelectual mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade para a direção da instituição, e a ele coube a redação final da legislação. A proposta de Mario de Andrade, tratada como marco da institucionalização da proteção do patrimônio no Brasil, foi pouco aproveitada na confecção da legislação (CHUVA, 2017; SANT'ANNA, 2014).

As bases teóricas e metodológicas que sustentaram os atos iniciais de proteção das cidades do chamado “ciclo do ouro” as abordavam sobretudo como expressões estéticas autênticas e excepcionais, obras de arte ligadas à cultura material

remanescente da América portuguesa no século XVIII. Essa perspectiva resultou numa prática de conservação voltada à manutenção de contextos urbanos complexos como objetos idealizados. O dispositivo do tombamento⁶ – instrumento jurídico usado inicialmente para reconhecer bens materiais como patrimônio cultural – foi adaptado à área urbana por analogia, pressupondo-se a equivalência entre bens isolados – como um edifício ou uma obra de arte – e cidades inteiras. Dessa forma, as múltiplas dimensões e práticas socioespaciais não foram contempladas pela legislação, provocando, desde o início da institucionalização das políticas de proteção do patrimônio no Brasil, um abismo entre a “cidade-patrimônio” e a “cidade-real” (MOTTA, 1987, 2002; SANT’ANNA, 2014, 2017).

Os intelectuais ligados à referida instituição, ao protegerem aspectos arquitetônicos e urbanísticos de determinadas cidades, visavam “[...] poupar certas configurações urbanas excepcionais como registro de memória e representação de uma tradição que empenhavam em construir” (SANT’ANNA, 2014, p. 165). Para eles, tais cidades “[...] estavam imersas em tal estado de estagnação econômica, que o seu

⁶ O tombamento é uma das formas de intervenção estatal na propriedade que a insere em um regime especial, do qual decorrem prerrogativas, obrigações e vedações aos proprietários e aos seus vizinhos, afetados em seu direito de uso em benefício da utilidade pública.

tombamento aparentemente em nada as abalaria, ao contrário, as resguardaria numa possível mudança de realidade” (SANT’ANNA, 2014, p. 165).

O Decreto-Lei 25/1937 – matriz da legislação brasileira construída com a finalidade de proteger os bens culturais no Brasil – estabeleceu a salvaguarda de “[...] sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937). Seu avanço em relação aos textos que o antecederam foi ter estabelecido a tutela do bem patrimonial sem que o Estado assumisse o ônus da conservação, uma vez que o dispositivo do tombamento estava desvinculado da desapropriação dos bens (SANT’ANNA, 2014).

O texto determinava que a conservação dos imóveis tombados cabia aos seus proprietários, e à autarquia federal competia a tarefa de fiscalizar e ter sob seu controle o registro das condições dos referidos bens. O dispositivo determinava que os proprietários deveriam ser notificados para manifestar sua aquiescência ou impugnação ao tombamento e que, nos casos comprovados de incapacidade financeira, as obras de conservação e restauro seriam executadas com recursos da União. Nos casos de reparos emergenciais, essas obras aconteceriam independentemente de comunicação prévia aos donos. Estavam previstas, ainda, multas para os casos de danos ou descaracterização dos bens, complementadas,

posteriormente, por sanções previstas no Código Penal de 1940 (CHUVA, 2017; FONSECA, 2017).

O marco legal não explicitava os procedimentos a serem adotados nos casos de tutela de uma cidade inteira. O entendimento vigente à época era o de que a responsabilidade recairia sob o poder municipal, considerando os efeitos de seus regulamentos e posturas, aos quais todos os habitantes da cidade estavam submetidos. (SANT'ANNA, 2014, 2017).

AS PRÁTICAS DO IPHAN NA “CIDADE DOS BISPOS”

Seguindo uma tendência adotada em todas as cidades-patrimônio de Minas Gerais, inicialmente, os projetos de conservação e restauro em Mariana estavam voltados fundamentalmente para a manutenção da suposta integridade das fachadas setecentistas das edificações e para a eliminação de elementos construtivos que destoassem do vocabulário de “pedra e cal” do período colonial. Dessa forma, o Iphan tentou estabelecer uma metodologia de trabalho na qual a municipalidade compartilharia com a instituição todas as questões relacionadas ao espaço urbano da cidade, suas edificações e equipamentos, submetendo-se, em última instância, às decisões exaradas por seu quadro técnico.

A instituição visava, prioritariamente, o controle dos aspectos formais do ambiente construído, desconsiderando a diversidade na composição da população residente, bem como as práticas cotidianas e a legislação municipal preexistentes. A sua atuação na cidade dependia, no entanto, de uma complexa teia de agentes do patrimônio lotados nas sedes da instituição em Minas e no Rio de Janeiro, além de seu diminuto quadro pessoal em Mariana; também dependia das relações estabelecidas por estes junto às instâncias de poder local e à população.

Os arquitetos e intelectuais ligados à instituição defendiam que as áreas de expansão, com edificações e equipamentos urbanos novos, deveriam ser constituídas em áreas independentes e afastadas do centro da cidade. Nas edificações não-residenciais de grande porte e destaque no conjunto urbano, como estabelecimentos de ensino, hotéis e edifícios da administração pública, o Iphan buscou negociar junto à municipalidade a execução de propostas com linguagem moderna produzidas por seus próprios arquitetos, nem sempre obtendo sucesso. Os casos de construções no centro eram ainda mais complexos e vistos como exceções: o entendimento corrente no período era o de que essas edificações deveriam ter como base o sistema e os materiais construtivos preexistentes, reproduzindo as características básicas do casario antigo, de forma que a solução final não fosse simples cópia, mas também não perturbasse a ambiência do local. A impossibilidade de aplicação em larga escala da arquitetura moderna, bem como

o desprezo destinado aos outros vocabulários arquitetônicos em voga no período, acabou generalizando essa regra, aplicada largamente em pedidos de licenciamento de obras em Mariana, fenômeno também verificado em outras cidades-patrimônio de Minas Gerais. (MOTTA, 1987; SANT'ANNA, 2014, 2017).

Por meio de seus ordenamentos jurídicos, a municipalidade também exercia influência sobre a percepção das áreas que deveriam ou não ser protegidas: das tentativas de modernização de todas os edifícios, expressas nas primeiras leis do século XX, passou-se, em meados da década de 1930, ao plano de distinção entre as duas partes da cidade divididas pelo Ribeirão do Carmo, consolidando-se, gradualmente, no âmbito local, uma visão de cidade-patrimônio associada apenas ao centro da cidade (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana; código 061; código 565). É possível que tal legislação reflita, em alguma medida, não apenas o resultado das ações do Iphan, mas também o acúmulo de reflexões locais sobre o tema e sobre o passado mineiro, entre as quais as do marianenses Diogo de Vasconcellos e seu sobrinho Salomão de Vasconcellos são um bom exemplo (PARRELA, 2014; VIEIRA, 2016).

Todavia, embora convergissem em alguns pontos, essa construção de sentidos para o patrimônio não era necessariamente compatível com a do Iphan. A concepção compartilhada na cidade estava, geralmente, vinculada aos bens isolados: casas

que supostamente teriam abrigado personalidades ligadas a eventos históricos considerados importantes, obras de arte e edifícios de caráter religioso. O espaço urbano, segundo a municipalidade e os moradores, carecia de programas de melhorias e reformas para alterar padrões urbanísticos velhos, vistos como obstáculo ao progresso e como expressão de modos de vida considerados antiquados (FISCHER, 1993).

Sendo a proposta de patrimonialização do Iphan mais abrangente, no decorrer do tempo, a autarquia federal teve de lidar justamente com a dificuldade de manter razoavelmente a distinção entre os dois espaços da cidade – o centro antigo e a zona moderna – e suas especificidades; o desejo de modernização, os usos cotidianos dos moradores e as necessidades práticas atropelavam as intenções de preservação do patrimônio e de sua vinculação a um projeto turístico. Esse quadro nos ajuda a compreender o cenário de atuação do Iphan ao longo dos trinta anos em que esteve sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a evidenciar as razões do fracasso das ações que valorizaram, sobretudo, atributos estéticos e estilísticos, ignorando as contradições e os conflitos desencadeados pelos processos políticos, econômicos e culturais na cidade.

EMBATES ENTRE MORADORES E O “PATRIMÔNIO”

Os documentos internos derivados das solicitações que partiam da cidade nos fornecem um quadro geral das práticas nela adotadas. Os principais instrumentos utilizados para que os servidores do Iphan tomassem ou endossassem as decisões sobre Mariana eram os inventários fotográficos, bem como os projetos técnicos solicitados aos interessados em realizar obras. Estes contavam, ainda, com as informações prestadas por representantes e colaboradores lotados em Mariana. A instituição desenvolveu um modelo próprio de requerimento adotado pelas prefeituras das cidades-patrimônio, no qual os moradores submeteriam pedidos de licença para a realização de obras.

Os servidores da instituição em Mariana tinham pouca autonomia apesar da proximidade com a população e seus problemas. As decisões sobre as intervenções mais importantes dependiam dos pareceres dos arquitetos lotados na sede do Iphan, no Rio de Janeiro. Essa centralização das ações garantia “[...] a permanência e o fluxo de informações sobre a atuação administrativa da agência estatizada, tendo sido uma maneira de regular e controlar a atuação de funcionários, além de acumular informações sistemáticas sobre as regionais [...]” (CHUVA, 2017, p. 295).

As correspondências trocadas entre membros do Iphan, autoridades locais e moradores demonstram a consolidação de uma prática: os pedidos de

licenciamento de obras endereçados à prefeitura e encaminhados por esta ao órgão federal passaram a ser devolvidos com intervenções que alteravam as fachadas e até mesmo o programa interno das edificações. Os membros da sede, alheios às práticas cotidianas e à conjuntura socioeconômica da cidade, ignoravam o fato de que em diversos casos, nos quais eles deploravam soluções arquitetônicas de projetos, inviabilizavam, também, tratativas e articulações locais, como a aquisição de terrenos, materiais e mão de obra que já estavam encaminhadas e que, em muitos episódios, haviam sido conquistadas “a duras penas”, especialmente quando essas iniciativas partiam dos grupos sociais mais pobres, cujas moradias frequentemente eram autoconstruídas.

As consequências dessa interferência inesperada foram resistência ou mesmo a recusa do cumprimento das determinações da instituição. Nas ocasiões em que a prefeitura ameaçava autorizar “a demolição ou modificação de prédios na parte urbana” ou “não mais dar obediência ao encarregado do serviço do Patrimônio”, o Iphan procurava reforçar que não tomava parte em questões político-partidárias locais e que todas as suas ações eram embasadas em princípios técnicos-científicos (CDI-Iphan/MG; caixa. 211, doc. 61). Em última instância, esgotadas as possibilidades de negociação, as ações consideradas danosas ao patrimônio eram judicializadas:

[...] as coisas aqui em Mariana correm de um modo que dá que falar e com razão. Somente alguns arranjam com certos empregados a proteção do Patrimônio. Posso provar até com atestado judicial que tenho necessidade de assistência dessa entidade mais do que muitos que foram beneficiados por ela. O que peço é de justiça e espero ser atendida conforme de direito [...] (CDI-Iphan/MG; caixa 271, doc. 269).

[...] Foi endereçado ofício número 57/56, de 30 de outubro último, referente a uma construção de casa de nossa propriedade, nesta cidade. Estranho a notificação, porque, não só estou fazendo o serviço de ordem da municipalidade, como também, o P. Histórico Nacional, nesta cidade, apenas serve para embarçar o serviço de construções, pois o seu representante [...], vive a fazer favores e construir barracões com o material do Patrimônio, enquanto nenhuma providência toma quanto as casas em ruínas. [...] Somente poderei atender as exigências da prefeitura, pois a ela devo obedecer, porque a planta de nossa casa, foi a ela exibida [...] (CDI-Iphan/MG; caixa 238, doc. 229).

Ao longo dos anos, a distribuição de recursos federais nas ações do Iphan na cidade suscitou polêmicas, levando os poderes municipais e os habitantes a denunciarem que a instituição federal realizava obras em edificações consideradas ordinárias ou que atuava em benefício de correlegionários políticos de seus colaboradores. Os velhos templos religiosos, grandes beneficiários das ações de conservação e

restauro ao longo dos anos, também receberam críticas similares nas correspondências endereçadas ao órgão federal:

[...] Aqui residem duas irmãs, [...] estas duas senhoras, possuem uma casa à rua da Olaria, adquirida de um velho chinês aqui residente. O Patrimônio Histórico iniciou os reparos do prédio e depois deixou o serviço ao meio alegando o engenheiro, falta de recursos. Entretanto, há instruções para iniciar as reformas na Sé Catedral [...]. Como estas duas senhoras não se encontram em condições de prosseguirem os serviços, teremos perdido o que já foi feito pelo Patrimônio, se este não autorizar o término dos reparos [...] (CDI-Iphan/MG; caixa 238, doc. 263).

Em muitas ocasiões era “indiferente que as fachadas fossem desta ou daquela forma” (CDI-Iphan/MG; cx. 238, pasta 02, docs. 246-247); importava, sobretudo, que as obras ocorressem com brevidade. Na visão dos moradores, as sutilezas estéticas tão caras aos modernistas eram secundárias, bem como as características de projetos que exibiam outros vocabulários diversos ao binômio tradicional/moderno, considerados perfeitamente adequados para os fins a que se destinavam. Também era difícil entender como determinadas alterações feitas com o propósito de dotar os imóveis de padrões atualizados de conforto e salubridade, ou apenas o aumento de suas dimensões, pudessem ser vistos como obstáculo à preservação do patrimônio, como é possível notar na correspondência de um

morador, cuja proposta de ampliação de sua moradia foi condicionada à alteração do telhado e das janelas da casa:

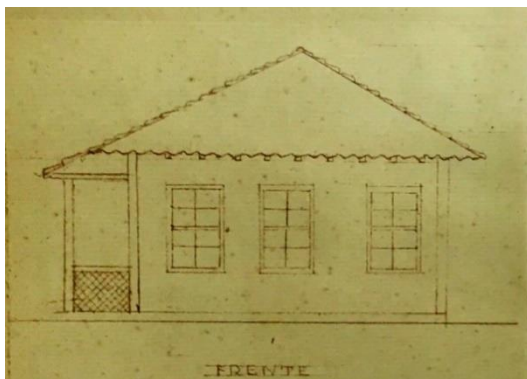
[...] Não me é possível modificar a minha casa de residência de acordo com a vossa ordem. [...] Fica caríssimo e não estou em condições de fazer tanto gasto, sou operário e luto com dificuldade. Quero apenas aumentar a minha casa por estar pequena para minha família, ficando a frente como está, somente em vez de ficar com duas janelas, fica com três [...] (CDI-Iphan/MG; caixa 273, doc. 14).



Figura 2

Rua Wenceslau Braz. Proprietário Aníbal Vidigal, n. d. (Mariana/MG)

Fonte: CDI-IPHAN/MG; série Logradouro; subsérie Rua Wenceslau Braz; cx. 273, doc. 19



P

Figura 3

Croqui 1: Frente. Escala 1:50, n. d. (Mariana/MG)

Fonte: CDI-IPHAN/MG; série Logradouro; subsérie Rua Wenceslau Braz; cx. 273, doc. 11

Isso não quer dizer que os moradores não elaborassem suas próprias significações culturais sobre o ambiente construído. Esse descompasso aponta para a complexidade e variedade dos critérios de valoração mobilizados por grupos sociais diversos. Na ótica do Iphan, a população passou a ser vista como um entrave aos seus objetivos, porque era considerada inculta, incapaz de reconhecer os valores estéticos, cognitivos e históricos atribuídos a Mariana. Já os moradores viam o órgão federal como antagonista dos interesses locais, acusando-o de inviabilizar o desenvolvimento da cidade.

A população pobre via na autarquia federal a possibilidade de efetuar reparos emergenciais em edificações antiquíssimas e, em muitos casos, com poucas condições de habitabilidade ou problemas estruturais complexos. Esses moradores expressavam que não dispunham de recursos financeiros e que, no caso da ruína do imóvel, não teriam condições de reconstruí-los ou repará-los através de técnicas e materiais tradicionais. A falta de verbas resultava em insistentes pedidos de auxílio e em uma sensação generalizada de injustiça e de incompreensão da parte dos servidores para os problemas vividos por moradores, como destacado nas cartas a seguir, enviadas por uma habitante do bairro São José:

[...] A abaixo assinada [...], viúva sem recursos financeiros, mãe de dez filhos menores, habitante da zona suburbana da cidade de Mariana, solicita de V.

Excia. Qualquer auxílio possível para o conserto do telhado e das paredes de sua casa, cujo orçamento é de quatro mil cruzeiros. Qualquer informe sobre minha pessoa e situação poderá ser dado pelo sr. Antônio Ferreira de Moraes, do P.H.A.N desta cidade de Mariana, Minas Gerais [...]. (CDI-Iphan/MG; caixa 238, doc. 179)

[...] Quero pela presente, lembrar-vos do pedido que fiz a vós pessoalmente, junto da Auxiliadora, a respeito do conserto da nossa casa. O senhor disse-me que em junho daria ordem para fazer o serviço; pois bem, esperei, mas vi que o senhor tem mil e muitos problemas para resolver e que talvez não lembrasse do pedido. Espero que o senhor atenda-me; [...] sendo possível, com 5.000,00 faremos todo o serviço [...]. (CDI-Iphan/MG; caixa 238, doc. 233)

[...] Tenho ainda em mãos aquele telegrama do sr. Autorizando 5,000,00 para o serviço em data de 8-10-55. Peça-lhe, se possível arranjar para mim a dita quantia; pois os caibros estão podres, os portais e janelas caindo, eu moro no deserto e não tenho recursos [...]. (CDI-Iphan/MG; caixa 238, doc. 243).

Em contrapartida, os representantes do Iphan alertavam que a condição de pobreza não era razão suficiente para que as normas da instituição e a legislação de proteção do patrimônio fossem desobedecidas. A instituição frequentemente ponderou que não era sua função assistir aos pobres:

[...] Não cabe a esta Repartição fornecer auxílio a particulares, por mais necessitados que estejam eles, assunto relativo a entidades assistenciais [...] nossas funções se limitam aos imóveis de maior interesse, cujos proprietários se acham impossibilitados de reparar e não apenas necessitados de recursos, que de um modo ou de outro, está a maioria da população brasileira. [...] Cada vez mais se amplia esta impressão de que nos cabe auxiliá-los, dilatando a limites imprevisíveis as nossas atribuições. Ora, se nas cidades não tombadas cada qual resolve seus problemas, não é justo que estes mesmos problemas, nas cidades tombadas, se transfiram inteiramente para a nossa responsabilidade [...] (CDI-Iphan/MG; cx. 238, doc. 202).

Não foram incomuns, todavia, situações em que pessoas de grupos sociais intermediários também solicitavam auxílios para reformar imóveis recém-adquiridos e casos em que autoridades locais procuravam interceder junto aos servidores da instituição para terceiros ou em benefício próprio. Nessas situações não ficava claro se os interessados realmente não poderiam executar as obras de conservação e restauro com recursos próprios, uma vez que os perfis socioeconômicos eram precariamente examinados em razão do diminuto quadro de funcionários da instituição:

Fiz negócio [...] comprando [...] a casa grande de sobrado sita à rua da Glória, nesta cidade. Entretanto, a

mesma precisa de consertos urgentes, principalmente no telhado. Pediria ao senhor interceder [...], no sentido de o Patrimônio Histórico fazer os consertos de praxe para mim. Gostaria de conservar a casa e quintal tal como estão [...]. (CDI-Iphan/MG; caixa 239, doc. 445).

[...] Atendendo ao ofício nº. 892, cumpre informar que, conforme o último tópico da carta endereçada [...] ao sr. Ministro da Educação, o que pretende é que esta repartição tome a iniciativa das obras em benefício do imóvel que adquiriu. Ocorre esclarecer que as dotações atribuídas ao conjunto de Mariana, no corrente exercício, já se acham comprometidas com reparos em algumas residências e no edifício da prefeitura local. Por outro lado, convirá ainda lembrar que os interesses do solicitante se prendem a investimento lucrativo (cômodo de comércio), que em parte não justifica a intervenção da Dpahn. Diligenciaremos, contudo, por verificar a possibilidade de auxiliar, no possível e dentro das limitações existentes, o empreendimento do sr. Nicanor [...] (CDI-Iphan/MG; caixa. 238, Pasta 01, doc. 269).

Não descartada a possibilidade de as relações interpessoais interferirem nas ações da instituição na cidade, talvez seja correto apontar para a complexa noção de homogeneidade estética dos contextos urbanos defendida por seus arquitetos e intelectuais. Seus critérios acabavam provocando situações em que determinados edifícios eram alvos de ações do Iphan, por sua localização ou por, em conjunto

com outras construções, constituírem a ambiência de determinados imóveis ou monumentos considerados mais importantes; enquanto outros, considerados de menor qualidade artística ou localizados em áreas afastadas, recebiam menor atenção, conforme demonstra a correspondência de um dos técnicos do Iphan em Minas ao responder um ofício de Sylvio de Vasconcellos, representante regional da instituição em Minas Gerais, Pio Porto de Menezes, técnico lotado em Ouro Preto, na qual explicitava os motivos pelos quais não havia atendido a solicitação de um morador de Mariana, mesmo reconhecendo o valor histórico da sua propriedade:

[...]Adotei, tanto em Mariana como para Ouro Preto, o critério de urgência, valor histórico, valor artístico, nos reparos no Conjunto arquitetônico. Em valor artístico ainda adoto o critério do valor da obra em si, por sua localização em logradouro público importante, e por proximidade com monumento [...]. Sou, entretanto, forçado a ceder preferência a outras casas cuja urgência do serviço ou maior valor artístico reclamam imediata atenção [...] (CDI-Iphan/MG; caixa. 271, Pasta 01, doc. 43).

O exame da documentação referente às três décadas em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente da instituição nos ajuda a compreender a inadequação das normas e dos dispositivos legais voltados à preservação dos contextos urbanos no Brasil. As práticas estabelecidas pelo Iphan não contaram com a participação efetiva da comunidade, e, no decorrer dos anos, resultaram no deslocamento da

população tradicional para as periferias e na manutenção de uma relação entre o órgão federal e os moradores marcada por conflitos.

As condições para que a autarquia federal legitimasse suas representações do patrimônio cultural e a legislação de proteção deste, apesar do esforço empreendido por meio das narrativas elaboradas pela própria instituição, estão intimamente relacionadas ao golpe que levou à instauração do Estado Novo (1937-1945) e não apenas ao esforço “heroico” dos intelectuais ligados à fundação do Iphan (CHUVA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 1967, data-limite do período abordado no presente artigo, o organograma legal brasileiro relativo à preservação do patrimônio cultural sofreu diversas alterações. A noção de patrimônio se ampliou, e as formas de proteção passaram a abarcar outras expressões culturais como resultado das tensões provocadas dentro do campo do patrimônio e em razão da atuação de vários grupos sociais que passaram a questionar a validade dessas ações de salvaguarda, o que atendeu, em certa medida, aos anseios dos sujeitos que se viam excluídos ou não representados nesse processo. Para Lia Motta (2002), no entanto, a seleção e as práticas de

preservação do patrimônio urbano engendradas pelo Iphan no período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente da instituição “influenciam até hoje as políticas públicas, no que se refere ao urbanismo, e o entendimento que as comunidades urbanas e os cidadãos têm sobre o valor das cidades como patrimônio” (MOTTA, 2002, p. 125):

[...] consolidou-se entre nós uma prática esquizofrênica, em que as novas diretrizes [...] parecem valer só para o patrimônio imaterial e as antigas [...], continuam em vigor nas ações relativas ao patrimônio material. Aí, continuamos a trabalhar como se o valor cultural fosse identificável exclusivamente a partir de certos traços intrinsecamente presentes nos bens. É deslocamento de significados, reificação, fetichização (MENESES, 2012, p. 34).

Há, na atualidade, uma enorme dificuldade de compreensão da paisagem urbana de Mariana. Se, por um lado, as porções de seus territórios convertidas em patrimônio cultural são lidas, de maneira geral, de modo positivo, como espaços onde se pode experienciar a cidade primitiva, por outro lado, as porções que se desenvolveram no período seguinte, especialmente a partir da década de 1960, aparecem como partes que não se “encaixam nesse cenário”. São difíceis de serem lidas, tendem a ser isoladas, aparecem apenas como consequências lamentáveis do atabalhado processo de transformação urbana do Brasil nos últimos 60 anos. Isso,

geralmente, na leitura dos viajantes. Os moradores da cidade, que enfrentaram os desafios diários de habitar esse tipo de espaço, certamente possuem interpretações distintas, geradas por décadas de relações conflituosas com os agentes do Estado incumbidos de operacionalizar a proteção do patrimônio cultural da cidade.

Enquanto Ouro Preto se firmava como um importante destino turístico e como expressão máxima do que tem sido chamado de “barroco mineiro”, o que culminou com seu reconhecimento como Patrimônio Mundial da Humanidade em 1980, Mariana foi ocupando um papel secundário no campo cultural, recebendo um fluxo residual de turistas, sendo a estrutura de suporte a essa atividade na cidade considerada insuficiente. Intenção deliberada ou consequência das injunções socioeconômicas ou políticas locais, o fato é que o “progresso” de Mariana, alardeado e perseguido ao longo das primeiras décadas do século XX, só foi conquistado através da exploração de minérios em escala industrial em meados dos anos 1970. A despeito dos lastimáveis impactos ambientais e sociais que essa atividade tem legado à sua população, a cidade alcançou projeção, como no período colonial, devido à atividade mineradora; houve uma nova corrida à região em busca de riqueza – que evidentemente não foi distribuída de maneira igualitária.

Não recusamos os valores atribuídos às velhas construções de Mariana, tampouco o árduo trabalho dos artífices da “fase heroica”, mas há que se reconhecer o

contexto autoritário em que suas políticas foram implementadas. No afã de (re)inventar uma tradição genuinamente brasileira, elegendo, para tanto, uma perspectiva predominantemente estético-estilística das conformações arquitetônicas e urbanísticas das velhas cidades mineiras, acabaram ignorando que o espaço urbano é o resultado de continuidades e rupturas de variados períodos históricos.

Apesar dos muitos problemas relativos à conservação das velhas construções marianenses, elas nos parecem mais que um amontoado de pedras, barro e cal. É admirável que estejam de pé apesar das condições adversas que atravessaram. Elas carregam o espírito de uma época, são o testemunho da gênese de nossa violenta sociedade. Diante disso, como reelaborar as concepções de cidade-patrimônio sem cair na perversa lógica do consumo ou do simples jogo de conciliação entre os habitantes que usufruem plenamente do seu espaço e aqueles que estão à margem do “centro histórico”? Talvez uma urbe só possa de fato tornar-se uma cidade-patrimônio se, antes de tudo, constituir-se como cidade-cidadã, isto é, se os processos de patrimonialização forem acompanhados de projetos efetivos de construção da cidadania. Nesse caso, talvez uma casa tida por eclética se encaixasse bem no espaço urbano considerado tradicional, consistindo também no símbolo

da força comunitária capaz de impor limites ao capital e à sua arma clientelista; mas, para isso, seria preciso que a cidade fosse de fato da comunidade.

Figura 4

Vista de uma edificação no bairro São José, 2018. Mariana/MG.

Fonte: Acervo pessoal do autor



REFERÊNCIAS

BOMENY, H. Infidelidades eletivas: intelectuais e políticas. In: CONSTELAÇÃO CAPANEMA: **INTELECTUAIS E POLÍTICAS**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 11-35.

CHUVA, M. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FISCHER, M. **Mariana:** os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

FONSECA, C. D. **Mariana:** gênese e transformação de uma paisagem cultural. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FONSECA, C. D. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77-108, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento Urbano. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana:** relatório síntese. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1975.

GRACINO JÚNIOR, P. G. Mariana - da cidade patrimônio a cidade partida. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 3, n. 2, p. 147-170, 2007.

MARIANA. HOJE, E COMO SEMPRE, ESTÁ DE PÉ PELA GRANDEZA E PELA GLÓRIA DO BRASIL. **Vida doméstica**, Rio de Janeiro, out. 1934. p. 86.

MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIDADES HISTÓRICAS; FÓRUM NACIONAL DOS SECRETÁRIOS E DIRIGENTES ESTADUAIS DE CULTURA (org.). **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural:** desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão: Ouro Preto, MG, 2009. Brasília: Iphan, 2012. (Anais). v. 1, p. 25-39.

MOTTA, L. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 108-122, 1987.

MOTTA, L. Cidades mineiras e o Iphan. *In*: OLIVEIRA, L. L. (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, G. L. de. **Os veios profundos de Mariana (Minas Gerais):** transformação do espaço urbano na cidade-patrimônio (1938-1967). 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

PARRELA, I. Diogo de Vasconcelos e o patrimônio histórico. *In*: ROMEIRO, A.; SILVEIRA, M. A. (org.). **Diogo de Vasconcelos: o ofício do historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 93-114.

SANT'ANNA, M. A cidade-patrimônio no Brasil: **lições do passado e desafios contemporâneos**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35, p. 139-155, 2017.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti, 2014.

VELOSO, T. V. **A Dimensão dos Lugares: fluidez, dinâmica social e ocupação do espaço urbano em Mariana nos Livros do Tombo de 1752**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

VIEIRA, P. G. **Salomão de Vasconcellos e a consagração da "Atenas Mineira" em Monumento Nacional (1936-1947)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016. Disponível em: Acesso em: 25 jul. 2021.

CARTA de Albertina Benício dos Santos ao chefe do 3º Distrito da Dphan, 05/06/1957; CDI-Iphan/MG; série Administrativo; subsérie Correspondência (cont. 1938-59); cx. 238, doc. 243.

CARTA de Albertina Benício dos Santos ao chefe do 3º Distrito da Dphan, 09/09/1957; CDI-Iphan/MG; série Administrativo; subsérie Correspondência (cont. 1938-59); cx. 238, doc. 233.

CARTA de Albertina Benício dos Santos ao diretor geral da Dphan, 02/02/1954; CDI-Iphan/MG; série Administrativo; subsérie Correspondência (cont. 1938-59); cx. 238, doc. 179.

CARTA de Aníbal de Castro Vidigal ao chefe do 3º Distrito da Dphan, 06/11/1946. CDI-Iphan/MG; série Logradouro; subsérie Rua Wenceslau Braz; cx. 273, doc. 14.

CARTA de Celso Motta ao diretor geral da DPHAN, 03/05/1958. CDI-IPHAN/MG; série Correspondências; subsérie; cx. 271, doc. 238.

CARTA de Leontina Valente Silva ao representante do Dphan na região de Ouro Preto, 04/11/1956; CDI-Iphan/MG; série Administrativo; subsérie Correspondência (cont. 1938-59); cx. 238, doc. 229.

CARTA de Rita Ferreira de Moraes ao diretor geral da Dphan, 11/02/1958. CDI-Iphan/MG; série Logradouro; subsérie; cx. 271, doc. 269.

LIVRO de leis e decretos-lei da Prefeitura de Mariana (1932-1950); Códice 565; Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

LIVRO para registro de resoluções e leis da Câmara Municipal. Decretos da Prefeitura (1917-1932); Códice 061; Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

OFÍCIO do chefe do 3º Distrito ao diretor geral da Dphan, 11/07/1958. CDI-IPHAN/MG; série Administrativo; subsérie Correspondência (cont. 1938-59); cx. 238, doc. 269.

OFÍCIO do chefe do 3º Distrito da Dphan ao diretor geral da Dphan, 30/08/1956. CDI-Iphan/MG; série Logradouro; subsérie Rua São Gonçalo (1946-80); cx. 271, Pasta 01, doc. 43.

OFÍCIO do chefe do 3º Distrito do Dphan ao representante do Dphan na região de Ouro Preto, 15/06/1955; CDI-Iphan/MG; série Administrativo; subsérie Correspondência (cont. 1938-59); cx. 238, doc. 202.

PROCESSO 069-T-38, Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana. Arquivo geral do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

O TURISMO E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM DIAMANTINA - MG

Noara Silva Rabelo¹

Ítalo Itamar Caixeiro Stephan²

Teresa Cristina de Almeida Faria³

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p52-83

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa | Universidade Federal de Viçosa | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | E-mail: noara.rabelo@ufv.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3478-6657>.

² Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo - USP (2006). Universidade Federal de Viçosa | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: stephan@ufv.br

³ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2004). Universidade Federal de Viçosa | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: teresa.faria@ufv.br

Resumo

A inscrição de Diamantina na lista do Patrimônio Cultural da UNESCO influenciou o crescimento do turismo, que impulsiona principalmente os setores de comércio. Entretanto, o turismo também tem aspectos negativos, sendo causa de segregação e gentrificação ao supervalorizar o espaço turístico. O presente trabalho analisa aspectos da realidade de Diamantina e objetiva traçar alguns pontos positivos e negativos do turismo e seus impactos sociais. Para isso, foram utilizados os métodos monográfico e observacional. O potencial turístico de Diamantina não deve ser ignorado, mas é preciso utilizar instrumentos de ordenação do espaço urbano e de controle da especulação imobiliária, para reduzir os seus impactos negativos.

Palavras-chave: Diamantina; Patrimônio Cultural; Segregação.

Abstract

Diamantina's inscription on the UNESCO Cultural Heritage list has influenced the growth of tourism, which mainly drives the commerce. However, tourism also has negative aspects, being a cause of segregation and gentrification, by overvaluing the tourism space. This paper analyzes current aspects of the reality of Diamantina and aims to indicate some positive and negative aspects of tourism, and its social impacts. In order to do that, it uses the monographic and observational methods. The tourist potential of Diamantina should not be ignored, but it is necessary to use urban space management and real estate speculation instruments to reduce its negative impacts.

Keywords: Diamantina; Cultural Heritage; Segregation.

Resumen

La inscripción de Diamantina en la lista del Patrimonio Cultural de la UNESCO ha influido en el crecimiento del turismo, que impulsa principalmente los sectores del comercio. Sin embargo, el turismo también tiene aspectos negativos, causando segregación y gentrificación al sobrevalorar el espacio turístico. El documento analiza aspectos de la realidad de Diamantina y tiene como objetivo rastrear algunos puntos positivos y negativos del turismo y sus impactos sociales. Utiliza los métodos monográficos y de observación. El potencial turístico de Diamantina no debe ser ignorado, pero es necesario utilizar la gestión del espacio urbano y los instrumentos de especulación inmobiliaria para reducir sus impactos negativos.

Palabras llave: Diamantina; Patrimonio Cultural; Segregación.

INTRODUÇÃO

Diamantina é um município do Estado de Minas Gerais com aproximadamente 48 mil habitantes (IBGE, 2017), conhecido por seu relevante patrimônio histórico e arquitetônico do período colonial construído nos séculos XVIII e XIX e na primeira metade do século XX. A cidade preserva tradições ligadas à religião, ao folclore e à música. Por essas razões, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade foi tombado em 1938, recebendo o título de Patrimônio Histórico Nacional pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e, em 1999, a cidade foi considerada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que influenciou o crescimento do turismo no Município.

O turismo, por sua vez, pode gerar benefícios para a cidade, como a atração de renda e a geração de empregos, no entanto também recebe críticas relacionadas aos seus aspectos excludentes, podendo assim, por exemplo, ser um fator que segrega a população que reside fora do Centro Histórico⁴, ou que não está incluída em suas atividades, e, portanto, não se beneficia do turismo. Também é comum que ocorra a supervalorização do espaço turístico. O presente trabalho concentra o estudo na atualidade de Diamantina e tem como objetivo apontar pontos positivos e negativos a respeito do turismo e de que modo ele pode influenciar a vida da população do Município, de modo a observar e atentar para os impactos sociais que ele causa. Para tal, serão consideradas tanto a população que desfruta do

⁴ Centro Histórico é uma expressão utilizada para se referir à área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

turismo quanto aquela que trabalha e/ou reside no mesmo ambiente, bem como a que reside em áreas fora do Centro Histórico.

O embasamento teórico para a realização deste trabalho foi obtido através de pesquisas bibliográficas e documentais, análises de dados do Ministério do Turismo do Brasil e da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina. Também foi utilizado o método observacional (GIL, 2008), com percepção e registros em sítio dos fenômenos mencionados por meio de visitas à cidade de Diamantina.

A ATIVIDADE TURÍSTICA EM DIAMANTINA

O Centro Histórico de Diamantina foi tombado em âmbito federal em 1938. Ainda antes da sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1999, com a queda da atividade mineradora na região, em Diamantina começou-se a pensar no investimento do turismo como uma nova forma de desenvolvimento para o município. Em 1977, foi criado o Circuito dos Diamantes⁵. No entanto, em Diamantina, o turismo ainda se limitava ao carnaval e a pequenos eventos, como os religiosos. No mesmo ano, foi criado o Instituto Estrada Real, com o objetivo de

⁵ "O Circuito Turístico dos Diamantes tem como objetivo ordenar o turismo de acordo com a política de regionalização e descentralização adotada pelo Governo do Estado. [...] A descentralização da gestão utiliza-se de uma rede de parceiros na organização e na promoção da atividade turística regional, de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios para consolidar uma identidade regional" (CIRCUITO DOS DIAMANTES, 2019).

“organizar, fomentar e gerenciar o produto turístico Estrada Real” (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2019), com Diamantina fazendo parte do seu roteiro.

Em 2000, teve início o Programa Monumenta, de iniciativa do Ministério da Cultura. O objetivo do programa foi recuperar sítios históricos através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e assessoria técnica do IPHAN e da UNESCO. Em Diamantina, o programa restaurou a Igreja São Francisco de Assis, a Praça Barão de Guaicuí (praça do Mercado Municipal ou Mercado Velho) e a Cadeia Velha, onde atualmente funciona o Teatro Santa Isabel. O programa também ofereceu, por meio de linha de crédito federal, financiamento sem juros para obras de restauração de imóveis particulares, que deveria ser quitado em até vinte anos (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Em estudo sobre a geração de empregos pelo turismo, Mendonça *et al* (2005, p.17) afirmam que, entre 2000 e 2005, o estoque total de empregos cresceu anualmente. Segundo a pesquisa, “antes do ano 2000 ocorriam mais demissões do que admissões. Quando Diamantina passou a ser Patrimônio Cultural o crescimento do estoque de empregos foi de 17% em relação ao ano de 2005”. O turismo impulsiona principalmente os setores de comércio e serviço⁶. Em 2019, Diamantina

⁶ “O setor comércio entre 1997 e 2005 teve seu estoque de empregos elevado em 39% e o setor Serviço cresceu o equivalente a 24%, ou seja, crescimento superior em relação ao estoque total. A partir do ano 2000, o crescimento do estoque de empregos cresceu 21% (Comércio) e 18% (Serviços) até o ano 2005. Os dois setores juntos respondem por 75% do estoque total de empregos em 2005 de acordo com o Perfil do Estabelecimento. Também foi possível constatar o crescimento dos empregos gerados a partir dos dados dos subsetores de

registrou junto à Prefeitura 34 opções de hospedagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2019). A Tabela 1 analisa os índices de competitividade⁷ de 65 destinos turísticos no Brasil e demonstra que Diamantina encontrava-se acima da média geral em 2015. Isso comprova a relevância do Município nos destinos turísticos do País.

atividade econômica por estabelecimento (dados da RAIS). Entre 2001 e 2004, o subsetor Comércio Varejista cresceu 23%, o subsetor Serviços de Alojamento e Alimentação cresceu 25%. O crescimento destes dois subsetores foi superior ao crescimento do emprego total no mesmo período” (MENDONÇA *et al*, 2005, p. 17).

⁷ Levantamento que visa refletir o estágio de desenvolvimento do destino de acordo com o conceito de que “competitividade é a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015, p. 4).

Dimensões	BRASIL			NÃO CAPITAIS			DIAMANTINA		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
ÍNDICE GERAL	58,8	59,5	60,0	53,1	53,4	53,8	59,0	59,6	62,4
INFRAESTRUTURA GERAL	68,6	68,2	67,7	63,8	62,5	61,8	80,2	80,7	82,9
ACESSO	62,6	62,2	61,9	53,8	52,4	52,4	64,3	62,7	62,4
SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	56,8	58,7	59,0	48,1	49,6	49,5	52,9	48,7	53,3
ATRATIVOS TURÍSTICOS	63,2	63,4	63,2	63,4	62,8	62,6	57,8	57,3	59,2
MARKETING E PROMOÇÃO DO DESTINO	46,8	48,4	48,5	44,4	45,7	45,0	58,8	60,7	62,7
POLÍTICAS PÚBLICAS	57,6	58,1	58,9	54,4	53,9	55,3	48,5	53,6	68,9
COOPERAÇÃO REGIONAL	44,6	48,3	50,0	44,9	49,3	51,7	62,1	72,7	74,8
MONITORAMENTO	37,4	36,2	36,3	31,9	30,7	30,4	31,7	28,1	35,5
ECONOMIA LOCAL	63,6	63,6	64,7	55,2	54,8	55,8	44,5	45,8	45,8
CAPACIDADE EMPRESARIAL	61,2	61,9	62,7	43,5	44,8	45,7	47,9	53,9	50,7
ASPECTOS SOCIAIS	59,4	59,7	60,5	56,7	56,8	57,9	64,7	61,0	60,0
ASPECTOS AMBIENTAIS	67,7	67,3	68,2	63,6	62,4	63,5	69,4	65,4	70,2
ASPECTOS CULTURAIS	58,2	62,0	64,0	52,4	55,6	57,6	68,7	75,7	77,8

Tabela 1: Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais
Fonte: Ministério do Turismo, 2015.

Para obtenção dos resultados, o Ministério do Turismo utilizou um instrumento de categorização “para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro”. Essa classificação abrange a quantidade de estabelecimentos de hospedagem⁸, a quantidade de empregos em estabelecimento de hospedagem e a quantidade estimada de visitantes domésticos e internacionais. A partir daí, classifica os Municípios em 5 grupos (A, B, C, D, E e F), sendo que a categoria A “representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018, p. 2-4). Diamantina é classificada, atualmente, como categoria B.

São atividades turísticas tradicionais em Diamantina as visitas a edificações de cunho histórico e político mais relevantes, como a Casa da Intendência, Casa do

⁸ De acordo com o Ministério do Turismo (2018), apenas o setor de hospedagem foi utilizado, uma vez que “dentre as atividades características do turismo, o setor de hospedagem é o mais adequado, porque quase a totalidade dos que utilizam um hotel, por exemplo, são turistas. Quando se trabalha com outras atividades, como restaurantes ou aluguel de veículos, a utilização por residentes é muito elevada, não retratando uma correspondência mais direta com o turismo”.

Contrato, Mercado, Igrejas, Biblioteca Pública⁹, Casa da Chica da Silva, Casa do ex-presidente JK, entre outras. Há também os eventos culturais, religiosos e manifestações artísticas da cidade. Vale destacar as atividades musicais e gastronômicas no Mercado Municipal, serestas e vendas de quitanda no Beco da Tecla (Figura 1).

⁹ Trata-se de construção remanescente do período colonial mineiro, na segunda metade do século XVIII, cuja singularidade é marcada pela presença do muxarabi (ou muxarabiê). Construído para fins residenciais à época, o casarão foi adquirido e restaurado pelo IPHAN na década de 50, passando a abrigar a Biblioteca Municipal. Situada na Rua da Quitanda, área central de Diamantina, conhecida também como Casa do Muxarabi, integra-se de forma harmônica no conjunto de edificações do trecho da rua (IPATRIMÔNIO, 2019).



Figura 1 Sequência de edificações do Centro Histórico de Diamantina, MG
Fonte: Arquivo pessoal dos autores



Figura 2

Vesperata: evento cultural de Diamantina. 2018.

Fonte: Acervo pessoal dos autores

A “Vesperata”, evento cultural de destaque na cidade, é uma apresentação realizada na Rua da Quitanda, com “a disposição dos músicos das bandas diamantinenses

orquestradas nas sacadas dos prédios [...], com a regência alternada de maestros posicionados em um tablado no centro da referida rua” (Figura 2). Esse evento pode ser considerado elitizado, uma vez que a rua é cercada para receber apenas as pessoas que pagam pela mesa e é administrado pelos bares circundantes, para assistirem à apresentação. Essa prática é autorizada pela Lei que trata da “Vesperata”, que também veda a comercialização de artesanatos dentro do que denomina “perímetro da ‘Vesperata’” (CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2016). Todavia, a festividade é a mais celebrada pela cidade e atrai muitas pessoas ao longo de sua temporada, que ocorre de abril a outubro, aquecendo o setor turístico.

Conforme pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Diamantina (2018), através da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio¹⁰, as motivações de visita mencionadas pelos turistas entrevistados são, em ordem de destaque, cultura e arquitetura, que somadas contemplam 45% das menções, seguidas pelo tradicional evento Vesperata, que representa pelo menos 12% do total das motivações, o que denota um caráter cultural da cidade. Vale ressaltar que, em segundo lugar de destaque, pelo menos 14% das visitas são pela motivação de visita a “parentes e amigos”. Neste caso, é provável que a porcentagem seja alta em razão do número de alunos que moram na cidade e estudam na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). A UFMG oferece, em Diamantina, 27 cursos

¹⁰ Dados adquiridos das Pesquisas de Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região (PDTD), realizadas entre 2009 e 2014 pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

presenciais de graduação, com 4.860 alunos matriculados, e 15 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com 388 alunos. Segundo dados de 2014, há 433 professores, 303 servidores técnicos administrativos e 332 trabalhadores terceirizados (UFVJM, 2019).

ASPECTOS EXCLUDENTES DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística é responsável pela geração de empregos e renda para a cidade, mas pode também apresentar aspectos excludentes. A fim de verificar as consequências que os efeitos negativos do turismo podem gerar entre os habitantes do Centro, e também das demais áreas do Município, é importante registrar algumas características inerentes ao fenômeno turístico.

De acordo com Simão (2013, p. 85), o “sucesso” do turismo, que melhora as condições de vida dos habitantes do local, “num processo de ampla preservação dos valores culturais e ambientais e na satisfação irrestrita dos turistas”, depende de como ele é gerido. Ao mesmo tempo em que o turismo pode ser muito benéfico, também pode se tornar um grande problema, piorando a qualidade de vida dos habitantes que residem onde ele é explorado, até mesmo com a “expulsão da população local, na destruição ou alteração da cultura local e do ambiente e na não fixação do turista no local” (SIMÃO, 2013, p. 85). Para o mesmo autor, o turismo deve ser visto como um fenômeno social de grande interferência em vários setores, tais como a economia, a política, a cultura, o meio ambiente. Desse modo, cabe ao Poder Público Municipal elaborar um planejamento “eficiente, participativo,

dinâmico e democrático, proporcionando à cidade o controle sobre a atividade turística". Caso o turismo não seja capaz de oferecer vantagens aos habitantes, como geração de empregos e renda, não deve ser encorajado, sob pena de se criar um "ambiente de exploração econômica" (SIMÃO, 2013, p.86).

Segundo a crítica de Silva e Sant'anna (2014, p. 671), em Diamantina "o desenvolvimento da atividade turística ocorreu de forma improvisada, sem um trabalho de conscientização e educação que pudesse garantir a migração e a inserção dos trabalhadores garimpeiros", que, após o declínio das atividades dos garimpos, precisavam de novas oportunidades de trabalho. Em razão disso, "parte da população diamantinense não se identifica com o turismo, não participa do seu processo [...] e fica marginal às possibilidades que ele oferece" (SILVA; SANT'ANNA, 2014, p. 671). Assim, sem a interação dos habitantes da cidade e sem se criar uma cultura para o turismo, torna-se mais difícil a sua consolidação. Dessa forma, o patrimônio preservado, fomentador do turismo, torna-se também responsável por criar "um belo espaço devidamente conservado, mas que carece de simbologia e de afetividade e que, portanto, não funciona como um lugar de encontro e de trocas de experiências" (CIVALE, 2015, p. 143).

Mais críticas podem ser encontradas em Coriolano, Barbosa e Sampaio (2010, p. 45), que ressaltam o cerne da ética burguesa existente no turismo, que tem "base urbana, elitista e consumista". Para as autoras, deve-se considerar a nítida contradição entre aqueles que desfrutam do turismo daqueles que trabalham e/ou residem no mesmo ambiente. Os espaços turísticos tendem a ser supervalorizados em decorrência da sua mercantilização, pois ali se encontram turistas que buscam por melhores condições de hospedagem, bons restaurantes e atividades de lazer. Assim "o turismo produz 'ilhas de prosperidade' em conflito com espaços marginais,

fazendo emergir contradições, as mais diversas, especialmente de ordem espacial, social, cultural e econômica” (CARIOLANO; BARBOSA; SAMPAIO, 2010, p. 45). Conforme considera Rodrigues (2001, p.56), o turismo é uma mercadoria “cujo mercado consumidor é o turista” ou aqueles mais economicamente favorecidos que possuem condições de arcar com os altos custos oferecido pelo turismo; e “esta mercadoria [turismo] consome o espaço e caracteriza-se pelo uso ‘efêmero do território’ em processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização”.

No Centro Histórico de Diamantina, as edificações coloniais passaram a ter o seu valor de uso (residencial unifamiliar em geral) reduzido, e o valor de troca (aluguel ou venda) do imóvel para comércio e prestação de serviços ganhou força e expressividade (CORRÊA, 2012). Em alguns casos, em razão do custo oneroso de manutenção dos imóveis, os proprietários não conseguem arcar com tais despesas. Dessa forma, o uso do espaço passa a ter outras funções após serem vendidos pelos moradores, caracterizando, portanto, o Centro Histórico como um local essencialmente turístico e comercial. Pode acontecer, por exemplo, a transformação dos antigos imóveis em hotéis, centros culturais, restaurantes, lojas de lembranças (LEITE, 2013; VERGARA-CONSTELA e CASELLAS, 2016).

A valorização da área tombada fomenta a especulação imobiliária, portanto os processos de valorização e especulação imobiliária tendem a tornar os imóveis de áreas de interesse turístico financeiramente inacessíveis para a população de menor renda (BEAUREGARD, 1985; BÓGUS; SOUSA, 2016; LEES; SLATER; WYLY, 2007). De acordo com Gottdiener e Hutchison (2010), Smith (2005) e Zukin (1987), a gentrificação se traduz em uma substituição de moradores de menores padrões socioeconômicos por outros de maiores ingressos e/ou capacidade de consumo. Dessa forma, a população economicamente menos favorecida é “forçada” a se

deslocar para fora do Centro Histórico e, em muitos casos, ocuparem bairros desvalorizados ou irregulares.

Na expansão oeste de Diamantina, identifica-se a presença de investimentos imobiliários no setor de habitação de alto valor, mas o valor do metro quadrado desses locais ainda é bem inferior aos valores praticados no Centro Histórico. De acordo com as imobiliárias Solar (2019) e Sentinela Imóveis (2019), o valor do lote no ano de 2019 nos bairros Taj Mahal e Vale dos Diamantes, por exemplo, situados nesse eixo, era similar ao de alguns bairros situados em uma região mais próxima ao centro, como o bairro Jardim Imperial e bairro Fátima, ambos de média-alta renda. Os valores de compra dos lotes no Taj Mahal são em torno de R\$300,00 por metro quadrado, com lotes de 1.000 metros quadrados; no Jardim Imperial o valor é cerca de R\$250,00 por metro quadrado, com área de 300 a 400 metros quadrados.

Em relação ao Centro, os valores variam entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00 por metro quadrado, já com a edificação de área entre 90 e 400 metros quadrados. O valor do aluguel nestes bairros também é similar: nos bairros Fátima e Jardim Imperial¹¹, o aluguel de um apartamento de 2 quartos é em torno de R\$1.000,00, bem como o valor de aluguel de uma casa de 2 quartos no Centro. Os bairros citados neste parágrafo são os de mais alto padrão em Diamantina.

¹¹ Uma pequena parcela do bairro Fátima está inserida no perímetro do Centro Histórico, e o bairro Jardim imperial está situado a 2 km do Centro Histórico.

A expansão de novas áreas de Diamantina, no entanto, apresenta certa precarização, como irregularidades perante a legislação urbana na qual se apresentam bairros sem infraestrutura adequada e edificações em condições precárias. A expansão urbana na região nordeste de Diamantina é mais difícil em razão do relevo mais íngreme e de áreas de preservação permanente (APP). Na extremidade sudeste, região dos bairros Palha e Maria Orminda, a via de acesso para as cidades Milho Verde e Extração (antiga estrada de ligação ao Serro) induz as ocupações que, assim como a Leste, região do Bairro Rio Grande, possuem uma concentração maior da população de baixa renda e edificações de baixo padrão e aspecto construtivo precário (Erro! Fonte de referência não encontrada., Erro! Fonte de referência não encontrada., Erro! Fonte de referência não encontrada.), bem como ocupações irregulares ao contorno do perímetro urbano, onde a Serra dos Cristais cria uma barreira natural. A expansão urbana na Serra dos Cristais, em razão do seu tombamento pelo IEPHA, enfrenta uma situação delicada devido a ocupações irregulares. Apesar do obstáculo imposto pelo tombamento, pelo menos nos últimos vinte anos, o aparecimento de ocupações (irregulares do ponto de vista ambiental e patrimonial) expande a cidade para as encostas dos morros pelos bairros Rio Grande, Jardim e Maria Orminda (TECHNUM CONSULTORIA, 2009).



Figura 4

Edificações do Bairro Maria Orminda (edificações de baixo padrão e aspecto construtivo precário)

Fonte: Acervo pessoal dos autores

Crispim (1998) lembra que o turismo pode alterar a dinâmica de um local, pois o espaço acaba se organizando e se reestruturando em função desta atividade. Esse processo pode trazer consigo a segregação da população segundo seu poder aquisitivo, uma vez que a população mais pobre não consegue mais arcar com os preços da terra nessas regiões valorizadas pelo e para o turismo. Ademais, taxas e impostos nesses locais são aumentados, a fim de manter a instalação de serviços públicos voltados para a infraestrutura, como obras de urbanização, paisagismo e serviços de apoio ao turismo. Esses serviços não são distribuídos espacialmente de forma equitativa e uniforme, mas, sim, concentrados em determinadas áreas, inviabilizando parte da população de usufruir tais benefícios (PEARCE, 2001; RODRIGUES, 2001). Conforme afirmou Pearce (2001), quanto à distribuição de serviços públicos e investimentos em infraestrutura turística em Diamantina, esta não ocorre espacialmente de forma equitativa e uniforme, mas concentra-se na área central. Por um lado, tem-se o Centro da cidade, onde está grande parte dos atrativos históricos e se concentram atividades comerciais, culturais e turísticas, e, por outro lado, uma periferia precária e negligenciada em relação à região central.



Figura 5

Vista do Bairro Rio Grande situado na periferia de Diamantina, MG

Fonte: Acervo pessoal dos autores



Figura 6

Sequência de edificações do Bairro Rio Grande, na região da Serra dos Cristais, situado na periferia de Diamantina, MG

Fonte: Acervo pessoal dos autores

Segundo Rufino (2016, p. 218), a produção imobiliária concentrada principalmente nas áreas centrais de uma cidade "tendeu a reforçar a dicotomia entre centro equipado e territórios precariamente ocupados. Esses territórios precários

contrastavam e valorizavam ainda mais os espaços mais bem servidos e mais equipados". Esse cenário "explicitava diferenças e levava a cidade a um rápido processo de expansão, pautado por baixa densidade e informalidade nas construções" (RUFINO, 2016, p. 218). Portanto, é possível confirmar a afirmação de Crispim (1998), que diz que o turismo pode alterar a dinâmica de um local, uma vez que o espaço acaba se organizando e reestruturando em função desta atividade, ocasionando desigualdades territoriais e um processo de especulação imobiliária e, consequentemente, um processo de segregação social da população. Essa dinâmica ocorre em Diamantina e pode ser vista nas condições precárias da periferia, sobretudo quando comparadas ao Centro Histórico que concentra a atividade turística.

MacCannel e Lippard (1999, p. 50, tradução nossa) trazem a questão da segregação espacial com conceitos análogos, como "regiões de frente", "regiões de fundo", "palco" e "bastidores", e colocam que "frequentemente uma estrutura urbana inteira está operando atrás de sua fachada turística". As regiões de frente, são as que estão aptas a receber o visitante/ turista, enquanto as regiões de fundo são aquelas restritas aos residentes e trabalhadores. MacCannel e Lippard explicam que os turistas podem adentrar nas regiões dos "bastidores" buscando conhecer a realidade da cidade, ou apenas para conhecer o que ocorre "por trás da cena". Pode-se observar, de acordo com os autores, que o turista diferencia o cenário turístico das atividades que não lhes são direcionadas.

É possível afirmar que o turismo pode ser causa e/ou consequência da segregação, tornando-se, portanto, uma questão a ser tratada por um processo de planejamento urbano e planejamento turístico, por exemplo. Segundo Roscoche (2014), o turismo é uma atividade, em muitos casos, responsável pela organização e utilização do

espaço. Assim, é necessário que este não seja uma causa de desigualdades, mas que proporcione benefícios em sua totalidade. A organização do território em sua totalidade deve ser usada de forma a alcançar uma situação social mais igualitária, pois as desigualdades sociais podem ser, em muitos casos, desigualdades territoriais (SANTOS, 2007). Em Diamantina a desigualdade territorial é facilmente observada pelo visitante que sai dos limites do tombamento em direção às áreas periféricas.

Portanto, “é preciso, por um lado, atender aos interesses econômicos e, por outro, proporcionar um crescimento urbano de forma mais equilibrada e sustentável. Os interesses imobiliários e o crescimento desordenado não podem superar a função social da propriedade” (LEIVA *et al.*, 2015, p. 154). Nesse sentido, de acordo com Souza, Faria e Stephan (2015), a formação socioespacial, a regulação urbanística e a preservação do patrimônio edificado estão relacionadas entre si. Harvey (2014) descreve que essa desproporcionalidade do desenvolvimento urbano pautado por diferenças sociais de classe constitui, de fato, um problema global. O autor também coloca que lidar com esse tipo de situação se transforma num grande problema político.

Em Diamantina, o primeiro Plano Diretor foi aprovado em 1999, antes de o Estatuto da Cidade entrar em vigor. É perceptível na introdução do Plano, em que se enfatiza que “Diamantina está a um passo de conquistar o seu reconhecimento internacional pela UNESCO”, que a maior preocupação na elaboração deste estava voltada para o Centro Histórico. A elaboração do Plano Diretor era parte das exigências da UNESCO para conferir o título de Patrimônio da Humanidade ao Centro Histórico de Diamantina, assim, o Plano prescreveu a forma do ordenamento da ocupação e do uso do solo urbano em suas diretrizes e no zoneamento, mas é clara a ênfase

dada ao Centro Histórico. As leis mais relevantes, e que se apresentam como grandes facilitadoras para se alcançar os objetivos da Constituição Federal de 1988, só foram editadas em Diamantina muitos anos depois. O Plano Diretor de Diamantina de 1999 só foi revisto em 2011, anunciando uma desconfiança a respeito da vontade do Poder Público na organização do espaço urbano em Diamantina pela demora na edição de suas leis de política urbana. A falta de regulamentação, fiscalização e participação popular na tomada de decisões são grandes indícios da responsabilidade do Poder Público municipal no crescimento irregular e desigual de Diamantina.

A “produção” e, consequentemente, a “reprodução do espaço”, que está relacionada com as questões de expansão urbana, baseiam-se na expansão do desempenho capitalista, fazendo parte do processo de globalização. Isso possibilita compreender a “redefinição da cidade e da urbanização, de sua explosão, da extensão de periferias; enfim, da construção de um novo espaço” (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 13). Nesse sentido, de acordo com esses autores, pode-se questionar o papel da participação e intervenção do Estado, a partir dos seus interesses que, muitas vezes, são divergentes e contraditórios aos interesses da população. Portanto, pode-se perceber a importância da participação popular no processo de planejamento e gestão da cidade. Os autores observam a importância de práticas que resistem ao processo de acumulação capitalista e sugerem “um movimento que revele o sentido e o fundamento dos conflitos que se estabelecem hoje, em torno do espaço, como luta pelo ‘direito à cidade’” (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 13).

Somente através de uma ampla participação popular nas decisões referentes aos rumos da cidade, que deve ser garantida pelo Estado, será possível viabilizar que a

propriedade cumpra a sua função social, sobrepondo os interesses sociais aos individuais, e assim cumprindo o seu destino econômico, produtivo, útil, de atendimento à coletividade (BRASIL, 1988). Somente a partir de uma distribuição mais igualitária dos benefícios do turismo entre os moradores da cidade é que se atenderá o que prescreve a Constituição Federal, ao estabelecer o princípio da igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação das atividades turísticas em Diamantina, em razão de sua importância histórica e cultural, trouxe consigo um processo de valorização das propriedades do Centro Histórico e do entorno imediato. As atividades econômicas desenvolvidas em razão do turismo não são de todo inclusivas, deixando de fora parte da população.

Com a valorização do Centro Histórico, a população busca áreas que atendam às suas condições financeiras, localizadas em subúrbios ou regiões desvalorizadas com infraestrutura precária e moradia em situação irregular. Embora algumas áreas não sejam passíveis de urbanização devido à topografia acidentada ou à presença de elementos hídricos, essas restrições não foram obstáculos para conter a ocupação, como aconteceu de forma irregular na Serra dos Cristais.

É visível a importância do papel do turismo em Diamantina, no entanto, é preciso utilizar instrumentos de ordenação do espaço e controle da especulação imobiliária de modo que reduzam os impactos da gentrificação e da segregação social sobre

o espaço urbano. Os problemas resultantes da especulação imobiliária são colhidos por toda a população, em diferentes formas.

A indústria do turismo apresenta distintas facetas. De um lado, é boa para a economia local, pois gera emprego e renda para os habitantes e movimenta a economia municipal, por outro lado, pode promover desigualdades. O que se defende não é abrir mão do potencial turístico nem isolar os locais para não sofrer os impactos desta atividade, mas ampliar o debate e a aplicação de políticas urbanas para tentar minimizar os aspectos negativos e para democratizar os positivos.

REFERÊNCIAS

BEAUREGARD, Robert A. Politics, Ideology and Theories of Gentrification. **Journal of Urban Affairs**, [S.l.], v. 7, n. 4, p. 51-62, 1985.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; SOUSA, António Miguel Lopes de. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 845-861, set. /dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 maio 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Lei nº 3.935, de 12 de setembro de 2016**. Dispõe sobre os eventos “Vesperata” e “Seresta” no Município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, MG, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CIVALE, Leonardo. Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.25, n.44, 2015.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; BARBOSA, Luciana Maciel; SAMPAIO, Camila Freire. Veraneio, Turismo e Especulação Imobiliária no Porto das Dunas - Litoral Cearense. **Aportes y Transferencias/ Tiempo Libre:** Turismo y Recreación, [S.l.] a.14, v.1, p.42-58, 2010.

CORRÊA, Rafael Bogatzky Ribeiro. **O processo de formação de uma nova centralidade urbana em Diamantina:** o caso do distrito de Guinda. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

CRISPIM, L. de O. O parque temático Beto Carreiro World no contexto do turismo com base local. In: CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. (org.). **Turismo com Ética.** Fortaleza: UECE, 1998. p. 390-398.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOTTDIENER, Mark.; HUTCHISON, Ray. The new urban sociology. 4. ed. [S.l.]: Hachette UK, 2010.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. [S.l.: s.n.], 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diamantina.** 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina/panorama>. Acesso em: 25 maio 2019.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Institucional**. Disponível em: <http://www.institutoestradaareal.com.br>. Acesso em: 01 jul. 2019.

IPATRIMÔNIO. **Diamantina - Casa Muxarabi**. 2019. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/?p=19715#!/map=38329&loc=-18.245229999999992,-43.596816000000004,17>. Acesso em: 08 jul. 2019.

LEES, Loretta; SLATER, Tom; WYLY, Elvim. **Gentrification**. [S.l.]: Routledge, 2007.

LEITE, Rogério Proença. **Consuming heritage**. Vibrant. Virtual Brazilian Anthropology, [S.l.], v.10, n.1, p. 165-189, 2013.

LEIVA, Guilherme; SATHLER, Douglas dos Reis; SILVA, Fabiana; PAIVA, Júlio César Tavares de. Análise da área de expansão urbana do município de Diamantina. In: SATHLER, Douglas; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino (org.). **Cidades médias: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina, MG**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

MACCANNELL, Dean; LIPPARD, Lucy R. **The tourist: a new theory of the leisure class**. Berkeley: University Of California Press, 1999.

MENDONÇA, Marcelo Pereira de et al. **Evolução do mercado de trabalho no turismo em Diamantina: uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Monumenta**. Diamantina: Ministério da Cultura, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro: perguntas e respostas**. Programa de Regionalização do Turismo. Brasília, 2018.

_____. **Índice de competitividade do turismo nacional**. Brasília: Ministério do Turismo; Sebrae Nacional; FGV, 2015.

PEARCE, Douglas. Un Esquema Integrador para la investigacion del turismo urbano. **Annals of Tourism Research en Espanhol**. [S.l.]: Universitat de les Illes Balears, v. 3, n. 2, p. 340-363, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Demanda Turística de Diamantina**. Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio. 2018.

_____. **O Município**. 2019. Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/a-prefeitura/estrutura/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR-NE. In: RODRIGUES, Adyr Balasteri. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 147-162.

ROSCOCHE, Luiz Fernando. Turismo urbano e a segregação socioespacial: revisitando problemáticas. **OKARA: Geografia em debate**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 3-20, 2014.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. **Cadernos Metrópole**, [S.l.], v. 18, n. 35, p. 217-236, 2016.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2007.

SENTINELA IMÓVEIS. Imóveis em Diamantina. In: Galax Imóveis. 2019. Disponível em: <http://www.galaximoveis.com.br/buscar-imoveis/todos-tipos/mg/diamantina/todos-bairros/0/1/53/0/40/mais-favoritados/0/0/0/-0-0>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SMITH, Neil. **The new urban frontier: Gentrification and the revanchist city**. London; New York: Routledge, 2005.

IMOBILIÁRIA SOLAR. **Pesquisa de lotes para venda**. 2019. Disponível em: <https://imobiliariasolar.com/#>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SOUZA, Kelly Diniz de; FARIA, Teresa Cristina de Almeida; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. Processo de Formação Socioespacial de Pequenas Cidades: o caso de Serro. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 141, jan./fev. 2015.

UFVJM - UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
UFVJM em Números. Dados Gerais. 2019. Disponível em:
http://www.ufvjm.edu.br/numeros/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=2. Acesso em: 11 ago. 2019.

VERGARA-CONSTELA, Carlos; CASELLAS, Antonia. Políticas estatales y transformación urbana: ¿hacia un proceso de gentrificación en Valparaíso, Chile. **EURE**, Santiago, v. 42, n. 126, p. 123-144, 2016.

ZUKIN, Sharon. Gentrification: culture and capital in the urban core. **Annual review of sociology**, [S.l.], v. 13, n. 1, p.129-147, 1987.

OS INTERESSES ANTAGÔNICOS DE PLANEJAMENTO VINCULADOS AO CONJUNTO URBANO LAGOINHA, BONFIM E CARLOS PRATES¹

Brenda Melo Bernardes²
Raquel Garcia Gonçalves³

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p84-122

¹ Este artigo toma por base os estudos conduzidos no doutorado em Arquitetura e Urbanismo, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG, sob orientação de Raquel Garcia Gonçalves.

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (2011), Especialista em Sistemas Tecnológicos e Sustentabilidade Aplicados ao Ambiente Construído - UFMG (2013), Mestre em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura - UFMG (2016), Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura - UFMG, professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - campus Santa Luzia. *E-mail: brenda.mbernardes@gmail.com*

³ Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ (2005), professora Associada do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG. *E-mail: raquelgargon@hotmail.com*

Resumo

Sobre a política patrimonial conduzida em Belo Horizonte destaca-se, como ação de proteção instituída na esfera do planejamento urbano, a definição dos Conjuntos Urbanos. Uma das regiões que tem sido reconhecida como de importância histórico-cultural compreende os bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Contudo, presencia-se divergência de interesses de preservação e renovação urbana na região – de um lado, representado pela manutenção da sua importância patrimonial por meio da instituição do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates (Deliberação Nº 193/2016) e, de outro, pela proposta da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (OUC ACLO) e do Plano de Qualificação Urbanística Centro-Lagoinha (2021). Assim, define-se como objetivo geral do artigo compreender como as práticas preservacionistas que incidem no Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates e os interesses mercadológicos, expressos a partir das diretrizes da OUC ACLO e do Plano de Qualificação Urbanística Centro-Lagoinha, instigam interesses conflitantes de planejamento urbano entre diferentes instâncias públicas que atuam na cidade.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural. Planejamento Urbano. Conjuntos Urbanos. Operação Urbana Consorciada.

Abstract

Regarding the heritage policy conducted in Belo Horizonte, Brazil, the definition of Urban Ensembles stands out as a protection action instituted in the sphere of urban planning. One of the regions that have been recognized as of historical-cultural importance comprises the neighborhoods Lagoinha, Bonfim and Carlos Prates. However, there is a divergence of interests in urban preservation and renewal in the region - on the one hand, represented by the maintenance of its heritage importance through the institution of the Lagoinha, Bonfim and Carlos Prates Urban Complex (Deliberation N° 193/2016) and, on the other hand, the Urban Operation Consortium Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste (OUC ACLO) and the Urban Qualification Plan Centro-Lagoinha (2021). Thus, the paper aims to understand how the preservationist practices, from the Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim and Carlos Prates, and the market interests, from the OUC ACLO and the Centro-Lagoinha Urban Qualification Plan guidelines, instigate conflicting interests of urban planning between different public bodies in the city.

Keywords: Cultural heritage. Urban Planning. Special Heritage Areas. Urban Consortium Operations.

Resumen

En cuanto a la política patrimonial realizada en Belo Horizonte, se destaca la definición de Conjuntos Urbanos como acción de protección instituida en el ámbito de la planificación urbana. Una de las regiones que ha sido reconocida como de importancia histórico-cultural comprende los barrios Lagoinha, Bonfim y Carlos

Prates. Sin embargo, existe una divergencia de intereses en la preservación y renovación urbana en la región - por un lado, representada por el mantenimiento de su importancia patrimonial a través de la institución del Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim y Carlos Prates (Deliberación N° 193/2016) y, por otro lado, por la propuesta del Consorcio de Explotación Urbana Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste (OUC ACLO) y el Plan de Cualificación Urbana Centro-Lagoinha (2021). Así, el objetivo general del artículo es comprender cómo las prácticas conservacionistas que afectan el Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim y Carlos Prates y los intereses del mercado, expresados a partir de las directrices de la OUC ACLO y del Plan de Calificación Urbana Centro-Lagoinha, instigan conflictos intereses urbanísticos entre los diferentes organismos públicos que actúan en la ciudad.

Palabras-claves: Patrimonio cultural. Urbanismo. Conjuntos Urbanos. Operación Urbana Consorciada.

INTRODUÇÃO

Belo Horizonte foi escolhida para sediar a capital de Minas Gerais no lugar de Ouro Preto devido, entre outros fatores, ao interesse de se instituir uma nova frente política e econômica, no contexto de Proclamação da República, que fosse capaz de articular os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, dispondo de características geográficas propícias para a consolidação de um centro agroexportador (MINAS GERAIS, 1979).

Uma das ações iniciais conduzidas por Aarão Reis – engenheiro-chefe da Comissão Construtora da nova capital – e sua equipe consistiu na implantação de um ramal férreo, em 1895, que ligasse Belo Horizonte a Sabará, como forma de promover a articulação necessária para obtenção dos materiais para a construção de Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 1979).

Sobre o planejamento de Belo Horizonte, a partir do Plano concebido pela Comissão Construtora da Nova Capital, foram instituídas três zonas, a saber: a Zona Urbana, a Zona Suburbana e a Zona Rural.

Em linhas gerais, a Zona Urbana foi destinada a abrigar funcionários públicos de alto escalão, antigos moradores de Ouro Preto e do Curral del Rey. Planejada dentro dos limites da Avenida 17 de Dezembro, que corresponde a atual Avenida do Contorno, priorizou-se em seu traçado a conformação de quadras de dimensões regulares, de 120mx120m, compondo uma malha xadrez, entrecortada por

avenidas de maior largura, com caráter monumental, dispostas a 45 graus (BARRETO, 1996).

Já a Zona Suburbana, apesar de também ter sido planejada pela Comissão Construtora da Nova Capital, teve em seu processo de ocupação a predominância da irregularidade do traçado, adaptado às condições topográficas locais e à conformação de quadras e lotes de áreas variadas e geometria irregulares, sendo comuns processos de reparcelamentos e desmembramentos de lotes conforme se intensificava o processo de povoamento dessas áreas adjacentes à Zona Urbana (MORAES, GOULART, 2002).

Contrária às intenções de povoamento de Belo Horizonte idealizadas pela Comissão Construtora da Nova Capital, a Zona Suburbana inicialmente atraiu maior contingente populacional quando comparada à Zona Urbana. Essa condição de ocupação no sentido periferia-centro foi motivada, dentre outros aspectos, pelos preços mais acessíveis dos lotes e pela legislação mais branda (MORAES, GOULART, 2002).

Já a Zona Rural, apesar de ter sido planejada para abrigar as colônias agrícolas que desempenhariam o papel de abastecimento alimentício da cidade (AGUIAR, 2006), foi ocupada pela população de menor poder aquisitivo, que financeiramente não conseguia arcar com os custos associados à ocupação das zonas urbana e suburbana, sendo, desse modo, destinada para fins habitacionais (MORAES; GOULART, 2002).

Uma das regiões que mais prosperou e configurou-se como uma das mais populosas durante o período de construção de Belo Horizonte foi a VI Zona Suburbana, que abrange a região da Lagoinha e o Bairro Floresta (BELO HORIZONTE, 1985; AGUIAR, 2006). Essa zona suburbana articulava-se com os bairros do Comércio (Centro) e Funcionários, sendo esse um dos fatores que motivaram sua rápida ocupação e que influenciaram na definição de sua vocação comercial (BERNARDES; BORSAGLI, 2014).

Contudo, apesar de essa zona suburbana ocupar posição estratégica e apresentar vantagens que induziram seu povoamento – associado à legislação mais branda e custo inferior dos lotes –, assim como verificado em outras regiões suburbanas, ela carecia de investimentos voltados à provisão de infraestrutura e serviços essenciais por parte do poder público (ANDRADE; ARROYO, 2012). Desse modo, ao mesmo tempo em que se destacava pela proximidade em relação à área central, ocupava uma posição de isolamento em relação aos investimentos públicos voltados à melhoria do seu espaço urbano para os moradores locais.

Tratando-se especificamente dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, que integram o Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates (Deliberação nº 193/2016), ambos tiveram origem a partir da zona suburbana. O bairro Carlos Prates e parte do Bonfim se consolidaram a partir da ex-colônia agrícola Carlos Prates, enquanto o bairro Lagoinha e a outra porção do Bonfim resultaram da VI Zona Suburbana (AGUIAR, 2006). Os bairros mantêm coesão em relação às

características de ocupação, à concentração de edificações de relevância histórica e cultural e por compartilharem de tradições culturais que os tornam singulares.

Apesar da relevância do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates como formador da memória e da expressividade cultural de Belo Horizonte, verificam-se interesses contraditórios quanto às diretrizes de ocupação expressas, de um lado pelo Conselho de Patrimônio de Belo Horizonte e pelo Plano Diretor e, do outro, pela proposta da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste (OUC ACLO) e seus desdobramentos com a Operação Urbana Centro-Lagoinha.

Nessa perspectiva, em linhas gerais, as ações de preservação instituem parâmetros urbanísticos mais restritivos para a conservação da paisagem, e, em contraposição, as ações de renovação/requalificação urbanística instituem parâmetros urbanísticos mais permissivos diante dos interesses de mercado.

Assim, define-se como objetivo geral deste artigo compreender como as práticas preservacionistas que incidem no Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates e os interesses mercadológicos, expressos a partir das diretrizes da OUC ACLO e do Plano de Qualificação Urbanística Centro-Lagoinha, instigam interesses conflitantes de planejamento urbano entre diferentes instâncias públicas que atuam na cidade. A investigação apoia-se em pesquisas conduzidas no Doutorado, por meio de uma abordagem qualitativa, e utiliza como métodos de pesquisa visitas de campo e análise documental dos materiais disponibilizados pela Prefeitura de Belo

Horizonte sobre a operação urbana e o Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, produzido pela Diretoria de Patrimônio.

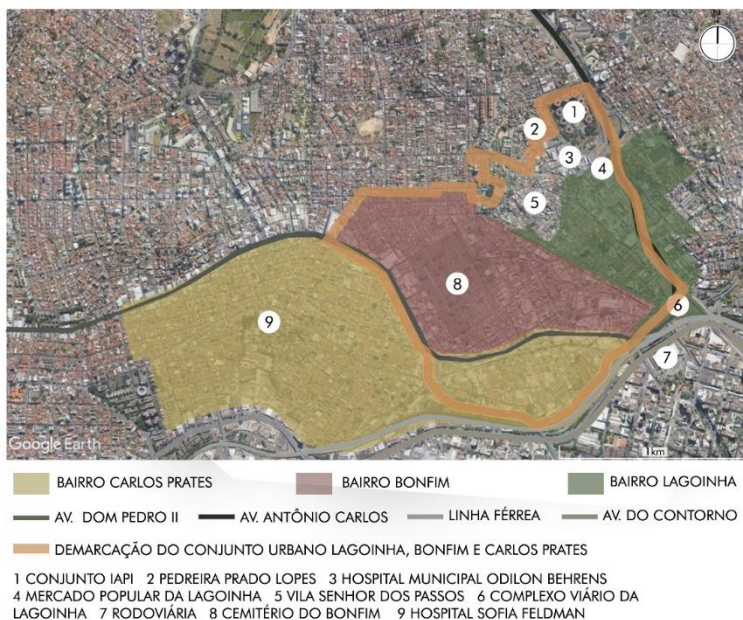


Figura 1 Inserção urbana dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates
 Fonte: Elaborado pela autora. Mapa-base Prodabel, 2016 e Google Earth/PBH, 2021.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS BAIRROS LAGOINHA, BONFIM E CARLOS PRATES

A Lagoinha remonta ao período anterior à fundação do Arraial do Curral del Rey (QUEIROGA, 2021), desenvolvendo-se em suas proximidades, na região onde foi construída uma ponte de madeira sobre o Ribeirão Arrudas que exercia o papel de conexão com a estrada que interligava o arraial com Venda Nova e Diamantina (BERNARDES; BORSAGLI, 2014).

O nome Lagoinha remete à característica pantanosa da região, visto que sofria com enchentes periódicas pelo fato de se consolidar em uma área de várzea do Arrudas, estando geograficamente inserida entre os córregos da Lagoinha e do Pastinho (BERNARDES; BORSAGLI, 2014). Posteriormente, as intervenções públicas de canalização do córrego Lagoinha é que iriam favorecer o processo de ocupação da região (BELO HORIZONTE, 1937).

A Região da Lagoinha sempre desempenhou o papel de articulação da área central com os bairros e municípios situados no eixo Norte de Belo Horizonte. Tais condições motivaram as inúmeras obras viárias realizadas pelo poder público voltadas à constante melhoria da sua capacidade viária. Como obras significativas, destacam-se a implantação da Avenida Antônio Carlos, que era denominada de Pedro I, na década de 1940, como forma de promover a conectividade da região com a Pampulha (LE MOS, 1996); a implantação da Avenida Pedro II em 1949; a construção do túnel Lagoinha-Concórdia entre 1948 e 1971 e do Terminal

Rodoviário, finalizado na década de 1970; a implantação do Complexo Viário da Lagoinha na década de 1980 e do Trem Metropolitano em 1986 (FREIRE, 2009). Como últimas obras realizadas na região, a partir de 2007, sobressaem-se a construção de novas alças do Complexo Viário da Lagoinha e a duplicação da Avenida Antônio Carlos para passagem do BRT.

Tais obras públicas, ao mesmo tempo em que contribuíram para maior conectividade da região da Lagoinha com os bairros vizinhos no âmbito local e com municípios situados no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, resultaram na conformação de vazios, em função das demandas por desapropriações nas áreas adjacentes aos eixos viários e viadutos e, consequentemente, na desarticulação urbana da região devido às barreiras físicas conformadas por essas intervenções. Ressalta-se também que essas obras públicas provocaram impactos negativos em relação a qualidade do espaço urbano para seus moradores e sacrificaram práticas cotidianas por atraírem fluxo intenso de veículos e por suprimirem espaços que eram voltados à convivência dos moradores, como é o caso da Praça Vaz de Melo – reduto da boemia – demolida para dar lugar ao Complexo Viário da Lagoinha.

Sobre as particularidades da Lagoinha, a vinda de imigrantes para a região no início do seu processo de ocupação, motivados pelas oportunidades de trabalho na construção da nova capital, contribuiu para a sua diversidade social e cultural. Destacam-se, na região, a mescla de religiões, com ênfase para a influência da

Matriz Nossa Senhora da Conceição, situada na Rua Além Paraíba, nas práticas católicas e para os cultos e celebrações vinculados à matriz africana:

As virtudes rurais e interioranas permaneceram também através do forte caráter religioso do bairro. Como inscrição significativa da ordem o simbólico, o rito cotidiano religioso manifestava-se através dos cerimoniais e festas. As procissões, festas da Santa Padroeira, celebrações de casamentos e missas, além dos cultos de origem africana, compunham as modulações do sagrado. Juntamente com estas vivências, os ritos fúnebres, mesmo não incorporados ao *modus vivendi* local, integram o quadro de lembranças da comunidade (LEMOS, 1996, p.148).

Além disso, como contribuição cultural na culinária local, a presença de imigrantes sírios, italianos, portugueses, libaneses, judeus, e a influência africana contribuíram para a riqueza gastronômica dos estabelecimentos comerciais. Ainda como parte dessa riqueza sociocultural, resistem, na região, as tradições ligadas à musicalidade, tais quais as escolas de samba, com origem na Pedreira Prado Lopes, e as tradições carnavalescas.

De modo geral, presenciamos atualmente, na Lagoinha, o incentivo à economia criativa por meio da promoção de eventos culturais como o Festival de Arte Urbana – Projeto Cura, realizado em 2019, e o Projeto Casas da Lagoinha, além das iniciativas culturais vinculadas ao Projeto Viva a Lagoinha, que contribuem para fortalecer as tradições e riquezas culturais da região.

Sobre o histórico de consolidação do Bairro Bonfim, assim como a Lagoinha, ele foi rapidamente povoado por situar-se próximo à área central e em função do baixo custo dos lotes e legislação mais branda. Tais fatores o tornaram atrativo sobretudo para a classe operária interessada nas oportunidades de trabalho com a construção da nova capital (ANDRADE; ARROYO, 2012).

O Bairro Bonfim, ao mesmo tempo em que manifestou a efervescência cultural pela vocação boêmia da região da Lagoinha, era considerado emblemático pela sua característica marginal, decorrente das apropriações que ocorriam na Praça Vaz de Melo pelo baixo meretrício e por abrigar o Cemitério Nosso Senhor do Bonfim. Vale ressaltar que a construção do cemitério no bairro vinculava-se ao discurso higienista da época da necessidade de previsão pela Comissão Construtora da Nova Capital de um local adequado para a realização dos sepultamentos, que fosse arejado, situado em cota altimétrica elevada e próximo à zona urbana, sem, contudo, interferir nos planos de embelezamento da cidade (ALMEIDA, 2007). Assim, a região que era conhecida como Meneses mostrou-se adequada para a implantação do cemitério, dispondo também de facilidade no acesso aos materiais para a sua construção, que seriam provenientes da Pedreira Prado Lopes.

A respeito dos aspectos morfológicos e das condições de uso e ocupação, o Bairro Bonfim ainda preserva grande parte das suas características vinculadas ao período de construção da capital, com a predominância do traçado irregular, de edificações de baixa altimetria e do uso residencial. Verifica-se ainda a presença dos

estabelecimentos comerciais vinculados ao cemitério, concentrados na Rua Bonfim, como as marmorarias e floras, e também das tradicionais peixarias, concentradas próximas à Praça do Peixe, na Rua Bonfim (QUEIROGA, 2021).

No bairro, ainda são presentes tradições como a celebração do Dia de Finados; na Igreja do Bonfim, na sexta-feira da Paixão, a doação de peixes aos moradores locais pelas peixarias do bairro e as visitas guiadas ao Cemitério do Bonfim (BERNARDES, 2016).

Já o Bairro Carlos Prates originou-se da colônia agrícola Carlos Prates, a partir da sua incorporação à Zona Suburbana, em 1911 (AGUIAR, 2006). Pode-se dizer sobre o bairro que a atuação do mercado imobiliário, sobretudo entre as décadas de 1920 e 1930, influenciou na subdivisão de antigos lotes rurais em outros de menores dimensões (MARTINS, 2009), seguindo o padrão da zona suburbana, sendo a região inicialmente atraente para construtoras em função do baixo custo dos lotes e proximidade com a área central.

Assim como na Lagoinha, o Bairro Carlos Prates teve de lidar com transformações na sua paisagem decorrentes de obras viárias estruturantes realizadas entre as décadas de 1970 e 1980, como a implantação do Viaduto Elevado Castelo Branco e a canalização dos córregos sob as avenidas Pedro II e Nossa Senhora de Fátima (MARTINS, 2009).

Se, por um lado, essas intervenções contribuíram para a facilidade de acesso na região, por outro lado, atraíram fluxo intenso de veículos, poluição sonora e visual, tornando o bairro, posteriormente, pouco atrativo para investimentos (ANDRADE; ARROYO, 2012).

Contudo, apesar das transformações na ambiência do bairro, verifica-se que a porção adjacente ao Bairro Bonfim e à Lagoinha ainda preserva as características vinculadas ao período de construção da capital.

Do ponto de vista sociocultural, o bairro é marcado pelas tradições religiosas que se vinculam ao período inicial de sua construção, destacando-se colégios e paróquias que foram construídos por influência de missionários (ANDRADE; ARROYO, 2012). Também apresenta destaque o Mirante Carlos Prates, ou Praça Pisa na Fulô, local de convívio social dos moradores com vista privilegiada para a Serra do Curral.

Pode-se dizer, desse modo, que os bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, que integram o Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, ainda conservam suas características morfológicas, como a predominância do traçado irregular na conformação de suas ruas, quadras e lotes e do uso residencial, presente nas edificações singelas, de baixa altimetria, sendo muitas delas de relevância histórica. Diferentemente da área central de Belo Horizonte, que esteve mais sujeita às tendências de substituição da paisagem em função da especulação imobiliária, que resultaram na demolição de edificações de importância histórica e no seu processo

de adensamento e verticalização (CARSALADE, 2020), no caso dos bairros em estudo, que ocupam a área pericentral, antigamente denominada de zona suburbana, presenciou-se a transformação mais lenta da paisagem, com exceção das quadras adjacentes às obras viárias já mencionadas que ocasionam impactos negativos na ambiência da região.

Ainda em diferença à área central de Belo Horizonte, que concentrou exemplares monumentais de edificações que expressam os estilos em voga da época, os bairros pericentrais abrigaram edificações mais singelas, em parte construídas pela mão-de-obra imigrante, com a apropriação mais livre dos estilos arquitetônicos (ANDRADE; ARROYO, 2012), e compartilhando de condições peculiares de parcelamento e ocupação, sendo comum a presença de quintais compartilhados entre edificações e familiares. Tais condições tornaram os bairros pericentrais, ou antigos bairros suburbanos, singulares quanto as características de ocupação e valor cultural.

Após breve análise sobre o processo de desenvolvimento dos antigos bairros suburbanos Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, torna-se necessário compreender as peculiaridades do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates.

O CONJUNTO URBANO LAGOINHA, BONFIM E CARLOS PRATES

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte foi instituído a partir da Lei 3.802/1984, sendo suas ações de proteção cultural efetivamente implementadas a partir de 1990 (CUNHA, 1997). Sobre a política patrimonial conduzida em Belo Horizonte, é importante mencionar que o órgão de proteção sempre procurou conciliar, em sua gestão, as ações de proteção com a esfera do planejamento urbano (CARSALADE, 2010). Essa abordagem do conselho de patrimônio vai ao encontro dos desafios que permeiam a política patrimonial no contexto contemporâneo, em esfera global, diante da necessidade de se articular as ações de preservação com a dinâmica de desenvolvimento das cidades, instituindo um diálogo constante entre os agentes sociais envolvidos nesses processos (ARAÚJO, 2009).

Ainda nessa perspectiva, vale enfatizar que a proteção patrimonial deve ir muito além das formas de proteção de bens isolados, abrangendo também a necessidade de se compreender seu entorno e os interesses na manutenção da coesão da paisagem, o que envolve a análise de suas múltiplas camadas de composição de forma integrada, compreendendo as esferas ambiental, social, histórica e cultural (CASTRIOTA, 2007).

Seguindo esses princípios, como diretrizes da política patrimonial conduzida em Belo Horizonte, destaca-se a instituição dos Conjuntos Urbanos. Ressalta-se, como

ação pioneira do conselho de patrimônio, o tombamento de 10 conjuntos urbanos⁴ inseridos dentro do limite da Avenida do Contorno (CARSALADE, 2015), sendo que atualmente existem 23 conjuntos urbanos tombados na cidade (BRANDÃO; SOARES, 2017).

Os Conjuntos Urbanos são definidos como espaços polarizadores em que se verifica a coesão das suas características históricas, dos seus valores culturais e dos aspectos morfológicos, manifestados por meio da ambiência urbana, de suas edificações e das formas de apropriações que concentram (BRANDÃO; SOARES, 2017). Assim, eles são instituídos não só por concentrarem edificações com relevância histórica e cultural, mas também por conservarem aspectos peculiares e simbólicos da vida cotidiana e da sua paisagem urbana (CARSALADE, 2015).

Dentre os conjuntos urbanos protegidos em Belo Horizonte, destaca-se o Conjunto Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, instituído a partir da Deliberação nº 193/2016, sendo inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (BELO HORIZONTE, 2016). De acordo com o Dossiê de Tombamento do conjunto, o perímetro de proteção foi definido com base na

⁴ Foram tombados inicialmente, pelo conselho, os conjuntos urbanos “Avenida Afonso Pena, Avenida Álvares Cabral, avenidas Carandaí e Alfredo Balena, Rua da Bahia, Praça da Boa Viagem, Rua dos Caetés, Praça da Estação, Praça Floriano Peixoto, Praça Hugo Werneck e Praça da Liberdade (CARSALADE, 2015, p.218)”.

análise dos elementos polarizadores da região e de como eles se articulam, contribuindo para sua coesão.

É importante mencionar que os critérios de análise de conjuntos urbanos em Belo Horizonte baseiam-se nas categorias de mapeamento que são definidas no âmbito da antropologia urbana, fortemente influenciada pelos estudos conduzidos por José Guilherme Cantor Magnani, professor doutor coordenador do Núcleo de Antropologia Urbana NAU/USP (BRANDÃO; SOARES, 2017).

Dentre esses critérios, sobressai-se a definição dos conceitos utilizados por Magnani (1992) de mancha, pedaço e trajeto. Em linhas gerais, os pedaços correspondem aos territórios que apresentam coesão quanto às relações sociais e particularidades na vivência cotidiana; já as manchas podem integrar vários pedaços e caracterizam-se em função da continuidade dos seus aspectos morfológicos e das formas de apropriações que concentram. Esses pedaços que integram a mancha podem ora se complementarem ou dialogarem e, em outras situações, manifestarem oposição, contudo ainda contribuem para a manutenção do sentido de unidade ou de conjunto. Os trajetos configuram eixos principais que articulam, de um ponto ao outro, espaços com características semelhantes, conectando pedaços e perpassando pelo interior da mancha (MAGNANI, 1992).

Esses critérios oriundos da Antropologia Urbana foram considerados na delimitação e análise do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Quanto as manchas (Figura 2), percebe-se, no Conjunto Urbano, que a Rua

Itapecerica conforma ambiências em seu entorno, sendo denominada, pelo conselho de patrimônio, como Mancha da Itapecerica. A rua apresenta características particulares por conformar relações distintas entre as porções que a integram de modo que se percebe, de um lado, a influência da degradação das quadras próximas à Avenida Antônio Carlos e, do outro, a relevância histórica das quadras situadas próximas a Rua Além Paraíba. Também conforma uma mancha, denominada neste caso de Mancha Residencial, a região situada entre as Ruas Além Paraíba e Bonfim e o entorno do Cemitério do Bonfim. Verifica-se coesão dessa porção em relação às tradições interioranas de apropriações do espaço público, com o uso residencial mais presente. Já a Mancha Vila Senhor dos Passos conforma uma região que é menos articulada com o restante do conjunto, sendo caracterizada pelas condições mais precárias de ocupação, que ocorre de modo informal, apresentando vitalidade e dinâmica própria. A Mancha Comercial é conformada pelo trecho compreendido entre a Rua Bonfim e Avenida Pedro II, onde se verifica a presença marcante de estabelecimentos comerciais e galpões, que caracterizam padrões tipológicos distintos e que contribuem para configurar uma ambiência diferente em relação às outras manchas, sendo menos apropriada, sobretudo no período noturno. Já nas porções mais ao sul do Conjunto Urbano, identifica-se a Mancha Comercial Carlos Prates e a Mancha Residencial Carlos Prates, que apresentam mais variações tipológicas no padrão das edificações que integram o conjunto, nos usos e nas relações de pertencimento de seus moradores (BICALHO, 2016).

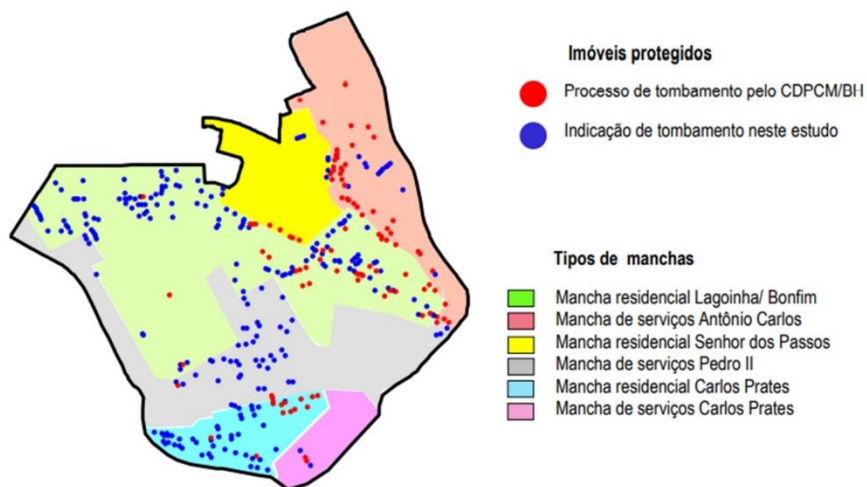


Figura 2 As manchas no Conjunto Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates
 Fonte: Bicalho, 2016. Editado pela autora.

Também é importante mencionar que as vias Itapecerica, Além Paraíba e Bonfim configuram trajetos pelo simbolismo que carregam e pelas condições peculiares de usos e apropriações que concentram (BICALHO, 2016).

Como pedaço (Figura 3) que constitui marco na paisagem para seus moradores e que concentra relações sociais, destaca-se o Santuário Arquidiocesano Nossa Senhora da Conceição. Situado na Rua Além Paraíba, ocupa posição de destaque e consolida um equipamento catalizador de relações sociais e de manifestação da vida religiosa, o que é tão tradicional no Conjunto Urbano. Na região, outro pedaço

identificado que faz parte do cotidiano e do imaginário coletivo dos seus moradores é o Cemitério do Bonfim. Pode-se mencionar também, como outras referências no bairro, o Complexo Viário da Lagoinha, obra de grande impacto na ambiência da região; a Casa da Loba, que constitui relevância histórica e simbólica na Rua Itapecerica; a Praça Quinze de Junho, situada no ponto mais alto da Rua Além Paraíba, confluência dos bairros Lagoinha, Bonfim e da Vila Senhor dos Passos; as tradicionais peixarias no Bonfim e os grandes equipamentos como o Conjunto IAPI, o Mercado Popular da Lagoinha e o Hospital Odilon Berekhs (BICALHO, 2016).

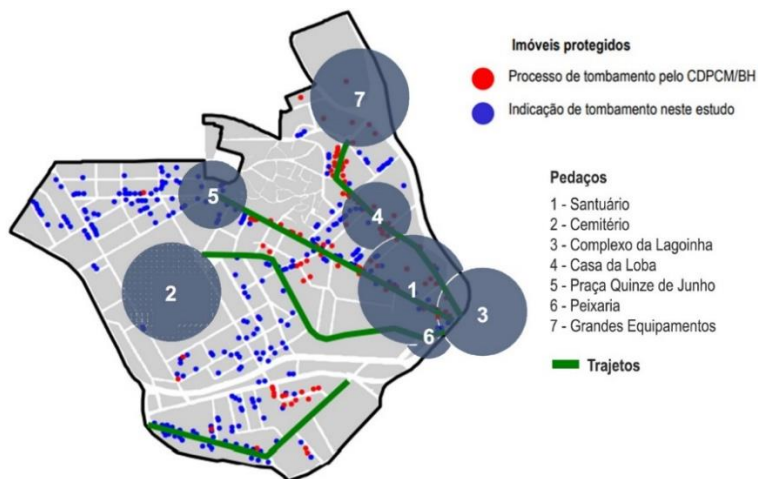


Figura 3 Os trajetos e pedaços no Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates

Fonte: Bicalho, 2016. Editado pela autora.

A partir da análise apresentada sobre os principais critérios antropológicos considerados na delimitação desse Conjunto Urbano, verifica-se que, apesar da predominância do uso residencial na região, com o padrão de edificações mais singelas, de baixa altimetria e de significativo valor afetivo e histórico, além de caráter interiorano quanto às formas de apropriações e relações sociais entre os moradores, a Região da Lagoinha, incorporando o Bairro Bonfim e parte do Carlos Prates, apresenta peculiaridades, em sua paisagem, que ora dialogam com as condições históricas de ocupação da região e suas tradições, ora se articulam com a dinâmica instituída pelos eixos viários que constituem seus limites, evidenciando a situação de degradação de algumas porções da região e o seu reconhecimento enquanto local de passagem.

Para além desses aspectos, no conjunto urbano, verifica-se a presença de mirantes que direcionam para pontos focais, situadas em cotas altimétricas elevadas, como a Praça Quinze de Junho, no Bairro Lagoinha, a Praça Doze de Dezembro, no Bairro Bonfim e o Mirante Carlos Prates. Esses espaços possibilitam vistas privilegiadas para a Serra do Curral, o que reforça a importância de manutenção da paisagem no conjunto, além de constituírem importantes espaços públicos de convívio social dos moradores (BICALHO, 2016).

Sobre as edificações históricas, muitos “[...] desses imóveis possuem uma arquitetura referente ao início do século XX, marcado pelo primeiro ecletismo de Belo Horizonte, mas apresentando também exemplares *art déco*, protomodernistas

ou modernistas com feição popular” (BICALHO, 2016, p.91). Desse modo, apesar de parte significativa das edificações encontrarem-se em estado de degradação pela falta de incentivos voltados à sua conservação e restauro, carregam a memória de imigrantes que residiram no local e que contribuíram para a definição de singularidades em relação à paisagem construída, sendo identificado, inclusive, situações recorrentes de edificações que compartilham o mesmo lote, constituindo modos específicos de moradia coletiva (ANDRADE; ARROYO, 2012).

De acordo com as diretrizes de tombamento do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, é instituída, como forma de proteção, a definição das categorias de: Bens Culturais Tombados, totalizando 7 bens já reconhecidos pelo Conselho de Patrimônio de Belo Horizonte; Bens Culturais em Processo de Tombamento, em que há o interesse desse tipo de proteção pela sua relevância histórica e cultural – nesse caso totalizam 374 bens culturais inventariados; e Bens indicados para Registro Documental, que abrange os bens de importância cultural nos quais não há o interesse de tombamento –enquadram-se nessa categoria 65 bens (BELO HORIZONTE, 2016).

A partir desses dados, percebe-se que, apesar da relevância histórica e cultural da região, existe um número reduzido de bens culturais tombados pelo conselho de patrimônio. Ressalta-se também que somente o processo de tombamento das edificações indicadas pelo conselho não seria uma medida de proteção efetiva para garantia da integridade física dos bens e para manutenção de seus valores afetivos

ou das práticas culturais que suscita. Tais ações necessitam do envolvimento direto da população residente na região, por meio da instituição de canais participativos para legitimação da política preservacionista.

Ainda, tendo em vista que o processo de tombamento representa o uso de um instrumento mais rígido de proteção, que define restrições quanto as intervenções que poderão ser realizadas nos bens protegidos, torna-se necessário também a vinculação de benefícios fiscais como forma de se incentivar os proprietários dos bens tombados a adotarem medidas preventivas de conservação do imóvel, assegurando, quando necessário, o processo de restauro daquelas edificações em estado de degradação avançado. De modo geral, é essencial o envolvimento dos moradores nesses processos para conhecimento da relevância histórica e cultural associada a esses bens e para entendimento do conselho de patrimônio de quais os fatores que fundamentam os posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis aos tombamentos por parte da população, que é diretamente afetada por essas ações.

Também a partir do Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, são instituídos limites de altimetria em relação às edificações que integram o conjunto. De um modo geral, nas áreas mais preservadas da região, e que concentram edificações de relevância histórica e cultural, são mais restritivos os limites de altimetria, enquanto que as áreas adjacentes aos eixos viários prioritários, representados pela Avenida Antônio Carlos e Pedro II, são definidos limites de altimetria mais permissivos. Vale destacar que essas restrições de limite de

altimetria vinculam-se ao interesse de preservação das visadas para a Serra do Curral, visto que algumas regiões desempenham o papel de mirantes, como já mencionado.

Contudo, apesar dos interesses de conservação da paisagem manifestos por meio das diretrizes apresentadas no Dossiê de Tombamento do conjunto em questão, percebe-se interesses conflitantes de planejamento urbano para essa região entre as diferentes instâncias públicas que atuam na cidade. De um lado, verifica-se medidas mais restritivas de ocupação vinculadas ao processo de tombamento do conjunto urbano (2016), também expressas no novo Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei nº 11181/2019), porém, do outro lado, a proposta da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste (OUC ACLO) e seus desdobramentos por meio da recente apresentação do Plano de Qualificação Urbanística Centro-Lagoinha (2021) instituem parâmetros mais permissivos, com a possibilidade de alcance de maior potencial construtivo na região por meio da definição de um sobrezoneamento.

Assim, torna-se necessário compreender, em linhas gerais, as diretrizes apresentadas para essa mesma área a partir do novo Plano Diretor e da Operação Urbana Centro-Lagoinha.

A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA CENTRO-LAGOINHA E O NOVO PLANO DIRETOR DE BELO HORIZONTE

No ano de 2014, foi divulgado o Plano Urbanístico da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste (OUC ACLO). A proposta trouxe em seu bojo o interesse de adensamento das áreas consideradas como corredores viários prioritários da cidade, representados pela Via Expressa, avenidas dos Andradas, Tereza Cristina e do Contorno; das vias prioritárias para o transporte coletivo, que configuram as avenidas Antônio Carlos e Pedro I; e do entorno das estações de metrô, com estimativa da área total de intervenção de 30,4km² (BELO HORIZONTE, 2015; BERNARDES; GONÇALVES, 2021). Uma das regiões contempladas na proposta da operação é a Região da Lagoinha em função, dentre outros motivos, da conexão estratégica que desempenha a partir do eixo viário prioritário representado pela Avenida Antônio Carlos.

Dentre as diretrizes preconizadas para o Bairro Lagoinha, a partir da OUC ACLO, vale enfatizar o interesse de instituição de um Corredor Cultural abrangendo a região e adjacências (BELO HORIZONTE, 2015). Além disso, manifesta-se o interesse de renovação urbana e verticalização das quadras lindeiras aos eixos prioritários representados pela Avenida Antônio Carlos e Pedro I, que se contrapõe às ações preservacionistas voltadas à manutenção da paisagem vinculados ao processo de tombamento do conjunto.

Ainda como parte do Plano Urbanístico, são destacados, como interesses de intervenções, a melhoria das condições de mobilidade da região, com ênfase no pedestre, por meio de propostas de requalificação viária e da definição de critérios urbanísticos voltados à garantia da fruição pública nos espaços urbanos, além da proposição de implantação de equipamentos culturais (BELO HORIZONTE, 2015).

Contudo é importante destacar que essas diretrizes voltadas à valorização do resgate da história da região, em contraposição às ações de renovação urbana preconizadas pelo Plano Urbanístico da operação, poderão induzir o processo de gentrificação da área devido à possibilidade de aumento do custo de vida, uma vez que seriam priorizados, no bairro, usos voltados ao consumo cultural e entretenimento, além dos riscos de desapropriações diante de demanda de áreas para implantação de infraestrutura (BERNARDES, 2016).

Como desdobramento da OUC ACLO, foi divulgado recentemente o Plano Urbanístico que irá direcionar a primeira fase da operação, denominada de Operação Urbana Centro-Lagoinha. Entre as diretrizes instituídas pelo plano, é proposto um sobrezoneamento para a região, com a definição de novas classificações relacionadas com o interesse de adensamento das áreas que integram a região.

Por meio do Programa Básico de Ocupação da operação (BELO HORIZONTE, 2021), são propostas (Figura 4), dentro do perímetro da Região da Lagoinha, as Áreas de Transformação, que constituem aquelas porções do território com maior

interesse de adensamento por desempenharem a importância de centralidades regionais, compreendendo, neste caso, as áreas adjacentes às Avenidas Antônio Carlos e Pedro II, sendo admitido o coeficiente máximo⁵ de 8. Também são previstas as Áreas de Adensamento Preferencial, que apresentam condições favoráveis de ocupação em função da infraestrutura e acessibilidade existente, abrangendo os terrenos adjacentes à Rua Bonfim, no Bairro Bonfim, e à Rua Diamantina, na Lagoinha, sendo admissível o coeficiente máximo de 6. Por fim, são previstas as Áreas de Adensamento Moderado, que conformam áreas com potencial de ocupação mais restrito, representadas, no caso, pelas áreas com paisagem mais conservada e que concentram patrimônio mais expressivo na Região da Lagoinha. Apesar de essas áreas serem classificadas como de ocupação mais controlada, ainda admitem potencial construtivo mais elevado do que o instituído pelo Plano Diretor de Belo Horizonte, sendo admissível o coeficiente máximo de 2,5.

⁵ O coeficiente de aproveitamento equivale ao potencial construtivo do terreno. Ou seja, corresponde a um valor que, multiplicado pela área do terreno, indica a metragem que se pode edificar no local. Esse potencial construtivo pode ser alcançado gratuitamente, por meio do coeficiente de aproveitamento básico, ou onerosamente, por meio do coeficiente de aproveitamento máximo ou de centralidade.

simbólica. Nessas áreas, fica estabelecido o coeficiente máximo de 1,3, o que deixa evidente o interesse de manutenção dos padrões de ocupação já existentes e da paisagem. Já a porção mais fragmentada da região ao leste da Avenida Antônio Carlos e de parte do Bairro Carlos Prates passa a ser classificada como de Ocupação Moderada 3, que também apresenta o interesse de controle maior de ocupação em função das condições de saturação da infraestrutura, mas admitindo coeficiente de aproveitamento superior. No caso, define-se como coeficiente máximo para essas áreas o valor de 1,5. Já nas regiões definidas como centralidades regionais, que abrangem as quadras adjacentes às Avenidas Antônio Carlos e Pedro I, admite-se o coeficiente de centralidade de 5, substituindo, nesta situação, o valor que seria correspondente ao coeficiente máximo devido ao interesse de adensamento dos eixos viários prioritários (BELO HORIZONTE, 2019).

A partir da análise apresentada dos parâmetros de ocupação relacionados com o novo Plano Diretor, observa-se que, em todas as classificações atribuídas, o coeficiente de aproveitamento máximo e de centralidade é inferior ao que é proposto pela Operação Centro-Lagoinha. Pode-se dizer, desse modo, que a possibilidade de alcance de maior potencial construtivo por meio do sobrezoneamento proposto com a Operação Centro-Lagoinha poderá resultar no comprometimento da paisagem e na perda da coesão do conjunto, enfatizando, inclusive, a perda do potencial de algumas áreas da região enquanto mirantes para a Serra do Curral, como já mencionado, o que reforça a importância de adoção de

medidas mais restritivas quanto à altimetria e ao potencial construtivo das áreas inseridas dentro do perímetro urbano do conjunto protegido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inseridos na Zona Pericentral, antiga zona suburbana de Belo Horizonte, os bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates atraíram expressivo contingente populacional desde o início da construção da nova capital, motivado, entre outros fatores, pela localização estratégica dessas regiões próximas à área central, pelo custo mais baixo dos lotes e pela legislação mais branda. Diferente da área central, que esteve mais sujeita aos processos de especulação imobiliária que induziram o adensamento e verticalização de áreas significativas do Centro e a perda de edificações de relevância cultural, os bairros suburbanos conservaram as características da paisagem correspondente ao início da construção da capital, bem como, mantiveram costumes e tradições que os tornam singulares.

Apesar de os bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates conseguirem manter características importantes que configuram aspectos singulares em suas paisagens, tiveram de lidar, ao longo de décadas, com constantes intervenções voltadas à melhoria da sua capacidade viária nos âmbitos local e metropolitano, que sacrificaram espaços públicos que eram relevantes para a vitalidade social da região, como tradições e costumes. Desse modo, verifica-se, nesses bairros, porções que ainda preservam a relevância histórica e cultural que carregam, e, em

outras áreas, o processo de degradação de suas edificações históricas e a presença de vazios resultantes das obras viárias que desarticulam o conjunto urbano.

Assim, a proposta de Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (OUC ACLO) e seus desdobramentos com a Operação Centro-Lagoinha surge como possibilidade de renovação urbana da área diante do interesse de se promover a requalificação de áreas degradadas e o maior adensamento nos eixos viários considerados prioritários. Essa proposta se contrapõe em alguns aspectos ao interesse de manutenção da paisagem diante da possibilidade de aumento de potencial construtivo de áreas significativas dos bairros em estudo. Diante dessa ameaça à ambiência local, a instituição do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates representa uma alternativa para se frear as transformações previstas com a proposta da operação e garantir a conservação da paisagem.

Ressalta-se que, diante das possibilidades de renovação urbana representadas pela operação, tornam-se iminentes as tendências de aumento da especulação imobiliária com a possibilidade de venda de potencial construtivo para setores privados, e essas condições de valorização econômica da região podem resultar em processos de gentrificação, de forma que a população residente poderia não ser beneficiada pelos processos de reestruturação urbana.

Ainda, a proposta de operação urbana pode resultar em tendências de transformação de espaços culturais em objetos de consumo, tornando a área atrativa para um público externo ao invés da população residente. O interesse de

renovação urbana poderia resultar também em desapropriações, sendo uma região que já sofreu muito com decréscimo populacional em função das obras estruturantes dos viadutos e abertura e alargamento de vias.

Apesar da importância da instituição do Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, caso as diretrizes adotadas no processo de requalificação urbana dessas regiões não abarquem a participação popular e não sejam condizentes com os anseios da população residente nesses locais, somente o tombamento dos bairros não seria suficiente para a manutenção da coesão do conjunto no que tange os costumes e as práticas sociais tradicionais que os tornam tão ricos culturalmente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Morte, cultura, memória - múltiplas interseções**: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. **Bairros Pericentrais de Belo Horizonte, patrimônio, territórios e modos de vida**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. Instrumentos urbanísticos na preservação do patrimônio: áreas de conservação e planos urbanos. *In*: MIRANDA, Marcos Paulo; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge (Org.). **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 56-67.

BAPTISTA, Mariana Rettore. **Gentrificação e Economias Urbanas da América Latina**: Um Estudo de Caso sobre a Região da Lagoinha em Belo Horizonte, Brasil. 79f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: Memória Histórica e Descritiva; história média. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 906p.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 11181/2019. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, **Câmara Municipal**, 2019, 97 p. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11181/2019>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. Deliberação nº 193/2016: Proteção do

Conjunto Urbano dos Bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Diário Oficial do Município, Poder Executivo, Belo Horizonte, Ano XXVI - Edição N.: 5193. 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 4034 de 25 de MARÇO de 1985.

Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano do município de Belo Horizonte, e dá outras providências. Belo Horizonte, **Câmara Municipal**, 1985. Disponível em:

< <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1985/403/4034/lei-ordinaria-n-4034-1985-dispoe-sobre-o-uso-e-a-ocupacao-do-solo-urbano-do-municipio-de-belo-horizonte-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Operação urbana consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste: Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança**, 2015. Belo Horizonte: PBH, 25 Out. 2015. Disponível em: < www.pbh.gov.br/ouc> Acesso em: 24 fev. 2022.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Plano de Qualificação Urbanística Centro-Lagoinha**. Belo Horizonte: PBH, fev. 2021. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano-centro-lagoinha/plano-qualificacao-urbanistica-centro-lagoinha>> Acesso em: 14 ago. 2021. 24 fev. 2022.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Relatório apresentado pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima ao Governador Benedito Valladares Ribeiro em 1935-1936**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

BERNARDES, Brenda Melo; BORSAGLI, Alessandro. A metamorfose de uma paisagem: a construção, o apogeu e o processo de descaracterização do bairro Lagoinha. **Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (REAPCBH)**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2014, N. 1, p.45-65.

BERNARDES, Brenda Melo. **Memória, cotidiano e as propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha em Belo Horizonte/MG: múltiplas visões de um mesmo lugar**. 2016. 165f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BERNARDES, Brenda Melo; GONÇALVES, Raquel Garcia. Reflexões sobre o Bairro Lagoinha em Belo Horizonte/MG: os interesses mercadológicos que incidem sobre a região e sua importância enquanto lugar de memória. *In*: VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2021, Brasília. Limiaridade, processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo. **Anais...** Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de Brasília, 2021. p. 673-694.

BRANDÃO, Mariana Guimarães; SOARES, Carolina Pereira. A política de proteção do patrimônio cultural em Belo Horizonte. *In*: SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS Brasil, I, 2017, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 2017, p. 1-20.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Área central: um olhar a partir do patrimônio cultural. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v.16, n.2, p.79-92, 2010.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Diretrizes de proteção para Conjuntos Urbanos de Interesse Cultural de Belo Horizonte. In: FERNANDES JUNIOR, Edésio; ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de (org.) **Entre o urbano, o social e o ambiental: a práxis em perspectiva**. Belo Horizonte: Gaia Cultural - Cultura e Meio Ambiente, 2015. p. 218-220.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, set/dez 2007.

CUNHA, Flávio Saliba. Patrimônio Cultural e Gestão Democrática em Belo Horizonte. **Varia Historia**, Belo Horizonte, nº 18, Set/1997, p.83-98.

LEMOS, Celina. A Lagoinha e suas imagens - a refiguração do seu presente. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 121-160, mai.1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1992, v. 35, p.191-203.

MARTINS, Mariana Maia. **Uma nova dinâmica imobiliária?** estudos e interpretações dos bairros Carlos Prates e Padre Eustáquio. Belo Horizonte: Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos (LAB-URB) - UFMG, 2009.

MINAS GERAIS, Governo do Estado de. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e

Coordenação Geral Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana - PLAMBEL, 1979.

MORAES, Fernanda; GOULART, Maurício. As dinâmicas da reabilitação urbana: impactos do Projeto Lagoinha. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 9, n. 10, p. 51-71, dez. 2002.

QUEIROGA, Daniel Silva. **Nossas ruas, nosso patrimônio (in)visível**: Dicionário toponímico da região da Lagoinha. 1ed. Belo Horizonte, MG: Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável, 2021.

A RACIONALIZAÇÃO DA TERRA NA FUNDAÇÃO URBANA NO SÉCULO XX¹

Caroline de Melo Almeida²
Nilson Ghirardello³

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p123-152

Resumo

A fundação urbana do início do século XX refletiu as mudanças ocorridas no século precedente, destacando-se a Lei de Terras (1850), a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889). Isso posto, este trabalho estuda a história de

¹ Este artigo toma por base investigação em andamento no mestrado de Caroline de Melo Almeida, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARq) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Bauru/SP, sob orientação do Prof. Dr. Nilson Ghirardello.

² Arquiteta e urbanista pela FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente/SP, mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela FAAC-UNESP, campus de Bauru/SP. *E-mail: melo.almeida@unesp.br*

³ Arquiteto e urbanista pela PUC-Campinas, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela EESC-USP, doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARq) da FAAC-UNESP, campus de Bauru/SP. *E-mail: nilson.ghirardello@unesp.br*

Martinópolis, município de São Paulo, demonstrando o impacto desses fatores em sua formação e uma das facetas integrantes desse processo: as atividades das companhias de colonização no extremo oeste paulista. A pesquisa, que contribui para o conhecimento da história da região, lança mão da literatura voltada ao tema e particularmente de documentação primária.

Palavras-chave: Interior Paulista. Companhias de Colonização. Loteamento rural. Fundação Urbana. Martinópolis.

Abstract

The urban foundation at the beginning of the 20th century in Sao Paulo reflected the changes that occurred in the previous century, as the Land Law (1850), the abolition of slavery (1888) and the Proclamation of the Republic (1889). So, the study of the history of Martinópolis demonstrates the impact of these factors on their formation and one of the facets that make up this process: the activities of colonization companies in the west of São Paulo. The research, which contributes to the knowledge of the history of the region, makes use of literature focused on the topic and primary documentation.

Keywords: São Paulo Countryside. Colonization Companies. Rural allotment. Urban Foundation. Martinópolis.

Resumen

La fundación urbana a principios del siglo XX reflejó los cambios ocurridos en el siglo anterior, como la Ley de Tierras (1850), la abolición de la esclavitud (1888) y la Proclamación de la República (1889). Así, el estudio de la historia de Martinópolis demuestra el impacto de estos factores en su formación y una de las facetas que conforman este proceso: las actividades de las empresas colonizadoras del occidente paulista. La investigación, que contribuye al conocimiento de la historia de la región, utiliza literatura centrada en el tema y documentación primaria.

Palabras-claves: Campiña de São Paulo. Empresas de colonización. Asignación rural. Fundación Urbana. Martinópolis.

INTRODUÇÃO

A cidade de Martinópolis, localizada na região de Presidente Prudente, tem cerca de 26.628 habitantes e 1.253,564 km² de área territorial (Figura 1).⁴ Sua formação ocorreu na década de 1920, dentro do contexto histórico de expansão da lavoura de café e das linhas férreas em direção ao interior do estado de São Paulo.

⁴ Estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/martinopolis.html>>. Acesso em: 18 maio 2021.



Figura 1 Localização de Martinópolis no Estado de São Paulo, sem escala.

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (IGC); editado pelos autores, 2021.

O objetivo do presente trabalho é explanar uma parte dos resultados da pesquisa em nível de mestrado acadêmico, na qual a formação urbana da cidade é investigada sob a ótica da História Urbana e sob o ponto de vista do arquiteto e urbanista. Desse modo, a relação entre o loteamento urbano e o rural é abordada

tendo em vista a atuação das empresas (ou companhias) de colonização no extremo oeste do estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Essa investigação contribui, portanto, para o conhecimento sobre a formação da região, um dos últimos pontos do estado de São Paulo a ser apossado pelo homem branco. A metodologia de trabalho foi dividida em três etapas: consulta a fontes e revisão bibliográfica, levantamento de dados e digitalização de mapas, e, por fim, análise do material auxiliada pela literatura do tema.

A região de Presidente Prudente, antes demarcada nos mapas como “zona desconhecida habitada por índios” (COBRA, 1923, p. 4), teve seu processo inicial de ocupação enraizado em meados do século XVIII, quando houve o declínio da atividade mineradora no cenário nacional, em particular nas Minas Gerais. Nesse sentido, o estudo tem princípio no panorama das mudanças ocorridas ao longo do século XIX, com a “Lei de Terras” (1850), a abolição da escravidão (1888), a imigração, a cultura do café, a Proclamação da República (1889) e o avanço das ferrovias em direção ao rio Paraná.

Nesse contexto, os mineiros iniciaram a migração para a então Província de São Paulo, fixando-se principalmente nas grandes extensões de terras inexploradas pelo homem branco e habitadas por indígenas do grupo Guarani e Kaingang. Esse movimento, marcado pelas grandes posses dos mineiros José Theodoro de Souza,

João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes, intensificou-se sobretudo no período da Guerra do Paraguai (1864–1870) (COBRA, 1923).

Entretanto, a formação urbana efetiva se dará apenas durante o início do século XX, sendo que as cidades que surgiram nesse contexto tiveram formação distinta das anteriores, criadas a partir de patrimônios religiosos, isto é, eram estabelecidas por meio da doação do chão à Igreja e posterior aforamento. Com a separação entre Igreja e Estado, ocorrida na República, houve paulatino processo de laicização na fundação urbana, que se aproximou dos moldes capitalistas, com a terra sendo comercializada como mercadoria (GHIRARDELLO, 2002, p. 185). Nesse contexto, as empresas de colonização tiveram destaque, fundando cidades no entorno das estações ferroviárias.

Apesar das mudanças, algumas características do traçado urbano se mantiveram, como o desenho ortogonal. No entanto diferenciações podem ser notadas, como a primazia da estação ferroviária no espaço urbano e o complexo sistema político e econômico no qual a fundação urbana passou a representar um investimento mais seguro, havendo uma ruptura entre o campo e os vendedores de terra (MONBEIG, 1984; SILVA, 2003).

COMPANHIAS DE COLONIZAÇÃO

A partir do século XIX, o país, que vivia os tempos da cultura do café, assistiu ao incentivo à imigração, particularmente, após a abolição da escravatura (1888), como forma de atender a lavoura, necessitada de braços, fazendo surgir a forma de trabalho do colonato. Nessa política, houve a multiplicação da pequena propriedade, sempre associada ao grande latifúndio, com a fundação de núcleos coloniais para atração do estrangeiro. Todavia, dadas as más condições de vida nos núcleos, consequência das divergências entre fazendeiro e colono, fruto da herança da forma de trabalho escravista, o imigrante rapidamente passou a guardar dinheiro por meio da policultura e mesmo do comércio, tendo em vista a compra de terras (FERLINI, FILLIPINI, 1993; GHIRARDELLO, 2002; MARTINS, 2012).

A participação estrangeira, porém, não se restringiu apenas à condição de colono: a economia baseada no café apresentava forte traço de instabilidade devido às características intrínsecas da cultura – sujeita às geadas e pragas – e à grande quantidade de cafeeiros em produção – o que culminou nas crises de superprodução a partir dos anos 1900. Dessa forma, houve o início da política de valorização do café com o apoio dos bancos estrangeiros, o que fez com que houvesse a infiltração de capitalistas estrangeiros no movimento em direção ao oeste do estado de São Paulo (CALDEIRA, 2017; MARTINS, 2012; MONBEIG, 1984).

Esse movimento, por sua vez, foi marcado pelo nomadismo dos fazendeiros, à procura de terras virgens para o cultivo, por vezes abandonando as antigas áreas cafeeiras com as terras empobrecidas pelo mau uso. Nesse cenário, a região do Planalto Ocidental Paulista ganhou destaque, haja vista a conexão de São Paulo com Mato Grosso proporcionada pela construção de estradas e o avanço da ferrovia, e, também, pela grande reserva de terras que jazia em comunhão entre os primeiros posseiros vindos de Minas Gerais. No recorte espacial deste estudo, a Estrada de Ferro Sorocabana representou a conexão ferroviária do interior paulista com os grandes centros, atingindo a região de Presidente Prudente em 1919 (ABREU, 1972; COBRA, 1923; MONBEIG, 1984).

Os imigrantes mineiros foram os primeiros a tomar posse das terras devolutas entre a cidade de Botucatu e o rio Paraná, incentivados pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, quando houve a liberação da posse de terras como mercadoria a ser negociada. Essa imigração marcou a entrada do homem branco no oeste da então Província de São Paulo.⁵ Assim, com o aumento do interesse nessa porção da Província, também incentivada pela Guerra do Paraguai (1864-1870) – que, entre outros impactos, demonstrou a importância da conexão com Mato Grosso –, houve a organização da Comissão Geográfica e Geológica (CGG), cuja responsabilidade

⁵ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, “Lei de Terras”. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

se deu na exploração das terras, tendo em vista os interesses dos cafeicultores (ABREU, 1972; MONBEIG, 1984; PIMPÃO; SANTOS, 2017).

Isso posto, no início da República, houve, em São Paulo, a atenuação das leis relativas às terras devolutas. A Constituição Federal de 1891 transferiu aos estados a responsabilidade sobre a questão, e, dada a pressão por parte dos grandes proprietários de terras, houve a promulgação da Lei nº 545, de 2 de agosto de 1898, que tornou mais permissivos os critérios para a posse e facilitou a atuação dos grileiros, dado o tempo ganho de 14 anos, “pois, com a nova lei, podiam falsificar os títulos com data de 1878 e não 1854, como determinava a lei de 1850” (FELICIANO, 2013, p. 179).⁶ Destarte, com a promulgação da Lei nº 1.844 em 1921, houve a confirmação da ausência de iniciativa do governo para o controle efetivo da posse da terra, apenas a tentativa de legitimação tendo em vista o desenvolvimento capitalista (FELICIANO, 2009).⁷

Por conseguinte, o contexto proporcionou a grande atuação dos grileiros e propagação dos conflitos de terra nesse período, origem da incerteza das posses

⁶ Artigo 64 da Constituição de 1891: “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 de maio de 2021. Lei nº 545, de 02 de agosto de 1898. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br>>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

⁷ Lei nº 1.844, de 27 de dezembro de 1921. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br>>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

da terra na região da Alta Sorocabana. Os relatórios da Comissão Geográfica e Geológica, nesse cenário, serviram para a ocupação da região sob o viés do comércio de terras, auxiliando o conhecimento das características naturais do terreno, o avanço da ocupação do homem branco com a construção de estradas e ferrovias e, também, as declarações de imprestabilidade de algumas posses (FELICIANO, 2009, p. 238). Cobra (1923) e Leite (1998) apontam, inclusive, as publicações da Secretaria da Agricultura do Estado nos anos 1932 e 1939, que afirmavam o perigo de aquisições de terra na região, demonstrando que a incerteza das posses perdurou por anos.

Ninguém ignorava que os títulos de propriedade eram mais duvidosos ali [na Alta Sorocabana] do que em qualquer região. Era pouco tentador ao agricultor arriscar-se em uma região que parecia mais fértil em produzir demandas do que cafeeiros. Conhecia-se mal essa região afastada, inicialmente invadida por mineiros, que a fizeram conhecida como área de criação. Ela interessou mais aos loteadores do que aos fazendeiros (MONBEIG, 1984, p.203).

O interesse dos loteadores se devia à proteção jurídica proporcionada pela comercialização da terra em lotes, pois a divisão das posses aumentava a dificuldade de fiscalização e a tentativa de averiguar a gleba inicial (GHIRARDELLO, 2002): “Vender terras tornou-se, assim, fonte de recursos menos incerta e mais

rendosa” (MONBEIG, 1984, p. 241). À vista disso, Caldeira (2017) afirma que as mudanças legislativas após a Proclamação da República resultaram na facilidade de abertura de empresas e sociedades em diferentes segmentos, o que culminou na organização empresarial dos loteadores de terras. Por conseguinte, no início do século XX, o comércio de terras rurais organizado por empresas se mostrou negócio menos arriscado do que a agricultura, que sofria com as disputas judiciais além de estar sujeita ao clima, preços internacionais e crises do mercado.

Essa organização contou com uma estrutura de propaganda por meio da imprensa, que cresceu no país devido aos investimentos em capital humano ocorridos na Primeira República associados à presença dos imigrantes alfabetizados. A partir disso, a escala empresarial desse mercado atingiu um nível sem precedentes, com amplo sistema de crédito, infraestrutura de transporte e comunicação vinculados à propaganda nos jornais de grande circulação, como o “Estado de São Paulo” (CALDEIRA, 2017; MONBEIG, 1984; PUPIM, 2008).⁸

Os lotes rurais, vendidos a prazo e por preços baixos, atraíram principalmente os imigrantes das regiões de ocupação mais antiga, motivados pela possibilidade de

⁸ Fundado em 1875 e com circulação até hoje, o “Estado” já possuía grande alcance no início do século XX, sendo utilizado, também, como veículo de propaganda pelas companhias de colonização da Alta Sorocabana.

obterem uma parcela de terra e melhorarem a condição de vida (GHIRARDELLO, 2002).

A grandiosidade do negócio, pelo volume do capital empatado e da área possuída, trouxe a necessidade da racionalização administrativa nas vendas, da publicidade, de obras de suporte nas glebas para a comercialização, como a construção de estradas, criação de núcleos urbanos dotados de médicos, escolas, farmácias e outros melhoramentos para atrair os compradores. Daí a formação de emprêsas que coordenassem tôdas essas atividades (ABREU, 1972, p.74).

Assim sendo, o loteamento rural era viabilizado pela possibilidade de escoamento da futura produção pela ferrovia e, também, pela proximidade de núcleos urbanos: “os cartazes publicitários dos loteadores mencionam com destaque a presença no loteamento de tudo que é indispensável à vida material e também à parte espiritual dos clientes” (MONBEIG, 1984, p.235). Isto é, o povoado, constituído ao centro do loteamento rural, era elemento de atração, mas não prioridade das empresas colonizadoras, que só voltavam seus olhos a ele caso demonstrasse vida econômica ativa e possibilidade de progresso.

Houve casos em que o loteamento urbano precedeu o rural, dada a exigência de infraestrutura de apoio para a atração dos compradores. Assim, a fertilidade do solo, que era amplamente divulgada nas propagandas, não era a única necessidade

no empreendimento: era imprescindível ao processo de venda a existência da comunicação dos lotes rurais com a ferrovia por meio de um sistema de estradas de automóveis, bem como os serviços encontrados nas vilas e cidades próximas à gleba loteada (CONSTANTINO, 2010; MONBEIG, 1984).

As vilas e cidades da fronteira se tornaram entrepostos comerciais para a produção agrícola regional e ponto de comércio para o homem do campo. As áreas urbanas na fronteira cresceram em função do desenvolvimento rural, que por sua vez aumentou em função do apoio das áreas urbanas (SILVA, 2003, p.148).

À vista disso, a Estrada de Ferro Sorocabana, assim como a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, determinou o eixo do crescimento urbano sendo “povoadora por excelência” (MATOS, 1990, p. 167), atraindo os colonos das fazendas e, também, os imigrantes recém-chegados, pois “a inauguração das estações da Alta Sorocabana foi acompanhada por dez anos de prosperidade econômica” (MONBEIG, 1984, p. 202). Embora o café tenha sido um elemento importante na ocupação da região, o processo de urbanização se deu em função do avanço ferroviário e do interesse nos loteamentos rurais. Dessa forma, as cidades na região se estabeleceram no entorno das estações, “à feição de colar”, com pico entre 1910 e 1930 (LANGENBUCH, 2011; LEITE, 1972; SILVA, 2003).

A rápida urbanização do período se deve, portanto, à atuação das companhias de colonização que investiram na infraestrutura de comunicação e transporte como forma de viabilizar o comércio de terras rurais. Nesse contexto, houve a forte atuação de imigrantes estrangeiros não apenas como compradores dessas terras, mas também como loteadores. Exemplo foram os ingleses na região Noroeste com a The San Paulo Land, Luther & Colonization e, no Paraná, a Brasil Plantations Syndicate Ltd, da qual surgiu a Companhia de Terras Norte do Paraná (MARTINS, 2012; MATOS, 1990). Na Alta Sorocabana, por sua vez, houve a atuação, entre outras, da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, cuja diretoria foi marcada pela presença de imigrantes estrangeiros, e a Colonização Martins, chefiada por João Gomes Martins, imigrante português (ABREU, 1972; BONFIM, 2009; LEITE, 1972; ZILIANI, 2010).

COLONIZAÇÃO MARTINS

João Gomes Martins (1877-1937), personagem principal da história de formação de Martinópolis, foi um imigrante português originário da Ilha da Madeira.⁹ Raramente citado em estudos da região, teve a memória de seu trabalho preservada pelo autor José Carlos Daltozo, morador da cidade. Sua empresa, Colonização Martins, é citada por Abreu (1972) e Leite (1972), porém sua atuação ainda não foi alvo de pesquisa acadêmica. À vista disso, o trabalho lançou mão de buscas em acervos, encontrando o mapa das glebas loteadas pela empresa no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Figura 2).¹⁰ No mapa aparecem delimitadas sete propriedades; todas com a denominação “núcleo colonial”, o que indica a propaganda voltada aos imigrantes estrangeiros. A isso corrobora-se a existência da Colônia Varpa, parte do Núcleo Colonial Pitangueiras, que ficou conhecida pela concentração de imigrantes letos (LEITE, 1972; MONBEIG, 1984). O Núcleo Colonial Bôa Ventura, por sua vez, deu origem à cidade de Martinópolis e representa bem a forma de racionalização da terra empreendida pelas

⁹ A pesquisa encontrou as certidões de óbito e de casamento de João Gomes Martins com Carolina de Freitas Martins no 5º Cartório de Registro Civil das pessoas naturais (Santa Efigênia, São Paulo) e no 9º Cartório de Registro Civil das pessoas naturais (Vila Mariana, São Paulo), comprovando as informações encontradas a respeito do personagem.

¹⁰ O mapa (Código: <ML_CAR_05_17_060_01_01>) foi disponibilizado ao trabalho mediante contato via e-mail e assinatura de termo de responsabilidade por parte da autora.

companhias de colonização no período abordado. A escritura da compra da gleba foi lavrada em 17 de novembro de 1924, no 1º Tabelião de São Paulo, Capital, de acordo com a transcrição nº 1.777, livro 3-C, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Prudente. De acordo com essa transcrição e outros documentos encontrados (transcrição nº 6.992, livro 3-H, e o memorial do loteamento, ambos no mesmo cartório), a gleba representada no mapa corresponde à 1ª Seção do Núcleo Colonial Bôa Ventura, que em 1938 contava com mais duas seções. A 1ª, conforme presente no mapa, foi a que recebeu o arruamento urbano. A partir da análise da documentação levantada e da bibliografia de apoio, é possível afirmar que a gleba teve origem na fazenda Montalvão, que, por sua vez, remonta às posses de Francisco de Paula Moraes, um dos três primeiros mineiros a tomar posse de terras na região (COBRA, 1923; ABREU, 1972).

A forma retangular e alongada da área de 10 mil alqueires remonta às primeiras posses na região, conforme aponta Cobra (1923), onde a terra era dividida por aguadas, isto é, os limites correspondiam às bacias hidrográficas (na sua totalidade ou em parte) dos córregos e ribeirões identificados. Assim, no mapa é possível ver que o Núcleo Colonial Bôa Ventura correspondia à bacia hidrográfica do ribeirão Coroado, afluente do rio do Peixe, cujos limites eram a Estrada de Ferro Sorocabana, o rio do Peixe e as posses de duas empresas.

A forma como se optou fazer a divisão das terras pela Colonização Martins seguiu o princípio de facilidade e aproveitamento financeiro das posses: “Conservam-se, portanto, a forma retangular e contornos geométricos o mais precisamente possível; mas se os lados maiores da gleba eram paralelos às linhas mestras do relevo, os da fazenda lhes são perpendiculares” (MONBEIG, 1984, p. 215). Toda a divisão da terra seguiu a mesma lógica, pois, além da facilidade do sistema – que determinou a forma retangular e alongada dos lotes rurais –, era assegurado o acesso ao espigão e à água, que serviam como fronteiras naturais além de serem necessários ao cultivo e à vida doméstica (MONBEIG, 1984, p. 221). No mapa, é possível identificar o loteamento rural seguindo esse princípio.

Isso posto, o desenho do loteamento rural e urbano, feito por agrimensor ou prático, iniciava-se com o mapa de trabalho que consistia no traçado preliminar, a partir dos pontos geográficos e topográficos. Com base nesse traçado, a companhia colonizadora iniciava a propaganda para atrair os compradores. As medidas dos lotes rurais iam diminuindo conforme se aproximavam da área do loteamento urbano, que se situava no entorno da estação, ou seja, no alto do espigão. Com essa hierarquia de dimensão, era possível, caso o povoado crescesse, lotear as chácaras ao redor, transformando-as em área urbana (CONSTANTINO, 2010; LANGENBUCH, 2011; SILVA, 2003).

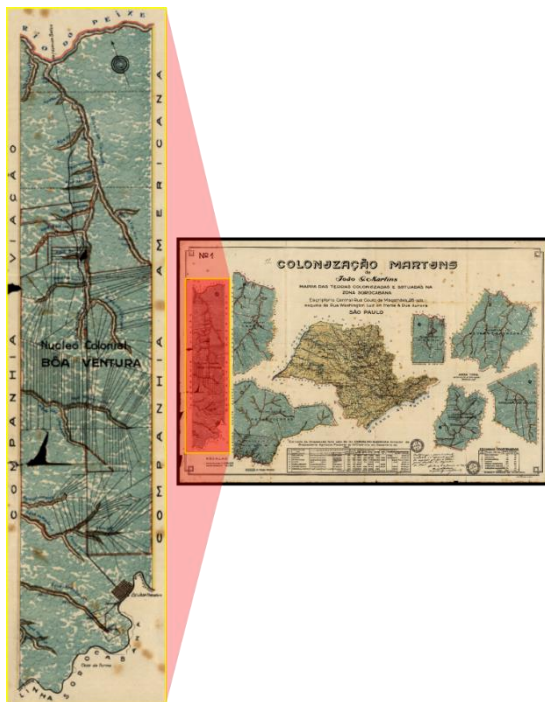


Figura 2 Mapa das terras comercializadas pela Colonização Martins, com destaque para o Núcleo Colonial Bôa Ventura, 1927.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2020; elaborado pelos autores, 2021.

A comunicação entre a área rural e a estação ferroviária se dava por meio das estradas de terra, nas quais começam a ser utilizados os veículos automotores, que, segundo Matos (1990), foram o recurso necessário para conectar as várias “bacias ferroviárias do oeste paulista”, localizadas nos longos espigões paralelos, característicos do Planalto Ocidental Paulista. No mapa, é possível ver o traçado da estrada que sai do sul, na área próxima à ferrovia, e segue em direção ao rio do Peixe, conectando os lotes rurais à estação ferroviária José Theodoro – fundada em 1917, segundo Abreu (1972) – e, também, à região Noroeste, pois a estrada seguia em direção à cidade de Araçatuba.

O aproveitamento dos lotes rurais, por sua vez, também se dava de acordo com as características naturais: a região mais alta era aproveitada para a moradia e a agricultura, concentrada nesse período no cultivo do café que, por ser suscetível às geadas nas áreas mais baixas, restringia-se aos espigões; as áreas mais baixas, próximas aos cursos d’água, eram utilizadas para a pecuária.

A criação bovina ganhou incentivo na região com a construção da estrada boiadeira pela Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso no início do século XX, ligando a região da Vacaria, em Mato Grosso, aos grandes centros consumidores de São Paulo. A empresa, que passou a ter o controle da navegação fluvial no rio Paraná e grandes porções de terras em ambos os estados, construiu diversos pousos ao longo da estrada, que se conectava à Sorocabana, sendo o mais proeminente deles

localizado em Indiana, próximo à estação José Theodoro (BONFIM, 2009; MARTINS, 2012; MONBEIG, 1984; ZILIANI, 2010).

O loteamento urbano, por sua vez, também seguia o princípio de racionalização da terra. Assim, o plano ortogonal – presente desde as vilas coloniais brasileiras do século XVIII – foi reproduzido massivamente, tendo em vista o desejo de retorno rápido do investimento feito pelos loteadores, com redução de custos (SILVA, 2003).

A repetição do traçado ortogonal nas novas cidades também se deu em função da cópia dos Códigos de Posturas dos municípios onde as vilas se formavam. Os códigos, que formavam as diretrizes básicas na formação e manutenção das cidades desde o período imperial, difundiram o padrão urbano, que foi utilizado tendo em vista a maximização da utilização do terreno, a pouca movimentação de terra requerida, a facilidade na demarcação de ruas e quadras, a possibilidade de expansão urbana e a facilidade na venda dos lotes, cujo valor aumentava à medida que se aproximavam da estação ferroviária. O traçado era gerado pelo somatório das datas que formavam a quadra, estabelecendo-se o módulo-base para o arruamento, sendo que a repetição da quadra formava a retícula exata (GHIRARDELLO, 2010; MONBEIG, 1984; SILVA, 2003).

A transmissão dos Códigos de Posturas para as fundações mais recentes ocasionou a reprodução de diretrizes referentes a questões sofisticadas, como o higienismo e

a salubridade. O viés sanitário, preocupação recorrente no século XIX, passou a determinar os elementos urbanísticos. À vista disso, para que houvesse o parcelamento do solo, fazia-se necessário o encontro do local da gleba com as melhores condições para receber o arruamento: servida de água potável, topograficamente boa, com ligeiro declive para garantir a drenagem, mantendo a salubridade da futura vila. A proximidade excessiva aos cursos d'água, nesse período, passou a representar perigo, havendo o afastamento dos terrenos mais baixos, devido a ocorrência de doenças como a malária e a úlcera de Bauru. Essa situação também foi intensificada pelas demandas próprias da agricultura, que encontrava vantagens nos espigões (GHIRARDELLO, 2010; MONBEIG, 1984).

A localização da Estrada de Ferro Sorocabana no espigão divisor Peixe-Paranapanema, portanto, mostrou-se oportuna à fundação urbana na região. Nesse sentido, é possível diferenciar as "ocupações das cidades paulistas do século XIX e início do XX entre as que estavam próximas de cursos d'água e, décadas depois, daquelas que estavam próximas das ferrovias" (COSTA, 2019, p. 81). No entorno da estação, que era definida como ponto focal, as ruas eram desenhadas de forma paralela e ortogonal à via férrea, ou seja, "além de possibilitar vida econômica ao futuro povoado, garantindo acessibilidade e escoamento da futura produção, [a ferrovia] gerou o próprio desenho urbano" (GHIRARDELLO, 2002, p.171-172).

Em Martinópolis, a relação com a estrada de ferro, por meio da estação ferroviária José Theodoro, é perceptível pela localização urbana na gleba, que se aproveitou da existência da esplanada, sendo desenhada a partir do trecho retilíneo da Sorocabana (Figura 3). A existência da esplanada, por sua vez, é apontada por Ghirardello (2002) como sendo uma área de geralmente 200 x 70 m necessária para a melhor visualização das composições do trem e construções de apoio à ferrovia. No mapa, é possível ver a quadrícula urbana desenhada de forma paralela à via férrea, com a estrada de automóveis supracitada saindo do arruamento em direção ao interior da gleba rural.

Ao lado do arruamento, estão demarcadas a serraria e a olaria. Ambas as instalações eram comuns logo no início da ocupação da terra, como forma de aproveitar os primeiros recursos disponíveis. A serraria proporcionava o aproveitamento da madeira para a lenha, cercas, dormentes e a construção de outras instalações, moradia e comércio, que se beneficiavam da existência prévia da ferrovia. A olaria aproveitava a argila, um recurso relativamente raro na região (LEITE, 1972; ZILIANI, 2010). Essa instalação demarcava uma possível vantagem aos futuros compradores: possibilidade de construções em alvenaria de tijolo, até mesmo a cobertura em telhas, que, devido ao custo do transporte, eram manufaturados dentro das próprias vilas. A localização de ambas, por sua vez, ilustra a relação da área rural com a urbana, pois estão próximas ao arruamento,

conectadas à vila por meios de estradas de automóveis, e se constituem em formas de aproveitamento dos recursos naturais presentes na área rural.



Figura 3 Localização da serraria e da olaria no Núcleo Colonial Bôa Ventura (detalhe), 1927.

Fonte: Acervo Público do Estado de São Paulo, 2020.

Por conseguinte, é possível depreender que a racionalização espacial nas glebas loteadas pelas empresas de colonização derivava dos aspectos naturais, dando a

cada pedaço de chão um uso comercial: as regiões próximas aos cursos d'água eram dedicadas à pecuária; as áreas mais altas eram utilizadas para a agricultura e para as moradias rurais; nos espigões, o traçado da ferrovia era implantado para onde se convergiam as estradas que se ramificavam no interior da gleba; no entorno da estação, por fim, era implantado o loteamento urbano, dando respaldo à comercialização do empreendimento. Assim, a empresa loteadora demonstrava a boa infraestrutura instaurada, com atenção à salubridade dos lotes urbanos e rurais, favorecendo a propaganda e interesse dos compradores, que utilizariam a estrutura urbana para o comércio dos produtos agrícolas (SILVA, 2003).

Esse processo foi presente na contínua fundação de povoados na Alta Sorocabana, contribuindo para a urbanização da região, abertura de estradas e, também, para o extermínio do nativo indígena em meio às disputas de terras. Dessa forma, esse desenvolvimento não deve ser visto apenas em seu caráter comercial. A Primeira República foi marcada pela atuação dos mandatários locais, e a fundação de vilas contribuía para o poderio político dos loteadores, o que pode ser depreendido pela denominação "coronel" dada a João Gomes Martins, bem como aos personagens da fundação da capital regional Presidente Prudente: "coronel" Marcondes e "coronel" Goulart (ABREU, 1972; COBRA, 1923; COSTA, 2019; JANOTTI, 1981; SILVA, 2003).

À vista disso, a falta de autonomia municipal própria do período histórico contribuiu para que as vilas fundadas se constituíssem em feudos eleitorais dos políticos que exacerbavam seus direitos de influência, mesmo quando os povoados eram elevados à categoria de municípios. O próprio processo de desenvolvimento da vila era dependente dos atributos individuais e influências pessoais dos “patriarcas urbanos”, visto que o empreendimento ficava sob sua tutela até sua emancipação (LEITE, 1998; MONBEIG, 1984).

Assim, foi comum nesse período disputas entres os loteadores urbanos para a preeminência de suas vilas, generalizando-se a concorrência entre as fundações e ocasionando o surgimento das capitais regionais. Nesse sentido, Monbeig (1984) aponta que esse surgimento se devia à posição chave, ação dos fundadores, entusiasmo coletivo, influenciado pela propaganda e aumento do preço dos lotes. É sabido que, na região, a cidade que obteve esse destaque foi Presidente Prudente. Martinópolis, por sua vez, foi fundada dentro da área municipal prudentina e esteve sob sua influência durante todo o processo de formação, tornando-se município apenas em 1938 e comarca em 1944.¹¹

¹¹ Decreto nº 9.7775, de 30 de novembro de 1938. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-9775-30.11.1938.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2021. Decreto-lei nº 14.434, de 30 de novembro de 1944. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=122331>>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

CONCLUSÃO

Uma combinação de fatores cooperou para que o cenário se tornasse favorável à formação das companhias (ou empresas) de colonização, cuja atuação foi marcada no período da Primeira República (1889-1930), com grande impacto na formação urbana no extremo oeste paulista. Diferentemente das cidades fundadas no período do Império, que ilustravam a união do Estado com a Igreja e se constituíam por meio de patrimônios religiosos, cujas relações comerciais ainda se davam por práticas pré-capitalistas, como o aforamento, o impacto da Proclamação da República é representado na apropriação capitalista da terra, vista como mercadoria e comercializada mediante lucro: processo ilustrado pela racionalização da gleba e o funcionamento empresarial do empreendimento.

Além do caráter comercial do processo, as características políticas, com forte presença do coronelismo – marcante no período – influenciaram não apenas no intuito da fundação urbana, mas também na propaganda, nas disputas judiciais que envolviam a posse da terra e no próprio desenvolvimento das cidades, numa competição que acarretou a preeminência de algumas fundações urbanas sobre as outras, formando as capitais regionais.

Portanto, pela breve análise aqui empreendida, é possível perceber que a formação da cidade de Martinópolis se enquadra dentro de um cenário de mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram impactos em diferentes setores da

sociedade, sendo percebidos pela forma de apropriação espacial dos empreendimentos que deram origem às cidades no início do século XX.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.
- BONFIM, J.S.S. **Colonização Particular**: atuação da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso (1940-1960). Dissertação (Mestrado), Dourados, MS: UFGD, 2009.
- CALDEIRA, J. **História da riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, n.p., 2017, [recurso eletrônico].
- COBRA, A.N. **Em um recando do sertão paulista**. São Paulo: Hennies Irmãos, 1923.
- CONSTANTINO, N.R.T. A estrutura agrária na formação do tecido urbano das cidades do Oeste Paulista. In: SALGADO, I.; BERTONI, A. (org.). **Da construção do Território ao Planejamento das Cidades**: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930). São Carlos: Rima, 2010. p. 35-49.
- COSTA, B. E. **Os trilhos entre vilas**: a gênese urbana de Presidente Prudente. Dissertação (Mestrado), Bauru, SP: UNESP, 2019.
- FELICIANO, C.A. **Território em disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. Tese (doutorado), SP, 2009.
- FELICIANO, C.A. O conflito como elemento chave na construção da região do Pontal do Paranapanema. **ACTA Geográfica**, 2013. p.167-186. DOI: 10.5654/actageo2013.0003.0009.
- FERLINI, V.L.A.; FILLIPINI, E. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v.13, nº 25/26, p.121-132, set.92/ago.93, São Paulo.
- GHIRARDELLO, N. **À beira da linha**: formações urbanas na Noroeste Paulista. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

GHIRARDELLO, N. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

JANOTTI, M. L. M. **O coronelismo**: uma política de compromissos. Caricaturas Emilio Damiani. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LANGENBUCH, J.R. Ferrovias e cidades no Oeste Paulista. In: RETTO JR., A.S.; ENOKIBARA, M.; CONSTANTINO, N.R.T.; MAGALHÃES, K.C. **Conhecimento Histórico-Ambiental Integrado na planificação territorial e urbana**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p.42-57

LEITE, J.F. **A alta sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**, Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.

LEITE, J.F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Editora Hucitec, Fundação UNESP, 1998.

MATOS, O.N. **Café e ferrovia**: a evolução de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas, SP: Pontes, 1990.

MARTINS, A. L. **História do café**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, n.p., 2012 (edição Kindle).

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

PIMPÃO, C.; SANTOS, A. P. Teodoro Sampaio e a primeira base geodésica do Brasil. **Terra Brasilis** (on-line), n.8, jun./2017, DOI: 10.4000/terrabrasilis.2230. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2230>>. Acesso em: 19 maio 2020.

PUPIM, R. G. **Cidade e território do Oeste paulista**: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-configuração do urbano. Dissertação (Mestrado), São Carlos, SP: USP, 2008.

SILVA, R.C.M. O urbanismo das novas cidades da fronteira paulista, 1890-1950. In: MACHADO, D.B.P.; PEREIRA, M.S.; SILVA, R.C.M. **Urbanismo em Questão**. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2003. p.147-171.

ZILIANI, J.C. **Colonização**: táticas e estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960). Tese (Doutorado), Assis, SP: UNESP, 2010.

O PROGRAMA MINHA CASA, MEU MARANHÃO: DIGNIDADE OU INVISIBILIDADE?

Amanda Marques Gomes¹

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p153-187

Resumo: O Programa Minha Casa, Meu Maranhão, mostra-se uma política pública desalinhada ao modo de morar rural e notadamente preocupada em produzir de forma a atender interesses do capital. A partir dessa problemática, o presente estudo busca analisar algumas contradições encontradas no programa, como o seu caráter messiânico, identificado na tentativa de levar uma habitação “digna” para os participantes. Percebe-se uma tentativa de apagamento das técnicas construtivas tradicionais do campo empírico analisado, chamadas aqui de vernáculos. Nesse sentido, busca-se discutir essas contradições dialogando com o conceito de

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

necessidades de Ivan Illich a partir de pesquisa realizada pela autora no povoado de Pequizeiro, município de Belágua, Maranhão, entre os anos de 2016 e 2020.

Palavras-chave: habitação rural, programa habitacional, necessidades.

Abstract: The program *Minha Casa, Meu Maranhão*, has proven itself a public policy that is not aligned with the rural way of living and that is notably focused on producing in a way to meet the interest of the capital. This study aims to analyze some of the contradictions within this program, such as its messianic character, identified in its attempt to bring “dignified” housing to its participants. We noticed an attempt to erase the traditional construction techniques of the empiric field we analyzed, denominated here as vernacular. Therefore, we aim to discuss these contradictions by dialoguing with Ivan Illich’s concept of needs being based on field research by the author in the village of Pequizeiro, in the city of Belágua, Maranhão, from 2016 to 2020.

Keywords: rural housing, housing program, needs.

Resumen: El programa *Minha Casa, Meu Maranhão*, es una política pública que no está alineada con el modo de vida rural y se preocupa sobre todo por producir de forma que satisfaga los intereses del capital. A partir de esta problemática, el presente estudio busca analizar algunas contradicciones encontradas en el

programa, como su carácter mesiánico, identificado en el intento de llevar una vivienda "digna" a los participantes. Se intenta borrar las técnicas de construcción tradicionales del ámbito empírico analizado, aquí llamado vernáculo. En este sentido, buscamos discutir estas contradicciones, dialogando con el concepto de necesidades, de Ivan Illich, a partir de una investigación realizada por el autor en el asentamiento de Pequizeiro, municipio de Belágua, Maranhão, entre los años 2016 y 2020.

Palabras claves: vivienda rural, programa de vivienda, necesidades.

INTRODUÇÃO

Maranhão é o estado brasileiro com maior número de pessoas vivendo no meio rural, o que totaliza aproximadamente 37% da sua população segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Há entalhadas, nos representantes desse percentual, condições de produção e moradia que são ainda reflexos do processo de ocupação do estado assim como a condução da sua economia durante muitas décadas. De acordo com Mesquita (2011), as medidas tomadas pelo governo visando o crescimento econômico do estado eram direcionadas para o crescimento também do capital econômico das elites locais. Segundo o autor, as atividades econômicas se viravam de frente para os envolvidos na exploração extrativista e comercialização de insumos com o mercado exterior, e de costas para a população rural despossuída.

No estado, a distribuição de terras também se deu de forma desigual. Segundo Andrade (1984), ela foi baseada em grandes propriedades, buscando atender, mais uma vez, os interesses da elite local. Em um estudo sobre a produção de arroz e feijão em municípios de menor IDH da região do Matopiba, funcionários da Embrapa atestaram que a maioria dos produtores da região analisada (os dez municípios de menor IDH do Maranhão) é “descapitalizada e falta capacitação técnica necessária para absorção do conhecimento, tão necessário para a adoção

de tecnologias.” (SILVA et al., 2016, p. 191). Os autores afirmam que, nesse contexto, praticamente não são usadas tecnologias para o aumento da produtividade, o que limita a produção familiar, sendo produzido apenas o suficiente para o consumo da casa.

Diante desse cenário de investimentos dirigidos a uma minoria abastada, o Maranhão vem colecionando os piores indicadores sociais de educação, saúde e moradia da federação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016; 2017). Comparando o panorama maranhense ao restante do país, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD; IPEA; FJP, 2013) mostra que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Maranhão era de 0,639, ocupando a 25ª posição no *ranking* nacional, maior apenas que o IDHM de Alagoas. Já Minas Gerais, a título de comparação, ocupava a 9ª posição nesse ranking, com IDHM de 0,731.

Em relação a essa população que sente na pele cotidianamente os baixos índices sociais presentes no estado, sua maioria é formada por povos originários, comunidades quilombolas, colonos e ribeirinhos (MARANHÃO, 2012). Burnett (2019), ao analisar as condições socioeconômicas dos camponeses maranhenses que habitam casa de taipa de mão, constata que a

[...]maioria vive sob insegurança fundiária, com baixa capacidade de produção e comercialização, resultado

da falta de financiamento, assistência técnica e acesso a mercados, aspectos que, somados, explicam a pobreza e a opção por um sistema construtivo que utiliza materiais retirados da natureza, sem custos para os moradores. (BURNETT, 2019, p. 340)

No entanto, foi possível acompanhar nos últimos anos a ascensão de políticas públicas de enfrentamento aos baixos indicadores sociais no Maranhão. Assim, mesmo apresentando consideráveis problemáticas, diversos programas sociais foram criados visando, teoricamente e a partir de parâmetros questionáveis, a melhora das condições de vida da população há muito desprezada, chamados aqui de despossuídos.

Tratando-se da questão habitacional, houve destaque para o programa Minha Casa, Meu Maranhão, que, em linhas gerais, propôs-se a substituir, nos municípios de menor IDH do estado, casas precárias (na zona rural, representadas predominantemente por construções de taipa de mão e tijolos de adobe) por casas de alvenaria cerâmica de caráter urbano. Por meio da participação em pesquisas anteriores², realizadas no povoado de Pequizeiro, município de Belágua, foi

² Pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2018, com objetivo de analisar e acompanhar o desenvolvimento do programa MCMM em dois dos trinta municípios de menor IDH do estado, Belágua e Cajari, à luz da observação e compreensão da produção, sociabilidade e o espaço no meio rural, buscando entender as atividades produtivas, a organização social e as formas de convívio e moradia nesses municípios. Como fonte da presente análise há também a

possível acompanhar o processo de execução do programa, bem como a adaptação do morador à nova casa. A partir dessas análises, foi identificada uma atuação estatal problemática no que diz respeito à prescrição de uma habitação pouco compatível com o modo de morar rural reconhecido no povoado.

Dentre as problemáticas identificadas no programa, seu produto e modo de execução, é pontuado nesta análise o caráter messiânico da referida política pública, que oferece moradia “digna” aos camponeses maranhenses, automaticamente classificando como indignas as habitações anteriores ao programa, em um exercício violento de evidente apagamento da cultura campesina e seu singular modo de morar. Burnett (2019) explica que, ao oferecer a moradia “digna”, o programa MCMM confirma suas limitações, afinal “são as condições de vida que determinam os modos de morar, obrigatoriamente compatíveis com a capacidade de sobrevivência do grupo social” (Idem, *ibid.*, p. 345). Condições essas desprezadas pelo programa, que, de forma insensível, oferece uma moradia desconectada da realidade de Pequizeiro.

dissertação de mestrado da autora, que, entre os anos de 2018 e 2020, analisou o processo de apropriação e adaptação do camponês à nova casa, concedida pelo programa MCMM, novamente no povoado de Pequizeiro, no município de Belágua, Maranhão.

Para a realização do presente estudo, foram utilizados como base as pesquisas supracitadas, realizadas no povoado de Pequizeiro entre os anos de 2016 e 2020. A coleta de dados referente ao modo de viver das famílias participantes da amostra (inicialmente formada por quatorze famílias participantes do programa, selecionadas de forma aleatória, e posteriormente composta por sete famílias, originárias da primeira amostra) se deu principalmente por meio de levantamento fotográfico, arquitetônico, observação direta e entrevista feita com auxílio de roteiro.

Na segunda seção deste estudo, a partir da discussão sobre os tipos de atuação do corpo técnico, especificamente da arquiteta, identificando a tipologia encontrada nos trabalhos dos técnicos atuantes no programa MCMM, é possível assinalar ferramentas usadas para promoção da dominação velada, vestida de “dignidade”. Essa seção, assim como as demais, contém trechos de falas dos próprios moradores e moradoras, recurso utilizado a fim de ilustrar e atestar as conclusões aqui trazidas.

A seção seguinte dedica-se à inserção do conceito de necessidades na discussão proposta, buscando entender sua relevância no processo de apagamento do modo de viver que difere dos padrões vigentes e que principalmente não é abarcado pelo mercado de bens e serviços. A terceira seção inclui também a discussão acerca do

mais visível exemplo de tentativa de apagamento a aculturação executado pelo programa MCMM, a demolição obrigatória da casa anterior ao programa.

As considerações finais constataam que o programa age de diferentes formas e em diferentes frentes, identificadas principalmente na exigência da demolição da casa anterior ao programa de forma a impor uma cultura distinta a dos moradores em um processo violento de aculturação. Na tentativa de atender interesses de outros sujeitos envolvidos no processo, representantes de uma classe dominante, o programa preocupa-se em entregar quantidade e não qualidade aos chamados “beneficiários”, e assim o fazem de maneira pouco sensível, deixando alguns moradores temporariamente sem casa, desprezando seus desejos e particularidades.

A ATUAÇÃO MESSIÂNICA: PROMOTORA DE DIGNIDADE?

Para facilitar o entendimento do trabalho dito messiânico dos representantes do desenvolvimento, Illich (1992) traz para a discussão o conceito de pobreza. O autor afirma que, há algumas poucas décadas, “pobreza” era entendida e aceita como uma característica universal de qualquer cultura existente. Segundo o autor:

[...]pobreza era um conceito geral para uma interpretação cultural específica da condição de

sobreviver dentro de limites muito estreitos, definidos diferentemente para cada lugar e época.” (ILLICH, 1992, p. 6)

Assim, as diferentes culturas habitantes do globo adotaram diferentes modos de lidar com essa condição. De acordo com sua interpretação, o autor mostra então que pobreza não significava exatamente falta, mas, assim como a necessidade, significava “a habilidade de enfrentar, por toda a vida, aquilo que ao fim e ao cabo é inevitável”. Essa condição, como afirma Illich (1992), começa a mudar quando o progresso, como é entendido pelo senso comum, começa a incentivar e estimular uma repulsa a tal condição e sua aceitação.

Dentre os vários exemplos presentes na história moderna que representam essa mudança de comportamento, o autor cita a época do engenho a vapor, na qual os engenheiros foram vistos como libertadores, messias que, com seus conhecimentos técnicos, elevariam o patamar da humanidade, sanando as necessidades “básicas”, como são entendidas. Entretanto o argumento supracitado é tido como ilusório e manipulador, uma ferramenta para inserir mais e mais mercadorias no comércio das necessidades. Pobreza então se torna subconsumo.

Illich (1992) explica que a introjeção de tal discurso de desenvolvimento está intrinsecamente ligada com a “operacionalização” da pobreza. O autor afirma que

foi preciso criar a linha da pobreza para que assim se pudesse lutar contra a pobreza, ou melhor, com o que está abaixo da referida linha. É esse um exercício que muito se assemelha à prática mencionada por Santos (2018) de nominar e classificar para que assim se exerça a dominação, como faz o colonialismo.

Em uma análise da atuação do arquiteto em um contexto de autoprodução de pequena escala, Kapp *et al.* (2012) esquadrinham três diferentes tipos de atuações: missionárias, artísticas e tecnocráticas. A última, caracterizada pela predefinição de objetivos, normas e procedimentos, é facilmente identificada na execução do programa MCMM em Pequizeiro. Segundo os autores, nesse tipo de atuação, os arquitetos assumem o papel de “agentes da formalidade”, ou seja, representam em algum nível o Estado e sua burocracia prescritiva. Nesse tipo de atuação, pouco importa o que verdadeiramente pensa o arquiteto sobre seu trabalho, se o faz com convicção, resignação ou criticidade; nada alterará o resultado prescrito pelas instituições desde a fase projetual. São, nesses casos, agentes da heteronomia. Assim como também é visto na execução do programa MCMM, essa atuação é marcada pelo descarte da vontade e/ou desejos do morador e da moradora, assim como dos funcionários envolvidos.

Segundo Kapp *et al.* (2012, p. 4 de 10), a atuação tecnocrática é caracterizada então pelo embate entre a “racionalidade técnica (burocrática) e o conhecimento vivido

de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços, domésticos e urbanos”. Notadamente, nesse embate sempre sai vencedora a racionalidade técnica, considerada superior aos conhecimentos populares do cotidiano. Como resultado, há uma infinidade de programas habitacionais estranhos aos moradores e às moradoras, que desconsideram seus conhecimentos populares e seu cotidiano.

É percebido então um esforço para legitimar a atuação tecnocrática supracitada e também atuações missionárias – assim como a própria nomenclatura indica, comparada aos missionários que levam sua cultura religiosa a outros lugares, a atuação missionária do arquiteto também assim o faz, levando e sutilmente impondo sua cultura construtiva a outros lugares e povos, sempre de forma independente ou vinculada a alguma ONG, instituição de ajuda humanitária, etc. – como indica Kapp *et al.* (2012). Mesmo que haja distinções entre si, a atuação missionária é problemática tal qual a tecnocrática, pois ambas buscam “melhorar” a vida de outras pessoas a partir de seus próprios parâmetros, seu próprio *habitus*. E, tratando-se principalmente de um contexto menos abastado, há um profundo abismo entre o *habitus* dos moradores e o *habitus* do técnico, representado pelo arquiteto.

Dessa maneira, olhando de forma rápida e superficial, o programa MCMC parece oferecer uma benesse que levará, até aquela população excluída, padrões habitacionais desejados e que lhe trarão “dignidade”. Essa concepção é encontrada em diversos documentos, propagandas e discursos dos representantes técnicos do programa. Por exemplo, em atestado disponibilizado pela Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), é descrito como objetivo principal do programa “prover o acesso a moradias dignas para a população rural, visando à melhoria da sua qualidade de vida”, e suas metas são

[...] construir habitações dignas para a população rural; desenvolver ações socioeducativas que possibilitem, aos beneficiários, uma intervenção crítica e qualificada frente às questões do cotidiano, despertando-os para o exercício da cidadania; promover curso de capacitação de Geração de Trabalho e Renda, respeitando interesses e potencialidades produtivas e de mercado” (Maranhão, 2015, p. 4,5)

Os propósitos do programa apresentados sutilmente desclassificam a habitação popular tradicional e vernácula, assim como o *habitus* da população participante, em uma tentativa de sobreposição de uma cultura a outra, substituindo elementos de uma (como habitação e hábitos) por comportamentos e componentes de outra. Segundo Kapp et al. (2012), há uma crença de que

[...] as desigualdades sociais serão reduzidas pelo acultramento e pelo esforço dos pobres, como se

numa sociedade capitalista houvesse possibilidades iguais para todos e como se a cultura dominante fosse o padrão universal almejado e não um instrumento de distinção de classe (KAPP et al. 2012)

O trecho acima revela que a sobreposição de culturas mencionada não leva à diminuição das desigualdades, ou ao alcance de suposta dignidade, como o programa faz parecer. A afirmação indica que a imposição de um padrão oriundo da classe dominante é, na verdade, mais um instrumento para a manutenção da dominação, além de ter o papel de distinção de classe.

Retornando aos relatos colhidos durante o acompanhamento do programa MCMC em Pequizeiro, foi possível perceber, em diversos momentos e de diferentes formas, a atuação tecnocrática. Ao analisar os documentos disponibilizados pela SECID, observou-se a ação tecnocrática do corpo técnico, prescrevendo um único modelo de habitação para todas as distintas famílias participantes do programa.

Nos documentos analisados, apesar de figurar, em diversas etapas, a palavra participação, esta era incluída de forma superficial e passiva. Era prescrita uma habitação de caráter urbano, e não havia possibilidade de alteração de acordo com o desejo e/ou necessidade do futuro morador. Sua participação se resumia a estar presente nas reuniões propostas pela secretaria. Nesses eventos, os moradores e as moradoras eram apenas informados das etapas e de seu produto. Tais reuniões

informativas eram, além de tudo, pouco eficientes, pois a linguagem utilizada para exibir a nova casa, por exemplo, era bastante técnica, fazendo uso de planta baixa, entendida por pouquíssimos participantes. Fica claro que o conhecimento válido era o técnico em detrimento do popular/cotidiano e que qualquer opinião ou consideração dos futuros moradores era menosprezada.

Buscando ilustrar as constatações citadas, são expostos relatos de situações de algumas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. O relato abaixo, por exemplo, contém considerações de dois participantes do programa relacionadas à dificuldade de entendimento das informações passadas pela equipe técnica, a sua conduta distanciada do processo e a insatisfação dos moradores em relação a esse procedimento.

Não conversaram nada não. Já foram fazendo assim, de oitão pra frente. Eu queria o oitão de banda... aí quando vão entregar eu não sei, eles não deram previsão. E aqui, depois que começaram a fazer as casas, nunca mais teve negócio de reunião. Só mesmo os supervisores do pessoal da firma que tava construindo aí, que vinham olha [sic] se o serviço tava andando. O pessoal da firma também não tá mais aí, foram pra outro povoado da Belágua pra construir as casas. (M.A.V, 01 de junho de 2017)

O pessoal da secretaria veio, veio umas poucas vezes, mas vinham filmar, vinham vigiar mesmo durante o dia.

Não me perguntaram nada não. Nem o pessoal que veio no começo falar das casas veio mais. (L.R, 8 de agosto de 2016)

Quando perguntado aos beneficiários sobre o acesso que tiveram ao projeto arquitetônico da casa, se tinham conhecimento de suas dimensões e cômodos, a resposta, na maioria dos casos, era negativa. Disseram não ter tido acesso ou não ter compreendido, evidenciando a utilização de representação gráfica incompatível com o nível de conhecimento dos beneficiários, como ilustram os relatos abaixo:

Não vi o desenho não, mas sei que tem dois quartos, mais ou menos como já é a minha. Acho que vai ter cozinha e banheiro também. (L.R, 11 de abril de 2016)

Já, vi lá no dia da apresentação. Mas assim, a gente viu o desenho, então nem sabe direito que tamanho que é. Só sei que tem dois quartos, com cozinha e banheiro. (M.J.S, 11 de abril de 2016)

Uma fala de destaque ao se tratar da preferência ao conhecimento técnico burocrático sobre o conhecimento popular cotidiano é a de J.R:

[...]Só tem uma coisa que não gostei, foi da calçada que o caboco ainda se zangou comigo, que eles botaram uma terra molhada aí e bateram, agora a terra afofou, tá acabando tudo. Eu fui dizer: "Rapaz, joga uma pedra, que eu vou mesmo buscar, eu peço um carro." "Não,

nós tem que fazer é desse jeito assim.” O cara se zangou comigo. As pessoas via, diziam: “Ó quem é o fiscal da casa é o dono da casa”. Aí eu fui reclamar. Ele tava fazendo ali e eu fui reclamar. “Rapaz, esse negócio de terra aí, negócio de terra, tu bota aí, quando ela enxugar, ela desce. Aí a calçada quebra e vão dizer que são os meus meninos que estão quebrando”. (J.R, 13 de novembro de 2019)

O trecho acima ilustra de forma clara a desconsideração da opinião do morador participante. Deveria ser essa a pessoa mais importante no processo, entretanto se torna uma figura passiva sem o direito de opinar minimamente em sua futura casa, tendo seus desejos e considerações grosseiramente silenciados por agentes técnicos, desde o pedreiro ao engenheiro civil responsável.

A NECESSIDADE E OS INSTRUMENTO DO APAGAMENTO

Em um estudo sobre “necessidades”, Ivan Illich (1992) discorre sobre a criação e consolidação desse termo nos estudos sobre a humanidade. Ele classifica o ser humano em duas espécies ao longo de sua história, o *homo sapiens* e o *homo miserabilis*. O primeiro tipo, segundo o autor, viveu “entre a época da pintura de cenas de caça de Lascaux e o ano em que Picasso chocou o mundo com os horrores de Guernica”. Esses viveram os mais diferentes modos de vida, estruturando sua

condição humana de diferentes maneiras, mas todas elas com alguma submissão comunitária à regra da sobrevivência em seus respectivos lugar e tempo.

Já o segundo tipo, o *homo miserabilis*, temporalmente é identificado pelo autor logo após a obra “Guernica”, de 1936, e é caracterizado pela dependência de bens e serviços como “energia elétrica, roupas sintéticas, comida ruim e viagens” – dependência essa chamada de necessidade. Esse conceito então funciona como uma régua que mede quão incluído/excluído o indivíduo se encontra na sociedade contemporânea, levando em consideração padrões que não abrangem todos os diferentes modos de morar e de viver presentes no mundo. É, na verdade, uma imposição do modo de viver dos países que criaram tal termo, denominados desenvolvidos.

Segundo Illich (1992), os locais que geraram esse conceito não estão verdadeiramente preocupados com o bem-estar dos “necessitados”, menos ainda com a autonomia ou emancipação dessa população. Preocupam-se com a provisão dos insumos que abastecerão os necessitados, insumos esses coincidentemente criados e/ou fabricados pelos ditos desenvolvidos que os prescrevem, como explica o autor no trecho abaixo:

E essa medida, determinada pelo pensamento analítico dos sistemas, implica uma percepção radicalmente nova da natureza e da lei, e prescreve uma política mais

ocupada com a provisão de requerimentos definidos profissionalmente (necessidades) para a sobrevivência do que com reivindicações pessoais de liberdade, que estimulariam ações autônomas. (ILLICH, 1992, p. 4,)

Assim, o processo de atendimento das necessidades criadas e impostas acaba se dando de forma violenta, desconsiderando valores, condições, hábitos, relações sociais, entre outras camadas que são achatadas para dar lugar aos parâmetros mínimos e ideais postos em nome do desenvolvimento. Nessa dança pelo progresso, segundo Illich (1992), o ritmo ditado conduz para a retirada das pessoas “de sua cultura tradicional compartilhada”. Para o autor, essa transição muitas vezes tem como produto o afrouxamento de laços culturais e até mesmo o apagamento da mesma, chamado aqui de invisibilidade. Em uma crítica ao desenvolvimento como o conhecemos, o autor aponta que esse movimento

[...]pode ser imaginado como um vento que carrega as pessoas para além de seu espaço familiar e as coloca numa plataforma artificial, numa nova estrutura de vida. Para sobreviver nesse fundamento exposto e elevado, elas são compelidas a alcançar novos níveis mínimos de consumo, por exemplo, na educação formal, nas medidas de saúde pública, no uso de transportes, no aluguel de casas. (ILLICH, 1992, p. 9)

No caso aqui analisado, a execução do programa MCMM no povoado de Pequizeiro, é possível identificar uma tentativa de acultramento (ou apagamento)

em diversos momentos, entretanto esse movimento fica extremamente claro e de fácil percepção em uma das condições impostas aos participantes: a derrubada de sua antiga casa ao receber a casa do programa. O desmonte obrigatório da habitação tradicional vernácula acompanha a tentativa de desmontar também a cultura e modo de viver daquela população, fazendo com que se aproxime cada vez mais dos padrões estabelecidos pela classe dominante.

Entende-se que a condição imposta pelo programa de demolir a antiga casa é uma estratégia para obrigar a ocupação, pelo menos temporária, da casa padrão construída pelo programa. A demolição se faz obrigatória porque há o reconhecimento de que as casas anteriores ao programa são ainda habitáveis - muitas delas possuem até melhor condição de habitabilidade do que as casas do programa - e, tendo as duas disponíveis, entende-se que os moradores continuarão fazendo uso das casas de adobe e taipa, mantendo assim proximidade com as construções tradicionais.

O repúdio pelas construções vernáculas tradicionais tão fortemente presentes no interior do estado se dá pela desclassificação dessas. Sua incompatibilidade com os padrões estabelecidos principalmente pelo mercado da construção civil as coloca também apartadas dos parâmetros de habitabilidade ditos mínimos dos principais índices, como o déficit habitacional. Essas são colocações que

evidenciam o quanto os padrões e parâmetros impostos são inadequados aos diversos modos de morar, inclusive o camponês aqui tratado.

A partir dessa conduta de apagamento por meio da derrubada das casas anteriores ao Programa Minha Casa, Meu Maranhão, reforça-se também uma valorização seletiva da arquitetura de terra, que elege como patrimônio material as construções históricas portuguesas, marcas do período colonial e construídas a partir de técnicas semelhantes às aplicadas na arquitetura vernácula, como a taipa de mão e os tijolos de adobe. Desse modo, apesar de compartilharem a mesma matéria prima principal, a terra, e usarem também de técnicas construtivas semelhantes, foram criados dois segmentos diferentes dentro dessa mesma seara: de um lado, a arquitetura de terra das classes abastadas, relacionada também, e principalmente, ao período colonial; do outro, a arquitetura de terra das populações rurais, relacionada à construção vernácula.

Carter e Cromley (2008, p.7) elucidam a distinção citada acima ao afirmarem que, para muitos historiadores da arquitetura tradicional, há uma separação entre arquitetura acadêmica e vernácula, sendo a acadêmica a considerada válida para o estudo e as vernáculas as que poderiam ser ignoradas. Nota-se, dessa forma, que o apagamento da construção de terra visto em tela é fruto de uma desvalorização por parte da elite política, econômica e também intelectual.

Na contramão desse raciocínio, deve haver um esforço para valorizar a arquitetura de terra dos povos mais vulneráveis, como é o caso dos moradores de Pequizeiro. Consideram-se as técnicas construtivas tradicionais desses povos produtos de um conhecimento ancestral, segundo Castriota e Souza (2015, p.3), “um dos mais importantes testemunhos dos modos de viver de um povo e da visão de mundo de uma cultura, que se manifesta na presença humana no território, integrando contextos socioeconômicos, técnicos e culturais”. Assim, tal “saber fazer” deve ser preservado como patrimônio intangível, resguardando os diferentes modos de morar e de viver.

Relatos de participantes do programa em Pequizeiro ilustram a já citada tentativa de apagamento, assim como a exclusão do participante durante todo o processo de execução das casas. Ao perguntar aos beneficiários suas opiniões sobre a derrubada das casas antigas, eles demonstraram reações diversas. Alguns se mostraram surpresos, outros contrários à ação, outros mais se mostraram conformados, como mostram os relatos abaixo:

Não sou muito a favor de fazer a casa e demolir a outra não. No caso que a minha, que tá perigosa, tem que demolir. Mas pra mim demolir eu vou pra rua, no caso, eu tô quase na chuva. Entendeu? Esse é o problema. No dia que o pessoal do governo vieram aqui, disseram “tem que demolir que vamos construir”, aí eu... “rapaz,

pelo amor de Deus, tem que fazer logo” e aí fiquei aperreado. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Tem que derribar essa aqui? (demonstra surpresa)
Olha, se tiver que derribar é complicado. Meu marido não quer que derribe não. (L.R, 11 de abril de 2016)

Olha, não sabia que tinha que demolir essa aqui não... isso é bom e não é. Porque essa aqui deu tanto trabalho. Ia dar essa aqui pra minha irmã morar. Ela não mora perto de mim não. Se depender de mim, não derrubava não. Já deu tanto trabalho... Carregar água de longe, barro pra derrubar assim... eu ia derrubar chorando. Essa casa já tem um ano... (M.J.S, 11 de abril de 2016)

No dia que a moça disse pra gente que precisava derribar a nossa casa, eu chorei, me abraçaram, eu disse ‘não derriba minha casa, mermã, pelejei tanto, gastei tanto, tô recebendo pouquinho porque eu fiz minha casa pra me abancar dentro dela, e agora querem derribar, não dá certo não. Eu tenho muito filho, os filhos chegam, vão tudo praí (refere-se à casa de adobe). (N.S, 01 de junho de 2017)

A demolição era exigida assim que a habitação oferecida pelo programa estivesse pronta. Assim, nos casos em que o terreno não comportava as duas habitações, era oferecido pela Associação de moradores de Pequizeiro um novo terreno em outra localidade do povoado para construção da casa do programa. Apesar do terreno

ofertado ser ainda no mesmo povoado, muitos participantes não aceitaram a proposta, visto que teriam que abandonar todo o conjunto de anexos que compõem a moradia rural, como sentina, galinheiro, roça, chiqueiro, além de espécies vegetais frutíferas ou não, que ali demoraram anos para se estabelecer, sem contar as relações de vizinhança também fortemente construídas que seriam perdidas.

Assim, as moradoras e os moradores que se encontravam nessa situação tiveram que, precocemente, derrubar suas casas e construir abrigos provisórios para se alojarem enquanto a nova casa não fosse entregue. Esses abrigos eram construções efêmeras, feitos de lona ou palha, com péssimas condições de habitabilidade. As figuras 1 e 2 abaixo exibem a precariedade de dois dos abrigos citados.



Figura 1 Abrigo provisório de J.R.N
Fonte: Souza, 2017.



Figura 2 Abrigo provisório de L.R
Fonte: Souza, 2017.

Ao permitir a reprodução de situações como essa, deixando famílias desamparadas, vivendo em condições precárias de habitabilidade, enfrentando as intempéries do período chuvoso no estado, o programa se exime de qualquer apoio e mostra que verdadeiramente seu compromisso não é com o bem-estar e melhora da qualidade de vida das pessoas participantes, mas sim com os agentes envolvidos em seu planejamento e execução, que pouparam gastos e esforços visando o aumento de seu lucro.

Quando questionados a respeito do material da nova construção, alvenaria de tijolo cerâmico, diferente de suas casas de taipa ou adobe, a maioria dos participantes se mostrou favorável à utilização do material aplicado, uma vez que o associam à segurança e estabilidade, afinal, preocupam-se em garantir abrigo para as próximas gerações da família, como revelam os relatos:

Acho que a casa de tijolo é melhor, porque dura mais tempo, né? Atura mais. (M.A.V, 8 de agosto de 2016)

Acho que a casa de tijolo é melhor, né? Mais firmada. (M.L.A, 8 de agosto de 2016)

Na minha opinião mesmo, a de adobo, ela bem assim, serviço bem feito, eu acho melhor. Na minha opinião, né? Porque aqui (refere-se à casa de adobe) você dá um murro nela, tudo bem, a de tijolo sacode ela todinha, né? Essa aqui tem aquele radier que a gente passa aqui arriba da porta assim, tem muita gente que faz de adobe que faz assim. Faz o alicerce de pedra, e faz esse radier assim. Aí a casa fica muito segura. Então, na minha opinião, eu acho até que é melhor. Eu acho mais seguro. Se uma pessoa for botar pra furar essa daqui não fura assim fácil. Ô a largura que é aqui (se refere à parede). E a de tijolo é bem estreitinha. (J.A.N, 8 de agosto de 2016)

As falas acima mostram também que há certo contentamento por parte dos moradores apesar de todas as restrições que a nova habitação lhes impõe. Pode

haver uma contradição nas falas e ações dos e das moradoras, e, para tentar compreendê-la, recorreremos à Marx & Engels (2007) quando constatarem que os pensamentos da classe dominante são também os pensamentos dominantes. Logo, apesar da distância física de grandes centros, os moradores de Pequizeiro irão também sofrer influência das ideias dominantes, oriundas da classe mais abastada.

Em relatos colhidos após a mudança efetiva para as novas casas, é possível observar nitidamente as contradições presentes nos discursos e ações. Por um lado, os beneficiários se mostraram felizes com a situação atual de maior segurança e estabilidade; por outro, apresentam queixas em relação aos espaços internos e ao conforto térmico, como é possível notar nos relatos:

Essa casa, quem me deu foi o governador. Coisa que a gente ganha de graça, a gente tem que aceitar, né siô. Se eu pudesse mudar, se eu pudesse fazer diferente, eu fazia assim um quarto aqui do lado pro meu filho. Tem dois quartos, um é da minha filha, o outro é meu e da minha mulher. Aí o meu filho dorme num quarto com minha filha. E ele queria um quarto pra ele, pra fazer as maquetes dele. (A.R, 01 de junho de 2017)

Minha sogra, ela diz que não gosta de ficar aqui na casa nova não. Ela gosta mais de ficar ali na casinha de taipa, que ela diz que é mais friinho. Ela só vem pra cá quando é de noite, pra assistir televisão. De dia, quando ela vem

aqui, só ouço: “vixe, tô com calor!” e sai da casa. (O.F, 01 de junho de 2017)

Tendo o modo de morar rural em Pequizeiro uma de suas principais características a autonomia, assim que os participantes começaram a utilizar exclusiva e efetivamente a casa do programa, foram percebidas adaptações, lidas também como formas de resistência à toda a violência sofrida durante a execução do programa e materializada na casa do mesmo. As adaptações são também meios de perpetuação do modo de morar rural, e principalmente, formas de sobrevivência. As imagens 3 e 4, apresentadas abaixo, mostram uma das adaptações mais vistas após a entrega: a construção de um rancho, abrigando cozinha (assim podem usar o tradicional fogão a lenha) e uma área de descanso e socialização.



Figura 3 Fachada da casa de M.J.S
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.



Figura 4 Casa do programa MCMM e rancho construído pelos moradores
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Corroborando com a caracterização do modo de morar camponês exposta logo acima, Burnett (2020), que produziu um extenso e importante levantamento sobre a arquitetura popular maranhense e seus sujeitos, constata que os saberes e as tradições populares são “estratégias para resistir, expressas em modos de vida e cotidianos familiares” (Idem, *ibid.*, p. 8). O autor também ressalta as diversas e diferentes funções que acumula a moradia rural, sendo local de abrigo, de trabalho, lazer, além de “extensão da Natureza da qual seus moradores se fazem parte e são cúmplices”, como deixam claro as adaptações realizadas pelos moradores no sentido de manter tal extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notado que o Maranhão carrega até hoje marcas de um processo de crescimento econômico extremamente excludente que priorizou satisfazer os interesses da elite local. O foco no mercado exterior e na exploração extrativista, proporcionou ao Maranhão elevado PIB (Produto Interno Bruto) e baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), deixando claro a priorização do crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento humano.

A partir de nova gestão, e na tentativa de combater os baixos indicadores sociais do estado, o governo estadual lança diversos programas, dentre eles o programa Minha Casa Meu Maranhão, que, em linhas gerais, objetiva diminuir o alto déficit habitacional maranhense, substituindo casas feitas de materiais alternativos, como taipa de mão e tijolos de adobe, por casas de alvenaria cerâmica.

Analizando a conduta dos técnicos envolvidos na execução do programa, contata-se que houve uma atuação tecnocrática, que prioriza o conhecimento e racionalidade técnica, controlados pelo capital, e que desconsidera o conhecimento popular e cotidiano dos moradores locais. No entanto, acostumados a produzirem seus próprios espaços de forma autônoma, os participantes do programa resistem a essa imposição através das adaptações por eles mesmos construídas, representadas por palhoças anexas à nova casa, normalmente abrigando cozinha com fogão a lenha e área de descanso.

O acompanhamento da execução e do pós-ocupação do programa MCMH no povoado de Pequizeiro permitiu identificar nessa política pública diversas problemáticas que violam a cultura camponesa local e seu particular modo de viver. Foi possível identificar o caráter messiânico do programa, que, por meio de diferentes ações e discursos, como a obrigatoriedade de demolição da casa antiga,

despreza e silencia a opinião do participante, ignorando seu modo de morar e viver, impondo um modelo de habitação descolado da realidade camponesa local.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **Ensaios sobre a realidade maranhense**. São Luís: IPES, 1984.
- BURNETT, F. L. **Arquitetura como resistência: autoprodução da moradia popular no Maranhão**. São Luís: EDUEMA: FAPEMA, 2020.
- BURNETT, C. F. L. Política Habitacional Rural e Moradia Camponesa no Maranhão. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 2, p. 331-350, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arg.2019.152.07/60747140>. Acesso em: 20 fev. 2022
- CARTER, T.; CROMLEY, E.C. **Invitation to Vernacular Architecture: A Guide to the Study of Ordinary Buildings and Landscapes**. Knoxville, The University of Tennessee Press, 2008
- CASTRIOTA, L. B.; SOUZA, V. P. de. Um inventário das técnicas construtivas tradicionais brasileiras. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 5, n. 12, p. 1-16, 2015. Disponível em: file:///F:/downloads/9403-31395-1-PB.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.
- GOMES, A. M. **"A cavalo dado não se olha os dentes"**: uma análise do programa minha casa meu maranhão e de como o camponês se apropria da nova moradia em Pequizeiro, Belágua. 2020. 185p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.
- ILLICH, I. **Needs**. In: Wolfgang Sachs (ed.). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. London/Ner Jersey: Zed Books, 1992. p. 88-101

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010:** características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 19 fev. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD).** Síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso 23 mai. 2020. Acesso em: 17 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.; CAMPOS, R.; MAGALHÃES, P.; MILAGRES, L.; NARDINI, P.; OLYNTHO, B.; POLLIZI, L. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO e III CONGRESSO IBERO-AMERICANO HABITAÇÃO SOCIAL: CIÊNCIA E TECNOLOGIA "INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE". Florianópolis. 2012. Disponível em: http://www.mom.arg.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_12_arquitetos_nas_favelas.pdf. Acesso em: 06 fev. 202

MARANHÃO. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID). **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS**, 2012. Disponível em: <http://www.secid.ma.gov.br/files/2014/09/Sum%C3%A1rio-Executivo-Plano-Estadual-de-Habita%C3%A7%C3%A3o-de-Interesse-Social-do-Maranh%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MARANHÃO. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID). **Projeto Minha Casa, Meu Maranhão**. São Luís: Mimeo, 2015.

MESQUITA, B. A. Notas sobre dinâmica econômica recente em Área Periférica: mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. In: CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Brasília: PNUD Brasil. Disponível em: <https://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, A. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018

SILVA, O. F.; WANDER, A. E.; STÉFANO, J. G. DIDONET, A. D. Produção de arroz e feijão em municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano na região do MATOPIBA, Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 4, n 1, p.181-205, 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1053613/producao-de-arroz-e-feijao-em-municipios-com-menores-indices-de-desenvolvimento-humano-na-regiao-do-matopiba-brasil>. Acesso em: 05 ago. 2021

SOUZA, C. R. **Política de habitação rural no Maranhão**: da moradia camponesa à “casa do governo”. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, São Luís, 2017.

ARQUITETURA COM TERRA: SUSTENTABILIDADE E BELEZA

Mayara Christy Tavares de Lima¹

José Roberto Merlin²

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p188-233

Resumo

Por séculos, a terra predominou como principal matéria-prima nas construções de inúmeras civilizações, mas a industrialização a tornou uma alternativa apenas para carentes e grupos isolados. Com o agravamento dos problemas ambientais, ocorre um certo resgate deste material, tão adequado em agregar pessoas. Objetiva-se evocar possibilidades sustentáveis, e mesmo plásticas, da construção com terra e bom desenho por meio de pesquisas exploratórias e explicativas, colhidas em fontes bibliográficas, documentais e iconográficas, complementadas pelo sincretismo do desenho.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Arquitetura. Construção com terra.

¹ Arquiteta e Urbanista pela UFRJ, especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela UNINTER, mestranda em Sustentabilidade pela PUC-Campinas. Professora do UNASP-EC no curso de Graduação em Arquitetura de Urbanismo.

² Arquiteto pela USP-SP, mestre em Tecnologia do Ambiente Construído pela USP de São Carlos, doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela USP-SP. Professor da PUC-Campinas na Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do POSURB-ARQ CEATEC e PÓS-Sustentabilidade no CEA.

Abstract

For centuries, soil land has prevailed as the main raw material used in the construction of civilizations, but industrialization made it an alternative for the poorest and isolated groups. With the aggravation environmental problems, there is a certain rescue of this material, so suitable for adding people. The aim is to evoke sustainable and even plastic possibilities of construction with earth and good design through exploratory and explanatory research, collected from bibliographic documentary and iconographic sources, complemented by the syncretism of design.

Keywords: Sustainability. Architecture. Soil Construction.

Resumen

Durante siglos, la tierra ha predominado como principal materia prima en la construcción de las civilizaciones, pero la industrialización la convirtió en alternativa solo para pobres y aislados. Con la agravación de los problemas ambientales, hay un cierto rescate de este material, tan adecuado para agregar personas. El objetivo es evocar posibilidades sostenibles e plásticas de construcción con tierra y bueno diseño, a través de investigaciones exploratorias y explicativas, recopiladas de fuentes bibliográficas, documentales e iconográficas y por el sincretismo del dibujo.

Palabras-clave: Sostenibilidad. Arquitectura. Construcción con Tierra.

INTRODUÇÃO

Após uma temporada de chuvas, durante as férias de verão, chega um dos momentos mais aguardados pelas crianças moradoras de Kelo, no Chade: o primeiro dia de aula. Crianças de diferentes idades caminham, com passos largos, pela estrada de terra, ansiosas por tudo o que irão ver e aprender. Ao chegarem à escola, não há salas nem carteiras. Mas há uma professora pronta para ensinar a primeira lição: construir uma escola. As crianças aprendem a fazer tijolos de argila e a secá-los ao sol. Aprendem a construir paredes e mesas de barro, enquanto outras recolhem folhas e ramos para fazer um telhado. Depois de alguns dias de trabalho, está pronta! "Lá dentro está fresco. Cheira a terra; cheira aos campos prontos para plantar" (RUMFORD, 2012, p. 16). E assim a professora já pode ensiná-los a ler e a escrever, e os pequeninos, a cada dia, aprendem coisas novas.

Os meses passam, e chega o último dia de aula. Todos estão muito felizes por tudo o que aprenderam. Demonstram que estão gratos em cada momento. A escola fica vazia. Chega novamente a temporada de chuvas. As gotas caem rapidamente, e o vento forte sopra levando consigo o telhado de folhas. A chuva penetra nas paredes, e tudo começa a desmoronar. "Lentamente, a escola desaparece até que não sobra mais nada. Mas não importa, as crianças aprenderam a ler e levam o conhecimento consigo" (RUMFORD, 2012, p. 28). Esta história foi contada por

James Rumford após ter morado e atuado como professor por alguns anos na cidade de Kelo, no Chade. Com doçura e simplicidade, esse escritor e ilustrador narra a vida e os hábitos de um povo, mostrando também processos de uma técnica construtiva havia muito tempo esquecida.

A terra é um dos materiais de construção mais antigos. A forma como foi utilizada e as diferentes técnicas aplicadas ao longo da história são surpreendentes. Bastante empregada no Antigo Egito e na Mesopotâmia, serviu para construir as primeiras cidades e as primeiras pirâmides, conhecidas como zigurates. Podemos também encontrá-la na maior construção feita pela humanidade, a Muralha da China, que mede 21.196 quilômetros de comprimento e aproximadamente 7 metros de altura (WEIMER, 2005). No que se refere à arquitetura brasileira, “durante quatro quintos da história de nosso país, a terra se constituiu no material de construção mais importante” (WEIMER, 2005, p. 250).

Com a industrialização e a imposição de nova cultura construtiva vinculada à urbanização acelerada, a terra foi, pouco a pouco, deixada de lado, tornando-se uma alternativa apenas para aqueles que vivem longe dos centros urbanos e sem recursos financeiros para optar pelos materiais industrializados e pelos altos custos de seus transportes. Por se tratar de uma matéria-prima barata e fácil de trabalhar, passou a ser vista com preconceito e se tornou preterida pela maioria da população.

A propósito, a indústria não mediu esforços para desqualificá-la como material construtivo, atribuindo-lhe má reputação (WEIMER, 2005). Como exceção, pode-se apontar uma minoria de ricos exóticos que, por convicção, consideram a terra mais adequada a seu habitat pela sua natureza e simbologia.

Hoje, em contraponto, muitos cidadãos, quando pensam na construção com terra, a imagem que lhes sobrevém é a de um material sujo, frágil e feio (HERINGER, 2017). No entanto, para Barreto *et al.* (2010, p. 16), é de grande importância distinguir a técnica construtiva de questões relacionadas à escassez, uma vez que “a precariedade das construções é um reflexo da pobreza, o que é muito diferente de refletir uma inadequação construtiva”.

Se, por um lado, o uso desse material tem sido visto com grande rejeição por muitos moradores da cidade, por outro, problemas ecológicos têm feito com que diferentes profissionais busquem por materiais construtivos mais naturais e saudáveis, que gerem menos impacto ao meio ambiente e empreguem técnicas mais viáveis em prol de um mundo ecologicamente equilibrado. Nesse cenário, nota-se o resgate da terra como um material que tem muito a oferecer. A esse respeito, Gernot Minke (2005) declara:

Nos países industrializados, a exploração irresponsável dos recursos e o capital centralizado, combinados com a intensa produção de energia não são apenas um desperdício; também poluem o meio ambiente e aumentam o desemprego. Nestes países, a terra está sendo revivida como material de construção. Cada vez mais, as pessoas que constroem residências exigem construções econômicas, com eficiência energética, que enfatizam um clima interno saudável e equilibrado. Estão percebendo que a lama, como material de construção natural, é superior aos materiais de construção industrial, como concreto, tijolos e cal-arenito. Técnicas de construção de terra avançadas e recentemente desenvolvidas demonstram o valor da terra não apenas na construção do tipo "faça você mesmo", mas também na construção industrializada envolvendo empreiteiros. (MINKE, 2005, p. 11, tradução nossa)

Diante do exposto, este artigo pretende analisar a temática da construção com terra, com o propósito de revisitar aspectos relevantes dessa importante técnica construtiva e, assim, ajudar a romper alguns paradigmas construídos ao longo do tempo. Este trabalho é fruto de pesquisas exploratórias e explicativas, feitas através da análise de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas, usando também o sincretismo do desenho. Sua estruturação teórica ocorreu por meio do diálogo entre os seguintes autores: Anna Heringer (2017, 2018), Demis Ian Sbroglia Barreto,

Günter Weimer, Humberto Medeiros, Werther Holzer (2010), Gernot Minke (2005), Günter Weimer (2005), Hassan Fathy (1980), Ignacy Sachs (2008, 2009), James Rumford (2012), Johan Van Lengen (2008), Leonardo Boff (2013) e Nestor Goulart Reis Filho (1978). Suas aplicações empíricas estão apresentadas ao se rever experiências com as diferentes possibilidades construtivas da terra, que possibilitam o belo e a testam como material talhado para agregar pessoas, mostrando obras e desvelando os processos mais usuais no uso da terra para construção.

Para cumprir o objetivo proposto, a pesquisa foi dividida em cinco partes: história da construção com terra, características gerais da terra como material construtivo, técnicas construtivas, algumas obras relevantes e considerações finais.

HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO COM TERRA

A utilização da terra como material construtivo vem de tempos longínquos. Principal matéria-prima utilizada para a construção em praticamente todas as culturas antigas, a terra serviu para erguer casas e, também, templos religiosos. A partir de meados do século XIX, com o surgimento de materiais industriais e com a urbanização acelerada que atraiu grande parte da população para as cidades, esse material começou a ser abandonado e substituído por alternativas mais modernas de construção, passando a ser opção, especialmente, para aqueles que possuem

poucos recursos financeiros ou vivem isolados da cidade. Em contrapartida, a partir de meados do século XX, com o agravamento dos problemas ecológicos e o surgimento dos discursos ambientais, a terra voltou a ser aceita e utilizada (MINKE, 2005; WEIMER, 2005). Neste item, faremos um apanhado de algumas das principais obras construídas com terra ao longo da história, a fim de compreender o contexto da temática.

De acordo com Minke (2005), há 3.200 anos, foram utilizados tijolos de barro para construir as abóbadas do Templo de Ramsés II, um dos faraós mais importantes do Antigo Egito. A cidade de Bam, no Irã, foi erguida com terra, há cerca de 2.500 anos, e resistiu até o ano de 2003, quando houve um grande terremoto. Também podemos nos deparar com a presença do barro nas construções da cidade fortificada no Vale do Draa, no Marrocos, conforme exemplo da Figura 1. Na África, quase todas as mesquitas foram construídas com barro. Séculos atrás, em zonas climáticas secas, como na cidade de Sirdjan, na antiga Pérsia, “foram desenvolvidas técnicas de construção em que os edifícios foram cobertos com abóbadas de tijolos de barro ou cúpulas sem formas ou apoio durante a construção” (MINKE, 2005, p. 12, tradução nossa). A respeito desta técnica, podemos encontrar muitas informações no livro “Construindo com o Povo: Arquitetura para os pobres”, do arquiteto egípcio Hassan Fathy, publicado em 1969, no qual ele conta a experiência

de construir casas abobadadas com tijolos de barro para a população rural de sua terra natal.



Figura 1 Construção com terra em Marrocos, 2019.
Fonte: Acervo pessoal dos autores

Durante o período medieval, mais especificamente entre os séculos XIII e XV, a terra foi amplamente utilizada na Europa Central como material de vedação em edifícios com estrutura de madeira, além de telhados de palha recobertos por terra, tornando-os mais resistentes ao fogo. A técnica da terra batida, conhecida na França como *terre pisé*, teve ampla difusão entre os séculos XV e XIX. O arquiteto francês François Cointeraux registrou esse método em quatro folhetins que,

posteriormente, foram traduzidos para o alemão, tornando-o popular em toda a Alemanha. Hoje, podemos encontrar edifícios feitos com terra há mais de 300 anos na França, tijolos de barro nos muros do norte da Europa – mais especificamente no Forte Heuneburg, perto do Lago Constance –, e muitas outras obras impressionantes, dentre as quais se encontra a casa de terra mais alta construída na Europa até este momento (MINKE, 2005):

A casa mais alta com paredes de terra sólidas na Europa fica em Weilburg, na Alemanha. Concluída em 1828, ainda permanece de pé. Todos os tetos e toda a estrutura do telhado repousam sobre as paredes sólidas de terra batida, que têm 75 cm de espessura na parte inferior e 40 cm de espessura no piso superior (a força de compressão na parte inferior das paredes atinge 7,5 kg/cm²). (MINKE, 2005, p. 13, tradução nossa)

Na América, o adobe se tornou uma técnica bastante difundida entre as civilizações pré-colombianas. Também podemos encontrar grande quantidade de terra – aproximadamente 2 milhões de toneladas – em uma das maiores pirâmides do mundo, a Pirâmide do Sol, em Teotihuacan, no México (WEIMER, 2005).

No Brasil, a construção com barro se fez presente ao longo de quatro quintos de sua história. Isso pode ser justificado pelo fato de que, durante quatro séculos, a produção e o uso da casa brasileira basearam-se no trabalho escravo e nas técnicas

vindas da África e da Europa – além de conhecidas, tais técnicas se mostravam mais econômicas, resistentes e de fácil execução (GOULART, 1978; MINKE, 2005; WEIMER, 2005).

Outro exemplo, já mencionado anteriormente, é o da Grande Muralha da China. Com cerca de 3 mil anos de idade, a muralha foi “construída apenas com terra batida e, somente após uma cobertura posterior de pedras e tijolos, ganhou aparência de uma parede de pedra” (MINKE, 2005, p. 12, tradução nossa).

Atualmente, 3 bilhões de pessoas no mundo vivem em casas de terra. É provável que as condições não sejam as mais apropriadas, visto que, na maioria das vezes, estão diretamente relacionadas à pobreza e à dificuldade de obtenção de outros materiais. No entanto, é de extrema importância diferenciar escassez de inadequação construtiva (BARRETO *et al.*, 2017). Por essa razão, no próximo item, serão mostradas as características mais relevantes da terra – vantagens e desvantagens de seu uso como material de construção.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA TERRA COMO MATERIAL CONSTRUTIVO

Mostrada as principais razões pelas quais o uso da terra na construção civil tem sido resgatado pela sociedade, evidencia-se agora uma busca por materiais ecologicamente corretos, que se mostrem mais “viáveis em um mundo ecologicamente equilibrado” (WEIMER, 2005, p. 250). Assim, objetiva-se falar a respeito das características gerais da terra como material construtivo à luz do conceito de sustentabilidade.

A definição clássica do termo “sustentabilidade” foi estabelecida em 1987 no Relatório Brundtland, intitulado *Our Common Future*, no qual o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46). Para esse fim, o britânico John Elkington, fundador da ONG SustainAbility, criou em 1990 o conceito do *Triple Bottom Line*, que corresponde a três dimensões necessárias a todo desenvolvimento sustentável. São elas: desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto (BOFF, 2013).

Em contrapartida, alguns autores analisam de maneira crítica essa formulação e consideram a relevância de outras dimensões. Leonardo Boff (2013) sugere

melhorias no modelo-padrão de sustentabilidade acrescentando outras quatro dimensões. A primeira delas se chama Gestão da Mente Saudável, na qual o autor defende a necessidade de “resgatar o valor da razão sensível pela qual o ser humano se sente parte da natureza, impõe-se um autocontrole para superar a compulsão pelo crescimento, pelo produtivismo e pelo consumismo” (BOFF, 2013, p. 48). A segunda dimensão proposta por Boff é a Generosidade. Esta se baseia no fato de que o “ser humano não é apenas egoísta, mas fundamentalmente é um ser social que coloca os bens comuns acima dos particulares ou que põe os interesses dos outros no mesmo nível dos seus próprios interesses” (BOFF, 2013, p. 49). A terceira dimensão considera a Cultura como “elemento essencial no planejamento público”, pois “encerra a coesão social, valores, processos de comunicação e diálogo e favorece o cultivo das dimensões tipicamente humanas como a arte, a religião, a criatividade, as ciências e outras tantas formas de expressão estética” (BOFF, 2013, p. 50). Por fim, o autor traz à tona a chamada Neuroplasticidade do Cérebro, justificando que “a estrutura neural do cérebro é extremamente plástica e que, assumidos certos comportamentos críticos face ao sistema industrialista/consumista, pode gerar hábitos de moderação, de consumo solidário, consciente e respeitador dos ciclos da natureza” (BOFF, 2013, p. 50).

De modo semelhante, o economista polonês Ignacy Sachs propõe outras dimensões ao modelo de sustentabilidade. Sachs (2008, 2009), considera oito

pilares do desenvolvimento sustentável: o econômico, o social, o ambiental, o cultural, o ecológico, o territorial, o político nacional e o político internacional. O cultural diz respeito à criação de um “projeto nacional integrado e endógeno” (SACHS, 2009, p. 85). Já o ecológico trata da preservação dos recursos renováveis e “limita o uso dos recursos não-renováveis” (SACHS, 2009, p. 86). O territorial, por sua vez, refere-se à “distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades” (SACHS, 2008, p. 15). O político nacional defende a democracia e “a implementação de um projeto nacional” (SACHS, 2009, p. 87) e, por fim, o político internacional se baseia na garantia da paz, no princípio da igualdade, na gestão do patrimônio global, no controle do sistema internacional financeiro e de negócios e na cooperação científica e tecnológica internacional (SACHS, 2009, p. 87-88). Em seu livro “Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado”, Ignacy Sachs (2008) diferencia desenvolvimento de crescimento econômico: o desenvolvimento refere-se a fatores qualitativos e quantitativos, enquanto o crescimento econômico trata de aspectos meramente quantitativos. O autor também enfatiza que o verdadeiro desenvolvimento deve acontecer com base no aperfeiçoamento das potencialidades de cada nação e que, nesse processo, os fatores culturais e a educação são indispensáveis:

O desenvolvimento pretende habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na

procura da auto-realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas. A boa sociedade é aquela que maximiza essas oportunidades, enquanto cria, simultaneamente, um ambiente de convivência e, em última instância, condições para a produção de meios de existência (*livelihoods*) viáveis, suprindo as necessidades materiais básicas da vida – comida, abrigo, roupas – numa variedade de formas e de cenários – famílias, parentela, redes, comunidades. (SACHS, 2008, p. 35)

[...] os aspectos mais íntimos do desenvolvimento são quase impossíveis de definir e tocar, tal como felicidade, saúde e alegria. A ciência exige, é claro, quantificação, mas coisas raras e refinadas são produzidas em muitos países pobres do mundo. Considerem-se a culinária, a vestimenta, o artesanato, as artes ou a sensibilidade e o refinamento de algumas línguas. (KI-ZERBO *apud* SACHS, 2008, p. 72-73)

Constata-se que a discussão acerca do desenvolvimento sustentável ainda está longe do fim, pois a sustentabilidade se tornou um termo polissêmico cujas compreensão e interpretação encontram numerosas variações nos diferentes nichos da sociedade. Entretanto, não é objetivo deste artigo considerar todos os discursos existentes, nem tampouco julgar encerrado o debate a respeito do tema, mas, sim, analisar o objeto de estudo – a terra como material construtivo – a partir da conceituação de alguns autores específicos cujas obras são relevantes.

Barro, lama e argila são alguns dos diferentes nomes dados à terra quando usada na construção. De acordo com Gernot Minke (2005), o barro possui algumas desvantagens em relação aos materiais industriais, porém apresenta inúmeras vantagens quando comparado a estes. São três as desvantagens observadas por Minke: a primeira delas está no fato de que a terra não se trata de um material padronizado. Como as suas características variam de acordo com o local, o construtor precisa conhecer a composição específica de cada amostra, e o seu preparo deve ser feito mediante variações. A segunda desvantagem é que, devido à evaporação da água, o barro encolhe, ocasionando trincas de contração. No entanto, esse “encolhimento pode ser minimizado reduzindo o teor de água na argila, otimizando a distribuição de grãos e utilizando aditivos” (MINKE, 2005, p. 14, tradução nossa). A terceira e última desvantagem diz respeito à resistência da terra à água – é primordial proteger as paredes da chuva e da geada.

Anna Heringer (2017) diz que, para erguer paredes de terra fortes e duradouras, são necessários três requisitos: um bom alicerce, um bom teto e lombadas ao longo da superfície, para que a água da chuva não desça tão rapidamente. Em resumo, “a construção com terra deve ter os mesmos cuidados que temos ao sair na chuva. Um bom par de botas, uma capa e um guarda-chuva” (STRINGUETO; BIS, 2016).

No que se refere às vantagens da terra face aos materiais industrializados, a primeira delas diz respeito ao controle da umidade, pois “o barro é capaz de absorver a

umidade mais rápido e em maior quantidade do que qualquer outro material de construção” (MINKE, 2005, p. 14, tradução nossa). Além disso, ele é capaz de armazenar calor, característica bastante vantajosa em zonas climáticas com altas diferenças de temperatura. A terceira vantagem se encontra no fato de que a sua produção praticamente não gera poluição ambiental, já que a energia gasta é ínfima e o seu transporte é, na maioria das vezes, desnecessário. “A terra é ideal para a construção do tipo faça você mesmo. Desde que o processo seja supervisionado por um profissional experiente, as técnicas geralmente podem ser executadas por não profissionais” (MINKE, 2005, p. 15, tradução nossa). O barro também é responsável por preservar a madeira e outros materiais orgânicos, além de absorver poluentes, colaborando para a limpeza do ar no interior da construção (MINKE, 2005). Por fim, um dos benefícios mais fantásticos deste material está relacionado ao seu ciclo de vida:

Se elas [paredes] necessitam de reparo, é muito fácil de se fazer. É só pegar a parte quebrada, molhá-la e colocá-la de volta na parede, e vai ficar da mesma forma que antes. E o incrível é que se uma parede de terra não é mais necessária, ela pode retornar ao chão de onde veio, virando um jardim, ou se reciclando completamente sem nenhuma perda de qualidade. Não há outro material que faça isso, é por isso que a performance ambiental da lama é excelente. (HERINGER, 2017)

A partir da análise das vantagens e desvantagens do uso da terra na construção, pode-se observar seu enorme potencial construtivo e suas inúmeras adequações aos fundamentos do conceito de sustentabilidade. Para Heringer (2017), “a estratégia mais sustentável para o desenvolvimento sustentável é valorizar e usar seus próprios recursos e potencial e não depender de fatores externos”. Nesse sentido, a terra se mostra como um material de notável desempenho sob o viés da sustentabilidade em seu sentido ampliado. Economicamente falando, o barro é barato, está disponível no mundo todo e nunca irá se exaurir. Atualmente, a maior parte dos materiais de construção utilizados pelos países subdesenvolvidos resulta da importação de produtos de outros lugares ou de tecnologias vindas do exterior. Por consequência, o dinheiro que poderia permanecer no país para investimento local é exportado e direcionado para outros mercados. Com o uso de um material local, o dinheiro permanece nos limites da região, podendo ser usado para o benefício da própria população. Socialmente falando, trata-se de um material acessível a todas as classes tanto no que diz respeito ao aspecto financeiro quanto no aspecto da sua aplicabilidade. Ecologicamente falando, é excelente para o controle da umidade, para o armazenamento de calor, não gera poluição ambiental, preserva materiais orgânicos, absorve poluentes e, no que se refere ao ciclo de vida, não traz prejuízos ao meio ambiente, já que, no fim, pode retornar para o mesmo lugar de onde veio sem maiores danos. Em suma, apesar de ser um

material de “baixa tecnologia, sua performance é de alta tecnologia” (HERINGER, 2017).

Contudo, é possível observar que o uso da terra na construção civil está para além das três principais dimensões da sustentabilidade, uma vez que, mediante avaliação mais cuidadosa, podemos notar outras qualidades intrínsecas a esse material. Muito relacionada com a tradição e com a cultura, a construção com terra envolve arte e qualidade arquitetônica. Permite o desenvolvimento de “potencialidades, talentos e imaginação” (SACHS, 2008, p. 35). A esse respeito, Anna Heringer (2017) diz: “Há muitos recursos gerados gratuitamente pela natureza, e é necessário só a sensibilidade para enxergá-los e a criatividade para utilizá-los”.

Apesar do desenvolvimento de algumas tecnologias nessa área, o processo de fabricação mais comum é feito de modo artesanal e humano, com poucas ferramentas, usando as próprias mãos e mediante trabalho gregário e coletivo: “Mas os meus construtores não necessitavam de nada além de uma enxó e das próprias mãos” (FATHY, 1980, p. 24). Construir uma casa de terra permite o desenvolvimento de uma relação mais estreita entre pessoas e com o meio ambiente, já que se trata de uma construção que é, na verdade, o “prolongamento natural da paisagem” (FATHY, 1980, p. 20).

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Existem inúmeras técnicas construtivas que utilizam a terra como matéria-prima. São alternativas que vão desde processos manuais, tais como o adobe, o superadobe, a taipa e a construção em COB³, até processos industrializados, tais como o BTC⁴, ou tijolo de solo-cimento, e os painéis pré-fabricados. No entanto, para fins de pesquisa, selecionamos três técnicas, sendo duas manuais – adobe e taipa – e uma industrializada – painéis pré-fabricados. O critério de seleção foi a relevância do método.

³ COB é uma técnica de construção com terra que combina argila, areia e palha. Por meio desses materiais é feita uma mistura homogênea utilizada para moldar a parede como se esta fosse uma escultura.

⁴ BTC ou Bloco de Terra Comprimida é um material de construção que combina técnicas ancestrais de construção com terra – taipa e adobe – com a tecnologia da prensa mecânica. A compressão realizada elimina o ar presente na terra, impermeabilizando o bloco e aumentando a sua resistência.

4.1 Adobe



Figura 2 Produção de blocos de adobe. 2019.
Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Apesar de explorado em todos os continentes, o bloco de adobe foi bastante utilizado em construções na Mesopotâmia e no Egito pré-faraônico. Denominado “bolo de barro”, o adobe é um tijolo cru, feito de argila compactada e, na maioria das vezes, secado ao vento e/ou ao sol. A sua forma mais simples é um cilindro alongado, porém a mais usual é um prisma geométrico feito dentro de uma armação de madeira (WEIMER, 2005).

De acordo com Lengen (2008), quase todos os tipos de terra servem para produzir adobes. No entanto, antes de fazê-los, é muito importante colher algumas amostras

em diferentes pontos do terreno a fim de realizar alguns testes. As análises da cor, do odor e da mordedura revelarão a qualidade da terra que será utilizada na produção dos tijolos. Também é indicado produzir alguns blocos experimentais para testar a sua resistência. O preparo do adobe inclui o acréscimo de esterco e de palha:

Se for possível, deve-se juntar esterco de cavalo ou de burro e misturá-lo com a palha quebrada e deixar secar. O esterco aumenta muito a resistência do adobe, tanto à umidade como o desgaste devido ao tempo. Além do mais o esterco evita que cupins e barbeiros penetrem as paredes feitas com terra. (LENGEN, 2008, p. 303)

O adobe é moldado dentro de armações de madeira. Existem armações para moldagem individual e para múltiplas moldagens. É possível construir moldes com diferentes formas, inclusive com bordas arredondadas. Na maioria das vezes, com o objetivo de facilitar a retirada dos blocos, as armações são confeccionadas sem fundo, exigindo que a compactação dos adobes seja feita diretamente no local da secagem. Uma alternativa mais flexível é fechar a parte inferior das armações com uma chapa perfurada, permitindo a saída de água e, ao mesmo tempo, facilitando um possível deslocamento (LENGEN, 2008; WEIMER, 2005).

O processo de cura dos tijolos consiste em deixá-los secar. A esse respeito, Lengen (2008, p. 306) observa que “os adobes não devem secar rápido demais sob o sol.

Se não puderem secar à sombra, será preciso cobri-los com folhas. De vez em quando deve-se molhá-los”. Quando endurecidos, precisam ser colocados em fileiras abertas, para arejar por cerca de 15 dias. Segundo Weimer (2005), os adobes podem ser assentados sem o processo de cura, dispensando o uso de argamassa. Entretanto, é preciso ficar atento a possíveis fissuras, devido à retração, sendo aconselhável que as paredes sejam menos espessas para acelerar o processo de secagem.

4.2 Taipa de pilão



Figura 3 Terra compactada. 2019.

Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Assim como o adobe, a taipa é uma técnica de construção com terra crua, porém na forma de barro amassado. Ao longo dos anos, foram desenvolvidos diferentes tipos de taipa de acordo com as características de cada local. Segundo Barreto, Weimer, Medeiros e Holzer (2010, p. 94), "técnicas empregadas nas regiões polares são completamente diferentes das utilizadas nas zonas temperadas ou nas tropicais". As construções de taipa feitas no Brasil utilizam, na sua maioria, técnicas da África Negra trazidas pelos portugueses durante a colonização. Isso pode ser justificado pelo fato de serem mais "econômicas, resistentes e de fácil execução" (BARRETO *et al.*, 2010, p. 95).

O conhecimento do modo de fazer a taipa é geralmente transmitido de forma oral, algo mais comum no meio rural. Com a progressiva migração para os meios urbanos e a consequente proletarianização da população, seu emprego vem sendo acompanhado da perda de suas características e de sua qualidade. (BARRETO *et al.*, 2010, p. 103)

O arquiteto Günter Weimer (2005) descreve, em seu livro "Arquitetura Popular Brasileira", quatro diferentes tipos de taipa: taipa de pilão, taipa de mão, taipa de sebe e taipa de sopapo. Com frequência, as nomenclaturas taipas de mão, taipa de sebe e taipa de sopapo são utilizadas como sinônimos, porém são técnicas distintas. Ambas são feitas a partir do entrelaçamento de galhos verticais e horizontais, contudo a aplicação do barro é o que as distingue: na taipa de sebe, as camadas

de barro são aplicadas com pedaços de madeira, enquanto, na taipa de mão, o barro é aplicado manualmente. Na taipa de sopapo, os bolos de barro são arremessados simultaneamente por ambos os lados da parede. Muitas vezes, para que isso aconteça de maneira sincronizada, são entoadas canções, pois é por meio dos ritmos musicais que os operários fazem os lançamentos (BARRETO *et al.*, 2010).

Conhecida na França como *terre pisée*, a taipa de pilão é uma técnica de origem norte-africana, explorada em todos os continentes e considerada patrimônio universal. O método consiste em assentar terra umedecida entre duas peças de madeira laterais, denominadas cangalhas ou agulhas, e outras duas peças para fechamento, chamadas de frontais. Por sua vez, a terra deve ser colocada de maneira uniforme e socada com um pilão entre essas peças. Assim como no adobe, uma das formas de conferir resistência às paredes de taipa é através da inclusão de materiais orgânicos no preparo da terra, tais como folhas secas e fibras vegetais. No que diz respeito às fundações, aconselha-se colocar o máximo possível de pedras, que agem como impermeabilizantes. Na construção das paredes, é necessária uma grande espessura além da colocação longitudinal de galhos ou ramos secos. É preciso dar uma atenção especial aos beirais, já que se trata de uma construção vulnerável à umidade. Outras duas questões que demandam cautela são as cargas concentradas e a amarração entre as paredes com aberturas. Feito isso, a técnica alcança seu maior desempenho (BARRETO *et al.*, 2005).

A casa de taipa é um produto cultural, síntese de conhecimentos acumulados que resultaram da ação do homem diante da necessidade de habitar o meio hostil em que vivia. Em nossa história tornou-se uma das manifestações mais tradicionais da nossa arquitetura e teve seu auge durante os ciclos do açúcar e do ouro. Ainda hoje apresenta soluções para inúmeros problemas da construção civil. Preconceitos a respeito de seu emprego mostram apenas condicionamentos injustificáveis. (BARRETO *et al.*, 2010, p. 103)

4.3 Painéis pré-fabricados



Figura 4 Painéis pré-fabricados. 2019.

Fonte: Acervo pessoal dos autores.

O desenvolvimento dos painéis pré-fabricados em terra se deu por conta do custo da mão de obra e do tempo demandado pelas técnicas artesanais de construção com terra. Se, por um lado, a construção com barro, a partir de técnicas manuais, exige pouco investimento financeiro e poucas ferramentas de trabalho, por outro, é necessário habilidade, tempo e paciência para executar um projeto com qualidade construtiva. De acordo com Martin Rauch (LEHM, 2019) artista austríaco e especialista em estruturas de barro, o desenvolvimento da técnica pré-fabricada aumentou a eficiência no canteiro de obras e possibilitou a execução de grandes projetos a partir de soluções mais práticas e rápidas. Além disso, tornou a coordenação da construção no local mais fácil e mais previsível.

Uma preocupação comum entre aqueles que produzem painéis pré-fabricados com terra é o peso final das peças. Peças mais leves, que podem ser carregadas com as próprias mãos, facilitam o transporte e agilizam todo o processo. Os elementos de maior robustez também podem ser usados desde que sejam transportados e colocados na posição com um guindaste (MINKE, 2005; LEHM, 2019). Os painéis pré-fabricados podem ser usados tanto no interior quanto no exterior das construções. Se usados no interior, oferecem significativas contribuições térmicas, proporcionando um clima agradável e saudável. Se usados em paredes externas, observaremos que resistirão por anos sem alteração de cor, enquanto a luminosidade da superfície aumenta gradativamente com o passar do tempo. Além

disso, de acordo com Rauch (LEHM, 2019), devido às propriedades plásticas do barro, as juntas entre elementos pré-fabricados podem ser retocadas suavemente, tornando-as invisíveis. O sistema de construção pré-fabricado pode, portanto, também produzir grandes paredes contíguas de aparência monolítica.

ALGUMAS OBRAS RELEVANTES

Nos itens anteriores, foram apresentadas diferentes questões relacionadas ao uso da terra como material de construção. Foram percorridas algumas das principais construções feitas com terra ao longo da história, analisadas as características gerais da terra como material construtivo a partir do conceito da sustentabilidade e, por fim, abordadas algumas das técnicas construtivas com barro mais relevantes da atualidade. Nos itens a seguir, serão apresentadas duas obras contemporâneas de arquitetura com terra: a primeira é conhecida como *METI School*, ou Escola Artesanal METI, que foi construída em Bangladesh e recebeu o Prêmio Aga Khan de Arquitetura no ano de 2007; a segunda foi construída no território de Pilbara, no Oeste da Austrália Ocidental, e foi eleita pela ArchDaily como “Construção do Ano 2016”.

5.1 Escola Artesanal METI



Figura 5 Fachada Oeste – Escola METI.

Fonte: Höerbst, [20--?].

O prédio da Escola Artesanal METI, conforme a Figura 5, fica localizado em Rudrapur, no distrito de Dinajpur, em Bangladesh. Devido à pobreza extrema e à falta de infraestrutura da região, muitas pessoas se mudam para as cidades em busca de melhores oportunidades. Em função disso, a ONG local Dipshika busca transformar essa realidade através de programas de desenvolvimento, cujo objetivo principal é mostrar para as populações locais o verdadeiro valor da aldeia em toda a sua complexidade, aumentando a autoconfiança das pessoas. A Escola METI surgiu como iniciativa dessa ONG para solucionar os problemas do sistema escolar

bengali e incutir na criança a autoconfiança e a independência, fortalecendo seu senso de identidade (HERINGER, 2017; DIPSHIKHA, 2012; SHANTI, 1999).

Criado em 1999, METI significa Instituto de Educação e Formação Modernas. Atualmente, possui 296 crianças matriculadas que, além de aprenderem as disciplinas escolares usuais, estudam temas relacionados ao trabalho criativo, à produção de música e dança e ao cultivo de frutas e verduras. Ao contrário das escolas públicas, os métodos de ensino da Escola METI trouxeram para os alunos a alegria de aprender e, hoje, serve como modelo para difundir seus modernos princípios pedagógicos (SHANTI, 1999).

De acordo com a ONG Dipshika:

A criança é como uma mina desconhecida a ser explorada. Nela reside o futuro da humanidade. Uma nação pode ter muitas minas e reservatórios de recursos, porém, se inexplorada, é uma riqueza sem futuro. O mesmo pode ser aplicado aos seres humanos. Se não forem educados, formados, habilidosos e competentes, permanecerão inúteis e dependentes. Portanto o desvelamento, a formação e a habilidade de seus potenciais e capacidades ocultos e latentes são desafiadores e indispensáveis. (DIPSHIKHA, 2012, tradução nossa)

O projeto arquitetônico da Escola METI foi desenvolvido pelos arquitetos Anna Heringer e Eike Roswag. Construído entre os anos de 2005 e 2006, o prédio de dois andares compreende uma área bruta de 325 m² e possui 5 salas de aula, sendo duas no pavimento superior e três no pavimento térreo. Cada uma das salas do piso térreo dá acesso a anexos cavernosos, conforme a Figura 6, fazendo alusão aos espaços de brincar infantis, como as cavernas construídas com tecidos ou os esconderijos em arbustos (HORTA, 2009; HERINGER, 2018a). De acordo com o Júri do Prêmio Aga Khan para o 10º Círculo de Arquitetura, “o resultado final [...] é um edifício que cria espaços coletivos bonitos, significativos e humanos para a aprendizagem, enriquecendo assim a vida das crianças” (HERINGER, 2018a).

Para evitar infiltrações e umidade vindas do solo, a fundação foi feita em alvenaria e executada por uma construtora localizada em uma cidade próxima. Para o pavimento térreo, foram utilizadas 400 toneladas de barro úmido, movidas apenas por mão de obra humana, vacas e búfalos. Não foram acrescentados aditivos e nem revestimentos nas paredes, somente cal e areia nas janelas. O andar superior e a cobertura foram sustentados com estruturas de bambu, enquanto o fechamento das paredes foi feito com tiras da mesma planta (HORTA, 2009; HERINGER, 2018a). A construção foi realizada mediante trabalho cooperativo, conforme a Figura 7, contando com a participação de diferentes pessoas, inclusive das crianças.

À tarde, a construção da escola fazia parte do currículo. Os alunos do METI estavam ajudando a construir sua própria escola - preparando o lintel, por exemplo, ou secando a areia. No final, cada aluno escreveu o próprio nome nas portas da frente da escola (HERINGER, 2017).



Figura 6 Cavernas no Pavimento Térreo – Escola METI.
Fonte: Höerbst, 2006.



Figura 7 Trabalho Humano - Escola METI.
Fonte: H  rBST, [20--?].

Sem uso de m  quinas, o pr  dio de arquitetura vern  cular dispensou gastos com energia para a produ  o, al  m do transporte de materiais. A redu  o no uso de tijolos, concreto e a   minimizou em 50% os custos da produ  o. A utiliza  o do bambu evidenciou um importante material para a cultura local, e o uso do barro trouxe conforto t  rmico para o interior. Por praticamente n  o haver fornecimento de eletricidade em Rudrapur, o edif  cio foi projetado de modo a aproveitar a ventila  o e a ilumina  o natural durante todo o dia (HORTA, 2009; HERINGER, [20--?]).

Com uma pegada ecológica de 275 m², o prédio se tornou exemplo de arquitetura sustentável, recebendo o Prêmio Aga Khan de Arquitetura no ano de 2007. Nessa ocasião, foi destacado que a construção abordou não somente uma beleza simples e humana, mas também o nível de cooperação entre arquitetos, clientes, artesãos e usuários (HERINGER, 2017; 2018a; 2018b). Além disso, por oferecer alternativas sustentáveis contra a tendência da construção de cimento e aço (HERINGER, 2018), foi concedido a Anna Heringer, no ano de 2009, o Prêmio Curry Stone Design. Para Anna:

Aprender com alegria é a filosofia da escola - o melhor para mim é ver o prédio lotado de crianças alegres, que estão realmente felizes em ir à escola. Não é principalmente a arquitetura que faz algo especial - são as pessoas: todos que trabalharam nele com todos os esforços e potenciais e todos os que vivem nele e preenchem o espaço com a atmosfera. (HERINGER, 2017)

5.2 The great wall of WA



Figura 8 Vista superior - *Great Wall of WA*.
Fonte: Rosselli, 2018a.

A *Great Wall of WA*, conforme Figura 8, está localizada na região de Pilbara, no Oeste da Austrália Ocidental. Trata-se de um território seco e de baixa densidade populacional, marcado por vastos depósitos minerais e pela atividade agropecuária. Projetado pelo escritório australiano de arquitetura Luigi Rosselli Architects, o projeto consiste em um conjunto de residências destinadas a trabalhadores durante o período de juntar o gado (THE GREAT, 2015; DIBBS, 2016; ROSSELLI, 2018b).

Com 230 metros de comprimento e 45 centímetros de espessura, a parede de terra batida encerra doze residências cobertas por uma duna de areia que forma seus telhados. As residências são dispostas de maneira escalonada, garantindo a privacidade em cada varanda. A marquise, conforme Figura 9, foi projetada para proteger o interior das residências dos raios solares e, à noite, convidar para o uso. Juntamente com as doze residências, o complexo também contém um centro multifuncional, uma sala de reuniões e uma capela. Abaixo da capela, encontra-se um cemitério centenário, protegido por uma cerca, a fim de se guardar da fauna local (THE GREAT, 2015; DIBBS, 2016; ROSSELLI, 2018b).

A parede é composta por argila arenosa rica em ferro, proveniente do local, misturada com cascalhos do rio adjacente e água. Dando continuidade à arquitetura exterior, a designer Sarah Foletta criou espaços interiores elegantes a partir do diálogo entre os materiais. A capela em formato oval, conforme demonstra a Figura 10, também foi construída utilizando a técnica da terra batida, porém seu telhado, em formato cônico, foi feito em aço corten. Em seu ápice, encontra-se uma

claraboia que ilumina todo o espaço que, internamente, é revestido por um alumínio anodizado dourado (THE GREAT, 2015; DIBBS, 2016; ROSSELLI, 2018b).



Figura 9: A extensa cobertura - *Great Wall of WA*.

Fonte: Rosselli, 2018a.



Figura 10: A capela - *Great Wall of WA*.
Fonte: Rosselli, 2018a.

Uma vista aérea da parede em ziguezague faz lembrar as pinturas aborígenes tradicionais. Já a argila arenosa, rica em ferro, atribui às paredes uma coloração viva e rica. O uso da terra torna os ambientes adequados às condições climáticas do local, resultando em construções energeticamente eficientes. As janelas deslizantes curvas ao redor da capela protegem seu interior contra as tempestades de poeira (THE GREAT, 2015; LAUREATE, 2016).

Eleita pela ArchDaily como “Construção do Ano 2016” na categoria habitação, o projeto de acomodação representa uma nova abordagem para a remota arquitetura da Austrália Ocidental (ROSSELLI, 2018a). De acordo com o arquiteto, “trata-se de uma abordagem humanista, onde as pessoas e o ambiente têm precedência sobre os dogmas de design pré-concebidos” (DIBBS, 2016).

ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, podem ser vistos numerosos projetos de construção com terra espalhados pelo mundo. Neste trabalho, foram escolhidas duas obras específicas em decorrência de três fatores: suas semelhanças, “dissemelhanças” e relevância no contexto internacional.

Mediante análise, foi possível evidenciar inúmeras distinções entre os projetos *METI School* e *The Great Wall of WA*. Apesar de se destacarem devido ao uso da mesma matéria-prima, suas diferenças vão desde o objetivo inicial, passando pelos processos e técnicas, até chegar ao resultado final. Inseridos em contextos sociais, econômicos, ambientais, tecnológicos e culturais distintos, os projetos tomaram rumos completamente diferentes.

Por outro lado, pode-se observar algumas características em comum entre eles: além de demonstrarem, desde o princípio, grande sensibilidade com relação à geografia natural do lugar, as soluções arquitetônicas apresentadas pelos respectivos arquitetos levaram em consideração diversos aspectos da sustentabilidade, tais como o uso de materiais ecológicos sem desprezar a beleza, a busca por uma arquitetura bioclimática, a otimização do uso da energia e a valorização dos espaços verdes, além dos aspectos econômicos, sociais, culturais e demais particularidades consideradas no processo, tornando-as reconhecidas internacionalmente como exemplos de construção sustentável.

Apesar de terem sido projetados para solucionar problemas distintos, tratam de projetos que foram capazes de atender às necessidades requeridas. Por fim, a despeito das diferentes técnicas construtivas utilizadas, as edificações foram muito bem executadas tecnicamente e apresentaram uma qualidade arquitetônica indiscutível, conferindo a elas importantes premiações.

Com isso, observa-se que a terra pode ser, de fato, uma opção construtiva muito especial, a ser empregada em pequenos e grandes projetos, interferindo decisivamente na qualidade técnica e espacial da obra. Tais constatações apontam para necessidade de reavaliar alguns conceitos e mostrar as possibilidades inerentes à terra como material de construção.

A despeito da simplicidade da história contada por James Rumford (2012) em seu livro intitulado “Escola da Chuva”, relatada no início deste artigo, podemos tirar lições preciosas sobre o uso da terra como material construtivo – lições estas que também podem ser confirmadas nos dois projetos apresentados – especialmente àqueles que buscam uma *calm and healthy life*, tão reclamada por grande parte da população.

Se por muitos séculos o barro foi o material de construção mais utilizado em todo o mundo, nos últimos anos, vem sendo substituído por materiais mais afeitos às necessidades da modernidade, que têm privilegiado a industrialização e o lucro. Quantitativamente, a terra entrou em decadência na construção civil como um todo, mas seu uso permaneceu, principalmente, em contextos humildes, como é o caso da cidade de Chade, na África. Tal fato justifica a qualidade da construção e nos ajuda a entender a fragilidade da escola erguida todos os anos pelos alunos e professores daquela comunidade. No entanto, se executada da maneira correta, as construções com terra podem apresentar grandes resultados, como nos casos da *METI School* e *The Great Wall of WA*.

No que diz respeito ao desmoronamento anual da escola, relatado por Rumford (2012), em decorrência, principalmente, das tempestades de verão, um aspecto muito valioso pode ser observado com relação ao ciclo de vida desta matéria-prima:

após o uso, pode ser misturada novamente à natureza, sem causar dano algum para o meio ambiente. E esta qualidade pode ser confirmada na fala da arquiteta Anna Heringer (2017), ao relatar a experiência da construção da Escola em Bangladesh. O processo construtivo narrado por Rumford (2012) também demonstra a enorme simplicidade da técnica, demandando poucas e usuais ferramentas e induzindo a agregação da comunidade no trabalho coletivo próprio da construção em mutirão. Por sua vez, o trabalho realizado pelas crianças juntamente com a professora possibilitou a construção de relações de amizade mais profundas e colaborou para um aumento do senso de autoconfiança e da confiança interpessoal, exaltando os valores locais e contrariando a lógica do capital monopolista. O mesmo pode ser dito sobre a cooperação entre arquitetos, clientes, artesãos e usuários na construção da Escola METI. Em ambos os casos, o fortalecimento do local, em detrimento do global, através da utilização de materiais endógenos à comunidade, colaborou para o fortalecimento da economia, não deixando dissipar para o exterior os poucos recursos existentes na comunidade.

No que diz respeito a economia de energia, a terra supera outros materiais. Tecnicamente tem excelentes condições para garantir conforto térmico e acústico, não gera poluição na produção da construção, é saudável e, simbolicamente, traz à baila a sensação de verdade e alta proteção auferida pela terra.

Por fim, o mais encantador sobre essas obras pode ser observado na fala daqueles que, de algum modo, vivenciaram estes espaços. Para eles, o mais importante não foi a construção em si, mas as experiências vividas, os aprendizados adquiridos, os relacionamentos firmados e as lembranças armazenadas na memória, enfim um novo olhar sobre o mundo. Para complementar nossas observações, desvela-se a citação de Anna Heringer (2017) dizendo que, se investirmos no conhecimento técnico da terra teremos nossas construções mais “saudáveis, sustentáveis, bonitas e humanas” (HERINGER, 2017).



Figura 11: Sem título.

Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2019.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Demis Ian Sbroglia *et al.* **A arquitetura popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2010.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1988.
- DIBBS, Jason. **The great wall of W.A.** 2016. Disponível em: <<https://arcspace.com/feature/the-great-wall-of-w-a/>>. Acesso em: 15 maio 2018.
- DIPSHIKHA. **Dipshikha: Non-formal Education Training and Research Society for Village Development**, 2012. About us. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&tl=pt&u=http://www.dipshikha.org/about-us.html&anno=2>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- FATHY, Hassan. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. São Paulo: Salamandra, 1980.
- GOULART, Nestor. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- HERINGER, Anna. TED: **O calor e a sabedoria das estruturas de barro**. 2017. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/anna_heringer_the_warmth_and_wisdom_of_mud_buildings?language=pt-br#t-471595>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- HERINGER, Anna. **Is sustainability about working within scarcity or finding natural abundance?**. 2018. Disponível em: <<http://currystonedesignprize.com/winners/anna-heringer/>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- HERINGER, Anna. **METI School**. 2017. Disponível em: <<http://www.anna-heringer.com/index.php?id=31>>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- HÖERBST, Kurt. **METI school: Bangladesh: Anna Heringer**. 2006. Disponível em: <<http://architektur.hoerbst.com/projekt/meti-school-bangladesh-anna-heringer/>>. Acesso em: 23 maio 2018.

HORTA. **De volta à arquitetura vernacular da METI School**. Anna Heringer e Eike Roswa. Rudapur, Bangladesh. 2009. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/182/de-volta-a-arquitetura-vernacular-na-meti-school-anna-heringer-134776-1.aspx>>. Acesso em: 23 maio 2018.

LAUREATE COLLECTIVE HOUSING // The Great Wall of Western Australia. **TERRA Award**, 2016. Disponível em: <http://terra-award.org/laureate/>>. Acesso em: 7 Dez. de 2023.

LENGEN, Johan Van. **Manual do arquiteto descalço**. São Paulo: Empório do Livro, 2008.

MINKE, Gernot. **Building wiht earth: design and technology of a sustainable architecture**. Suíça: Birkhäuser, 2005.

LEHM Ton Erde. 2019. Disponível em: <https://www.lehmtonerde.at/en/>. Acesso em 7 Dez. 2023.

ROSSELLI, Luigi. The great wall of W.A. wins TERRA 'earthen architecture' prize. 2018a. Disponível em: <<https://luigirosselli.com/news/the-great-wall-of-wa-wins-terra-earthen-architecture-prize>>. Acesso em: 27 maio 2018.

ROSSELLI, Luigi. The great wall of W.A. 2018b. Disponível em: <<https://luigirosselli.com/residential/the-great-wall-of-wa>>. Acesso em: 27 maio 2018.

RUMFORD, James. **Escola de chuva**. São Paulo: Brinque-book, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável: ideias sustentáveis**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

SHANTI. **Schulprojekt METI**. 1999. Disponível em: <<https://shanti.de/wordpress/project/schule>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

STRINGUETO, Kátia; BIS, Keila. Adobe, matéria-prima tão antiga, pode ser alternativa para o futuro. **Casa**, 2016. Disponível em:

<<https://casa.abril.com.br/casas-apartamentos/adobe-materia-prima-tao-antiga-pode-ser-alternativa-para-o-futuro/>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

THE GREAT wall of WA / Luigi Rosselli. **ArchDaily**, 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/771780/the-great-wall-of-wa-luigi-rosselli/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

A POLÍTICA PATRIMONIAL E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO VALE MÉDIO DO RIO SÃO FRANCISCO - MG¹

Amaro Sérgio Marques²
Brenda Melo Bernardes³
Alessandro Borsagli⁴

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p234-272

¹ Este artigo se baseia em pesquisas do grupo Espaços Rurais e Povos Tradicionais da Faculdade Santo Agostinho e na tese de doutoramento de Amaro Sérgio Marques pela Escola de Arquitetura da UFMG.

² Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES (2007), doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG (2018), professor substituto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo/DEARQ da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, Ouro Preto/MG.

³ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (2011), Especialista em Sistemas Tecnológicos e Sustentabilidade Aplicados ao Ambiente Construído - UFMG (2013), Mestre em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura - UFMG (2016), Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura - UFMG, professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - campus Santa Luzia.

⁴ Graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (2010), Mestre em Tratamento da Informação Espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (2019).

Resumo

No âmbito do patrimônio, a Constituição Federal de 1988 contribuiu para a ampliação das categorias de bens culturais passíveis de proteção e para o reconhecimento não só do patrimônio vinculado à história oficial do Brasil como formador da memória coletiva, mas também da multiplicidade de grupos sociais, representados pelos povos indígenas, afrodescendentes, imigrantes, e pela cultura popular, como integrantes dessa herança cultural. Ressalta-se que, apesar da importância de preservação dos saberes e modos de vida presentes em comunidades tradicionais, verifica-se, muitas vezes, a limitação em se articular políticas de proteção patrimonial quando se trata de bens não consagrados, ou que não são institucionalmente vinculados à história oficial do país. Desse modo, tendo como recorte espacial a análise da importância cultural material e imaterial das comunidades quilombolas do norte de Minas Gerais, define-se como objetivo geral do artigo analisar criticamente essas limitações verificadas na política patrimonial no que tange às comunidades tradicionais, atribuindo ênfase à importância cultural desempenhada pelos quilombolas do Vale Médio do Rio São Francisco, MG.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural. Comunidades tradicionais. Comunidades Quilombolas. Norte de Minas.

Abstract

In regards to heritage, the Brazilian Constitution of 1988 contributed to the expansion of the categories of cultural assets protected and to the recognition, not only of the heritage linked to the official history of Brazil as a form of collective memory but also of the diversity of social groups as members of this cultural heritage, including indigenous peoples, Afro-descendants, immigrants, and popular culture. It is noteworthy that, despite the importance of preserving the knowledge and ways of life from traditional communities, there is often a limitation

in articulating heritage protection policies when it comes to not consecrated goods or not institutionally linked to the official history of the country. Therefore, by examining the material and immaterial cultural importance of the quilombola communities in the North of Minas Gerais, Brazil, this paper aims to analyze these limitations in the heritage policy concerning traditional communities and emphasize the cultural importance played by the quilombolas of the Middle Valley of the São Francisco River, Minas Gerais, Brazil.

Keywords: Cultural heritage. Traditional communities. Quilombola communities. North of Minas Gerais.

Resumen

En el ámbito del patrimonio, la Constitución Federal de 1988 contribuyó a la ampliación de las categorías de bienes culturales sujetos a protección y al reconocimiento, no sólo del patrimonio vinculado a la historia oficial de Brasil como forma de memoria colectiva, sino también de la multiplicidad de grupos sociales, representados por los pueblos indígenas, afrodescendientes, inmigrantes y la cultura popular, como integrantes de este patrimonio cultural. Llama la atención que, a pesar de la importancia de preservar los saberes y modos de vida presentes en las comunidades tradicionales, muchas veces existe una limitación en la articulación de políticas de protección patrimonial cuando se trata de bienes que no son consagrados, o que no están vinculados institucionalmente al patrimonio oficial. historia del país. Así, teniendo como corte espacial el análisis de la importancia cultural material e inmaterial de las comunidades quilombolas del Norte de Minas/MG, el objetivo general del artículo es analizar críticamente estas limitaciones verificadas en la política patrimonial con respecto a las comunidades tradicionales, dando énfasis a la importancia cultural desempeñada por los quilombolas del Valle Medio del Río São Francisco/MG.

Palabras-claves: Patrimonio cultural. Comunidades tradicionales. Comunidades Quilombolas. Norte de Minas.

INTRODUÇÃO

O Rio São Francisco, ou Opará, é um dos principais cursos d'água do Brasil e da América Latina e possui uma extensão de 2.830 quilômetros (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2015). A sua bacia hidrográfica abrange os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e o Distrito Federal e se encontra dividida em quatro trechos: o Alto São Francisco – das nascentes na Serra da Canastra (MG) até a cidade de Pirapora (MG); o Médio São Francisco – de Pirapora (MG) até Remanso (BA); o Submédio São Francisco – de Remanso (BA) até Paulo Afonso (BA); e o Baixo São Francisco – de Paulo Afonso (BA) até a foz, entre Sergipe e Alagoas.

Nesse contexto, o Rio São Francisco possui grande importância para a ocupação e formação do território mineiro, sendo que o uso das suas águas e a ocupação das terras adjacentes remontam ao período pré-histórico. Ou seja, a ocupação do Vale do São Francisco não só deixou marcas ainda visíveis na paisagem, mas também nos usos, costumes e no cotidiano da população ribeirinha, formada pelos diversos fluxos migratórios ocorridos ao longo dos séculos.

A porção norte do estado de Minas Gerais concentra uma notável pluralidade de comunidades que se estabeleceram às margens do Rio São Francisco e que possuem um forte vínculo com o curso d'água e os seus principais afluentes, sendo

que suas atividades cotidianas e culturais dependem essencialmente da interação dos indivíduos com esses cursos d'água. Nesse sentido, os grupos sociais que habitam a porção do Médio São Francisco, que se encontra no território mineiro, possuem maneiras próprias de vivenciar o cotidiano, muito embora suas referências culturais transpassem seu território e se estendam para todo o Brasil (IEPHA, 2015), sendo possível encontrar, ao longo do vale do São Francisco, uma multiplicidade de vivências, realidades, costumes, memórias, origens e meios de subsistência.

Dentre as comunidades que habitam o Norte de Minas, destacam-se as comunidades quilombolas do Vale Médio do Rio São Francisco. Essas comunidades estabelecem relação ancestral e cultural com os territórios onde habitam e usufruem dos recursos e da facilidade de transporte do Rio São Francisco e da riqueza natural de suas margens para subsistência. Além disso, essas comunidades estabelecem vínculo simbólico com o território e o Rio São Francisco. Tais relações são presenciadas nas manifestações da vida cotidiana e na manutenção de seus saberes e celebrações tradicionais, o que as tornam singulares.

Contudo, apesar da relevância cultural representada por essas comunidades, elas têm lidado com desafios quanto à perpetuação de seus saberes e direito de permanência em seus territórios devido às constantes ameaças de expropriações de grileiros, fazendeiros, sitiantes e empresas vinculadas ao agronegócio, que

partilham desse território híbrido e que manifestam, muitas vezes, interesse de uso dos recursos naturais voltados à lucratividade. Não obstante, a invisibilidade desses povos e a ausência de políticas patrimoniais voltadas à preservação dos seus costumes, bem como à concessão de incentivos para a manutenção e perpetuação das tradições culturais nessas comunidades, dificultam a continuidade de suas ações culturais.

Desse modo, tendo como recorte espacial as comunidades quilombolas do norte de Minas Gerais, define-se como objetivo geral do artigo analisar criticamente as limitações verificadas na política patrimonial no que tange às comunidades tradicionais, atribuindo ênfase à importância cultural desempenhada pelos quilombolas do Vale Médio do Rio São Francisco – MG.

Para condução dessa análise, o artigo é estruturado em três seções além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, serão abordados os desafios e limitações da política patrimonial a partir da apresentação da breve trajetória das ações de proteção conduzidas no âmbito nacional e sua relação com as comunidades tradicionais; a segunda seção terá como ênfase a análise das comunidades tradicionais no Norte de Minas e sua relação com o Rio São Francisco; e, por fim, na última seção, será analisado o legado cultural das comunidades

tradicionais do Vale Médio do Rio São Francisco e os desafios que permeiam a perpetuação de seus saberes tradicionais.

A pesquisa, de base qualitativa, resulta de estudos desenvolvidos no grupo de pesquisa denominado Espaços Rurais e Povos Tradicionais, da Faculdade Santo Agostinho – Montes Claros (MG), finalizado em 2018; das reflexões desenvolvidas na tese de doutoramento de Amaro Sérgio Marques pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), defendida em 2018; além de visitas de campo e de pesquisas bibliográficas realizadas pelos pesquisadores, de modo geral, sobre comunidades tradicionais no Norte de Minas.

OS DESAFIOS E LIMITAÇÕES DA POLÍTICA PATRIMONIAL E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Sobre a política patrimonial conduzida no Brasil, observa-se a evolução do conceito de patrimônio por meio da ampliação de suas categorias de proteção e do reconhecimento dos diferentes grupos sociais como formadores da memória coletiva nacional.

Vale ressaltar que na primeira fase de atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão de proteção nacional implementado oficialmente em 1937 e que, atualmente, é denominado como Instituto do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (IPHAN), somente os bens materiais de valor excepcional eram reconhecidos como de relevância patrimonial, estando sujeitos ao processo de tombamento por meio do Decreto instituído no mesmo ano (BRASIL, Lei nº 25/1937).

Assim, a política patrimonial nacional estava fundamentada nos “valores estéticos e de prestígio” (CHOAY, 2014, p. 18), de modo que foram significativas as ações de tombamento conduzidas nos estados que concentravam acervos mais expressivos de bens vinculados à história oficial do país, com destaque para as regiões integrantes do Ciclo do Açúcar, como os estados da Bahia e Pernambuco; para o estado do Rio de Janeiro, que prosperou durante o período imperial; e para o estado de Minas Gerais, que teve seu processo de crescimento econômico impulsionado pelo Ciclo do Ouro (PORTA, 2012).

Contudo, ao longo da trajetória de atuação do órgão de proteção nacional, mais precisamente a partir da década de 1970, houve necessidade de revisão do conceito de patrimônio, de modo que pudessem ser reconhecidos como integrantes desse legado não somente os bens de valor excepcional, mas também aqueles bens que fossem representativos da diversidade étnica e cultural do Brasil, por meio do reconhecimento da multiplicidade dos grupos sociais que a integram,

como exemplo os povos indígenas, os afrodescendentes, os imigrantes e a cultura popular (PORTA, 2012).

Esse interesse de ampliação dos grupos sociais e das categorias dos bens patrimoniais tiveram repercussão na promulgação da Constituição Federal de 1988. De acordo com o Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 216).

Dessa forma, é importante mencionar que a ampliação das categorias de bens culturais por meio da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a promulgação do Decreto n. 3551 de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, representaram importantes avanços na política patrimonial. Tais avanços são constatados na compreensão da cultura como integrante das ações cotidianas, como algo dinâmico e processual (CHUVA, 2017); no entendimento da importância de proteção do patrimônio intangível, que engloba os saberes, as formas de expressão; das celebrações e dos lugares simbólicos formadores de identidades culturais específicas; no reconhecimento da importância do envolvimento das comunidades e grupos sociais na legitimação

dessas práticas preservacionistas, incluindo atores sociais até então esquecidos como representativos desse legado cultural.

Dentre esses grupos sociais que permaneceram invisíveis enquanto formadores do legado cultural brasileiro, destacam-se as comunidades tradicionais. O decreto federal nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2000 conceitua como Povos e Comunidades Tradicionais os grupos:

[...] culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Assim, os Povos e Comunidades Tradicionais são reconhecidos dessa forma por constituírem relação intrínseca com os territórios onde se inserem, usufruindo de seus recursos naturais para subsistência e estabelecendo conexão simbólica com seus ambientes biofísicos, onde manifestam e mantêm vivas suas tradições culturais, sociais e religiosas.

É importante mencionar, contudo, que esses povos e comunidades tradicionais muitas vezes lidam com limitações na perpetuação de seu legado cultural devido

às constantes ameaças de expropriação de seus territórios por parte de fazendeiros, grileiros e empresas ligadas ao agronegócio por habitarem áreas de grande relevância econômica, que concentram expressivos recursos naturais, sendo, portanto, visadas para lucratividade. Além disso, historicamente essas comunidades têm sido submetidas a processos de exclusão e tentativas de extermínio cultural por questões étnico-raciais (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, 2014).

Desse modo, são frequentes em comunidades tradicionais os conflitos territoriais, tendo em vista que, para essas comunidades, o território é visto como de uso coletivo, o que difere da visão hegemônica tradicional de território entendido como propriedade privada (LITTLE, 2002). Tais condições têm contribuído negativamente para o cercamento de terras em processos externos às comunidades, conforme os interesses econômicos existentes. Para além das limitações relacionadas à perpetuação dos saberes tradicionais nas comunidades por conta das disputas territoriais, a incipiente política preservacionista voltada à salvaguarda dos saberes tradicionais acaba contribuindo para o enfraquecimento das tradições culturais.

Vale ressaltar que, apesar da Constituição Federal de 1988 contribuir para os processos de descentralização das políticas públicas, concedendo maior autonomia para a gestão municipal, verifica-se que na prática essa autonomia é relativa, já que depende dos recursos do âmbito federal para o desenvolvimento

local. Ainda, em municípios de menor porte, esse fator pode se tornar um agravante no que diz respeito à obtenção de recursos para desenvolvimento local, considerando a maior dependência de recursos orçamentários de entes estatais e federais.

Assim, a dependência de recursos financeiros dos entes municipais em relação aos órgãos estaduais e federais é considerado um dos fatores que limitam as ações de gestão no município, o que inclui os investimentos realizados no setor de patrimônio cultural. Como iniciativas que poderiam contribuir para o fortalecimento dos saberes e práticas culturais nas comunidades tradicionais, pode-se mencionar os processos de inventário, ações de educação patrimonial, de gestão participativa e incentivos financeiros voltados à promoção da continuidade desses saberes entre as gerações futuras.

Sobre as práticas preservacionistas relacionadas às comunidades tradicionais conduzidas no âmbito nacional, tratando-se especificamente dos bens tombados e registrados pelo IPHAN de matriz afrodescendente, que se vincula à abordagem do presente artigo, é importante dizer que essas ações de proteção ganham força somente a partir da década de 1980, sendo que o único bem tombado anterior a esse período foi o Museu da Magia Negra, em 1938, enquadrado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (VAZ, 2014). A partir da década de

1980, ganham destaque as ações de preservação de outros bens vinculados à matriz afrodescendente, por exemplo:

Em 1986 o tombamento de dois bens é de grande relevância simbólica para a mudança de perspectiva que começa a se instaurar: o tombamento da Serra da Barriga, antigo Quilombo dos Palmares em Alagoas, e do Terreiro da Casa Branca, templo religioso do candomblé na Bahia. O primeiro desses processos reconhece oficialmente uma das referências mais importantes em âmbito nacional para o Movimento Negro no Brasil, símbolo da resistência negra; o segundo reconhece, pela primeira vez, um bem referencial da religião de matriz africana, em contraposição aos inúmeros tombamentos de igrejas católicas (VAZ, 2014, p. 75).

Com a Constituição Federal de 1988 e a ampliação das categorias de proteção cultural, passam a ser reconhecidos como parte desse legado os bens de natureza imaterial. Como exemplos daqueles que são vinculados à matriz afrodescendente, pode-se mencionar o Sistema Agrícola Tradicional (SAT) das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP), inscrito no Livro de Registro de Saberes em 2018, e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) das Comunidades Remanescentes do Quilombo de São Roque, desenvolvido conforme critérios metodológicos do IPHAN em 2008, no qual foram incluídos como bens de relevância imaterial as Narrativas sobre Escravidão, os sobrenaturais e as

peculiaridades das divisões territoriais por meio do Sistema de Grotas (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

Em relação à região do Vale Médio do Rio São Francisco, onde se encontram inseridas as comunidades tradicionais foco de pesquisa do artigo, verifica-se ainda ações incipientes de reconhecimento da relevância cultural das comunidades tradicionais que habitam as margens do Rio São Francisco ou regiões próximas. Ganha destaque nessa abordagem o Inventário Cultural do Rio São Francisco, publicado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) no ano de 2015, no qual se reconheceu a importância dos bens imateriais que integram 17 municípios adjacentes ao Rio São Francisco (IEPHA, 2015). Contudo, apesar da relevância do Inventário para difusão da importância das tradições culturais presentes nas comunidades tradicionais que margeiam o Rio São Francisco, esse instrumento não institui medidas protetivas ou de salvaguarda que contribuam para a continuidade dessas tradições culturais entre gerações futuras.

Assim, essas comunidades têm lidado com os desafios vinculados à perpetuação de seus saberes devido à ausência de incentivos financeiros por parte de entes municipais, estaduais ou federais ou da implementação de iniciativas culturais voltadas à difusão desses saberes no meio onde se inserem, o que contribui para o enfraquecimento da cultura desses povos.

Ainda, é importante destacar a ausência de Conselhos Municipais de Patrimônio Artístico e Cultural em boa parte das cidades do Vale do São Francisco, que teriam em primeira instância a responsabilidade de fomentar a salvaguarda dos bens materiais e imateriais dos povos tradicionais dessa região. Nessa medida, a responsabilidade estaria, no presente momento, restrita às comunidades, não sendo verificadas ações concretas dos entes municipais, estaduais e federais nesse processo.

Ao mesmo tempo, destaca-se que algumas comunidades têm tentado resgatar e proteger elementos de sua cultura, no esforço hercúleo e muitas vezes ineficiente frente aos processos de fragmentação, trabalho sazonal, avanço do agronegócio e à grilagem de seus territórios. Ainda assim, esse empenho das comunidades tradicionais em manterem vivas suas tradições, mesmo que lidando com a falta de recursos financeiros e com as dificuldades de permanência no território, reforça a importância da participação social, já que a cultura se encontra enraizada no cotidiano dessas comunidades e vincula-se a experiências que são construídas de forma horizontal e afetiva.

Tais condições diferem, muitas vezes, das ações de patrimonialização que são estabelecidas de modo hierárquico, em que se presencia a supervalorização de bens que são reconhecidos por técnicos e especialistas como detentores de

prestígio cultural. Nesse sentido, o Rio São Francisco possui notável importância na formação e no cotidiano das comunidades tradicionais na porção norte do território mineiro.

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS NO NORTE DE MINAS: CONFLITOS TERRITORIAIS E A RELAÇÃO COM O RIO SÃO FRANCISCO

O Rio São Francisco é considerado um elemento físico de grande importância para a unidade nacional e para a ocupação do território mineiro, visto que as primeiras incursões com finalidades de posse e povoamento do território ocorreram em seu eixo no sentido sul, a partir das bandeiras que partiram do Recôncavo Baiano na segunda metade do século XVI e da expansão pastoril realizada pelos baianos, que adentraram o território do médio São Francisco após as incursões bandeirantes (MOREIRA, 2010).

A ocupação do médio São Francisco se iniciou na segunda metade do século XVII, a partir de expedições que tinham como objetivo não só ocupar uma importante porção do território sob o domínio português, mas também de cessar as invasões dos nativos e dos negros aquilombados no sertão (COSTA, 2000). No Norte de Minas, ao longo do século XVII e na primeira metade do século XIX, foram se consolidando os povoamentos das áreas adjacentes ao Rio São Francisco e as

fazendas de gado, ocupações estimuladas na região pela fertilidade dos solos associada à facilidade de transporte proporcionada pelo curso d'água (ARRAES, 2013).

Nesse contexto, é importante destacar que as áreas adjacentes ao Rio São Francisco foram foco de ocupação por diversos povos nativos, que encontraram às suas margens condicionantes positivas para o estabelecimento de assentamentos, provisórios e permanentes, ressaltando ainda que as expedições bandeirantes, formadoras dos núcleos urbanos atuais e de comunidades tradicionais que, em maior ou menor intensidade, exerceram impactos na estrutura do curso d'água e na sua relação com a paisagem circundante (IEPHA, 2015).

O desenvolvimento da região se deu a partir da expansão pastoril realizada pelos baianos que adentraram o território do médio São Francisco. Essa situação foi impulsionada pelo interesse de ocupação da área do vale, que apresenta topografia favorável, e pela falta de uma vasta rede hidrográfica perene na porção correspondente ao semiárido brasileiro, onde o rio se destaca dos demais devido à sua vazão regular, de modo que a região foi considerada adequada para as criações de gado. Para melhor contextualização dessa situação, dentro da importância do povoamento da região vinculado à prática pastoril, Pedro Taques de Almeida classificou, no ano de 1700, o Rio São Francisco como rio dos currais

(MAGALHÃES, 1944), ressaltando que a ocupação se deu em período anterior à descoberta do ouro em Minas Gerais, ou seja, a expansão pastoril tinha como finalidade inicial abastecer de carne e couro os principais núcleos urbanos litorâneos das capitanias localizadas no nordeste do Brasil.

Com a ocupação das margens do Rio São Francisco surgiram inúmeros povoados, destacando-se os povoados de Morrinhos (Matias Cardoso), Brejo do Salgado (Januária), São Romão e Pedras dos Angicos (São Francisco), fundados entre o último quartel do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII, além de ter sido um período de atuação de importantes fazendeiros como Manuel Nunes Viana, dono de lavras de ouro na região das minas, proprietário de grandes fazendas de gado nas regiões de Jequitai e Manga (ANTONIL, 1837) e um dos protagonistas da Guerra dos Emboabas.

É importante destacar ainda como o eixo do Rio São Francisco foi estratégico para o povoamento das terras do interior do Brasil (CAMELO FILHO, 2005), ao mesmo tempo em que a vocação agropastoril do vale do São Francisco garantiu o abastecimento de carne da região das minas, ressaltando que a descoberta e o povoamento da região se deram a posteriori ao início da ocupação do médio São Francisco. A descoberta do ouro na região central de Minas Gerais e a intensificação das relações comerciais entre o sertão dos currais e a região das minas, fatores que

fizeram do médio São Francisco um caminho natural e de tráfego constante, contribuíram não só para a consolidação dos povoados e das fazendas de gado, sal, aguardente e couro da região do Rio São Francisco, mas também para o poderio dos grandes fazendeiros que passaram a exercer influência na região das minas, uma vez que a presença da Coroa portuguesa na região era quase inexistente.

Ao longo do século XVIII e primeira metade do século XIX, o vasto território do médio São Francisco se encontrava povoado de maneira esparsa, concentrando, ao longo do curso d'água, as principais ocupações e, na porção do território mais afastada, alguns povoados e as fazendas de gado. A consolidação dos povoados e das fazendas localizadas no médio São Francisco mineiro deve-se não só ao fato do desenvolvimento das estradas e caminhos terrestres, mas também à navegação fluvial, intensificada ao longo dos séculos XVIII e XIX na região central de Minas Gerais via Rio das Velhas, uma região onde se concentrava grande parte dos depósitos auríferos, ao mesmo tempo em que a diversidade racial na região, povoada por índios, africanos escravizados e portugueses (ARRAES, 2013), possibilitou a formação de uma paisagem singular em Minas Gerais, com características multiculturais.

O curso d'água, ao longo do século XIX, passou a despertar o interesse do governo imperial, que, sob a alcunha "rio da integração nacional", uma vez que havia se tornado um importante elemento de comunicação fluvial entre as províncias, patrocinou inúmeros estudos e pesquisas que visavam o desenvolvimento da navegação e da economia em um momento em que se buscava a construção de uma identidade nacional a partir de uma forte base de imaginação e expansão territorial, no qual o extenso curso d'água se apresentava como um dos principais símbolos da integração brasileira (IEPHA, 2015).

Dentre essas apropriações do Rio São Francisco, ganham destaque, principalmente a partir do século XX, as intervenções técnicas que o curso d'água sofreu em relação aos interesses econômicos de produção de energia e de urbanização para controle de sua vazão. Assim, com exceção do trecho que percorre o Parque Nacional da Serra da Canastra, presencia-se, ao longo do seu trajeto, a construção de usinas que evidenciam o potencial econômico da perenidade do rio como fonte de alimentação de centrais hidrelétricas (SILVA, 2017).

É importante destacar que as regiões que margeiam o Rio São Francisco sempre foram foco de disputa entre agentes sociais interessados na exploração econômica de seus recursos naturais. Nesta perspectiva, desde a década de 1950, período marcado pela vinda de fazendeiros financiados pelos bancos públicos, o que

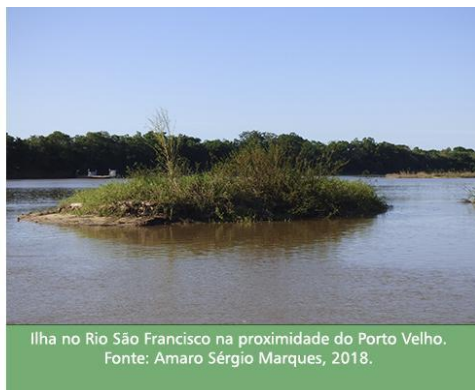
resultou na consolidação de empresas rurais, os povos tradicionais que habitam a região do Vale Médio do Rio São Francisco têm lidado com as ações de cercamento de terras e expropriações de territórios (MARQUES, 2018).

Assim, constata-se que o avanço da pecuária na região, associada aos benefícios proporcionados pela agricultura irrigada, tem tornado a região foco de constantes disputas entre fazendeiros, sitiantes, grileiros e empresas ligadas ao agronegócio, fazendo com que as comunidades tradicionais, que ancestralmente já habitavam as margens do Rio São Francisco, sintam-se frequentemente ameaçadas quanto ao direito de permanência nesses territórios (MARQUES, 2018).

Vale mencionar que, para algumas comunidades tradicionais, o território é visto como de uso coletivo, o que difere do conceito tradicional de território visto como de posse individual e privada, sendo a forma da ocupação híbrida tipificado pela permanência de ribeirinhos, quilombolas, vazanteiros, moradores de vilas e fazendeiros em limites difusos. Essa territorialidade poderia ser caracterizada também como uma espécie de mosaico, que foi sendo sedimentado através dos anos, a partir de complexos processos de divisão das antigas fazendas da região, quase sempre na informalidade. Atualmente, acirraram-se os conflitos territoriais na porção correspondente ao Médio São Francisco, onde a disputa acabou se estendendo para o controle dos recursos hídricos. (MARQUES; BERNARDES, 2019).



Margem do rio São Francisco na área do Porto Velho na zona rural de São Francisco.
Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2018.



Ilha no Rio São Francisco na proximidade do Porto Velho.
Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2018.

Figura 1 O Rio São Francisco na região do Vale do Médio São Francisco
Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2018. Montagem Brenda Melo Bernardes.

O LEGADO CULTURAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS DO VALE MÉDIO DO RIO SÃO FRANCISCO

O vale do Médio São Francisco reúne um número expressivo de comunidades tradicionais, fruto de um complexo processo de ocupação desse território. Essa região concentra boa parte dos territórios quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2021).

As comunidades tradicionais, entre elas as vazanteiras e as quilombolas, utilizam as margens e vazantes do São Francisco para sua subsistência. Nesse sentido, ao usar o território (Figura 2), as comunidades produzem certas territorialidades que fazem parte do patrimônio material e imaterial do vale do Médio São Francisco (IEPHA, 2015).

As principais manifestações culturais (Figura 3), que poderiam ser inventariadas e preservadas para as próximas gerações caracterizam, sobretudo, o patrimônio imaterial dessas comunidades e englobam as narrativas que habitam o imaginário dos povos tradicionais; as festas, danças e cantigas que caracterizam formas de expressão singulares; o uso de plantas medicinais, as práticas de coleta de frutos do cerrado, bem como de técnicas construtivas e tecnologias ligadas à produção de utensílios com uso de cerâmica, artesanato e transformação da madeira, como a construção de embarcações, que constituem saberes ancestrais (MARQUES, 2018).

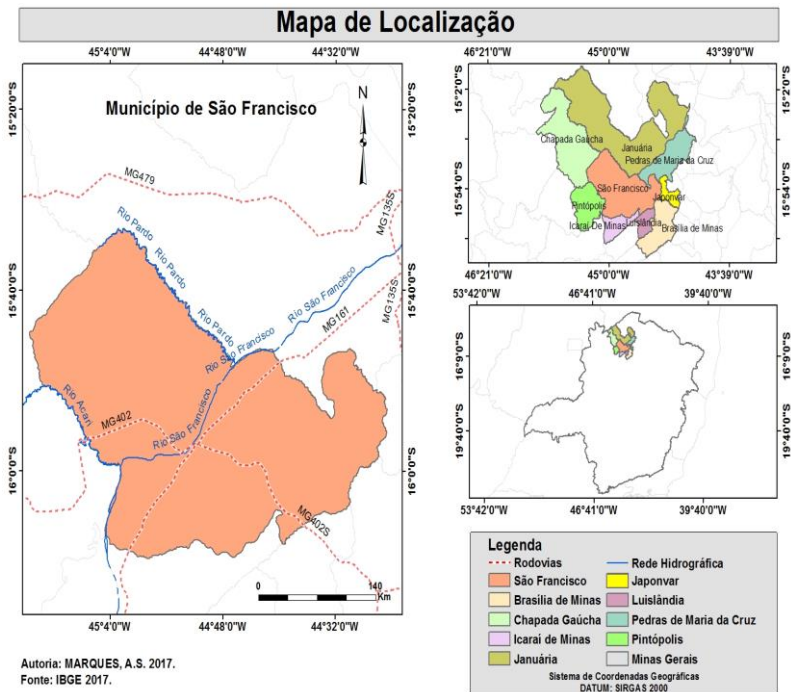


Figura 2 Mapa de localização do Município de São Francisco
 Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2017. Montagem Brenda Melo Bernardes.



Banca com terços e medalhas de Santo Antônio da Serra das Araras na festa de Santo Antônio da Serra das Araras. Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015.



Folia de Reia na comunidade quilombola de Santa Helena, zona rural de São Francisco. Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015.

Figura 3 Manifestações culturais das comunidades quilombolas do Vale Médio do Rio São Francisco

Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015. Montagem Brenda Melo Bernardes.

Uma das principais narrativas das comunidades quilombolas e vazanteiras do vale consiste no caboclo d'água. Para os moradores da região, ele moraria nas margens (barrancas) do rio e poderia aparecer para os pescadores e moradores da região assumindo a forma de um homem de pequena estatura e de pele negra ou vermelha. Muitos moradores acreditam que oferecer fumo de rolo e um copo de cachaça nas margens do rio agradaria o caboclo ou "cumpadi" e com isso eles poderiam fazer uma boa travessia ou pescaria. Sem as oferendas, ou se alguém

xingasse o caboclo d'água ou falasse um palavrão, ele poderia ficar furioso e vingativo, parando as embarcações no meio da correnteza, afundando-as, rompendo as redes de pesca, afugentando os peixes, assombrando os ribeirinhos ou mesmo demolindo as casas nas margens do rio (MARQUES, 2018).

Na porção correspondente ao Médio São Francisco também circulam outras narrativas que são contadas em rodas de conversas e são passadas de pais para filhos nas comunidades tradicionais, como o rumãozinho. A história teria se passado próximo ao Sítio Novo, na zona rural do Município de São Francisco, onde uma mãe teria pedido a seu filho para levar uma marmita para o pai que era trabalhador rural. No percurso, o menino teria parado e comido o frango e deixado apenas os ossos, e o pai, ao receber a marmita, teria ficado furioso. O menino teria dito que sua mãe estaria traindo o pai com outro homem. A mãe, ao saber dessa injúria, teria lançado uma maldição, na qual o menino (que agora se chamaria rumãozinho – também é possível a grafia com “o”) ficaria errante pelos campos, fazendo mal a todos ao seu redor e nunca teria paz – para alguns estudiosos, seria uma espécie de “saci”. Muitos acreditam nessa narrativa e atribuem certas manifestações sobrenaturais à presença do rumãozinho (MARQUES, 2018).

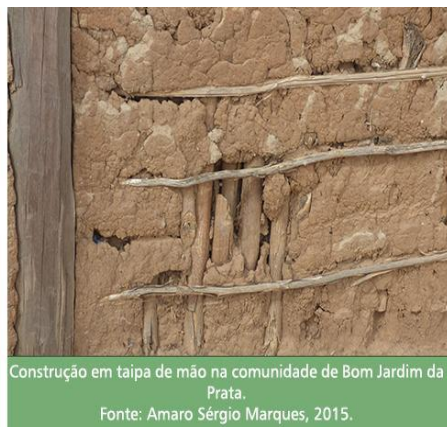
Além das narrativas, as comunidades tradicionais localizadas na porção correspondente ao Médio São Francisco mantêm vivas as festas religiosas e as

danças típicas, como a de São Gonçalo, a Festa de Santo Antônio da Serra das Araras, Folia de Reis, a Dança do Carneiro e o Sussa (Figura 4).



Festa de Folia de Reis na comunidade quilombola de Santa Helena.

Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015.



Construção em taipa de mão na comunidade de Bom Jardim da Prata.

Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015.

Figura 4 Saberes tradicionais das comunidades quilombolas do Vale Médio do Rio São Francisco

Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015. Montagem Brenda Melo Bernardes.

A festa de São Gonçalo teria sido trazida pelos portugueses ao Brasil, sendo realizada em algumas comunidades rurais ao longo do vale.

São Gonçalo teve seu culto aprovado pela Igreja Católica em 1560 e, com a unificação das festas dos santos ocorrida em 1969, sua festa passou a ser

celebrada oficialmente em 10 de janeiro. Atualmente, a Dança de São Gonçalo é realizada com a intenção de pagar promessas feitas em virtude do recebimento de alguma graça alcançada por meio dele (IEPHA, 2015, p. 94).

Atualmente, quando uma pessoa faz uma promessa ao santo, como a cura de uma determinada enfermidade, cabe ao devoto pagar a promessa realizando uma festa dedicada a ele. Caso isso não se concretize, algum dos parentes deverá pagar a promessa. Se o devoto morrer antes de cumprir a promessa, acredita-se que este voltaria para cobrar a dívida aos parentes vivos. Essa ameaça, por si só, seria uma forma de manter viva essa tradição nas comunidades tradicionais do vale.

Nas margens do grande rio, ocorrem ainda outras manifestações da cultura e do patrimônio imaterial, como as rodas de danças, com o batuque, o uso de instrumentos como pandeiro e as caixas com couro de boi, que reforçam os laços comunitários.

Na cidade de São Romão a referência do Batuque é Dona Maria da Conceição Gomes de Moura, que preserva e pratica a tradição na cidade há mais de 70 anos. Dona Maria é filha de Dona Ernestina, batuqueira citada no poema Magma, de Guimarães Rosa, com um verso que fala sobre a saga da perseguição do Alferes Felipe Rodrigues da Silva, vulgo Felão, a Antônio Dó, conhecido cangaceiro do norte de Minas: **Felão veio?**

Num vei não. Por que que num vei? Eu num sei não.

Dona Maria é reconhecida como Mestre do Batuque pelos batuqueiros e demais moradores da região (IEPHA, 2015, p. 90-91).

Essa cantiga do “Felão” e tantas outras também são executadas pelas comunidades do município de São Francisco. Todavia, muitas vezes apenas os moradores mais velhos da região parecem ainda as utilizar. Sua salvaguarda parece algo importante, tendo em vista que esse conhecimento poderá se perder com o falecimento desses guardiões da memória (MARQUES, 2018).

As Folias de Reis são festividades realizadas por diversas comunidades rurais e urbanas do vale. Essa manifestação cultural celebra o nascimento de Jesus e a visita dos três reis magos, como mostra a tradição católica. Assim, os foliões fazem um “giro” pelo território das comunidades tradicionais, parando de casa em casa, onde cantam e dançam celebrando o nascimento do Cristo. Cabe aos donos da casa oferecer bebidas alcoólicas como a cachaça, conhaque ou o Pára-Tudo, bem como biscoitos caseiros, café, bolo, enfim, uma alimentação consistente e farta para repor as energias dos foliões. Cada grupo de folia está ligado a uma determinada comunidade, e pode ocorrer mais de um grupo em uma determinada localidade. Geralmente, ao término do “giro” pelo território, é organizado um jantar pelo Imperador da folia, e, caso seja do gênero feminino, chamam-na popularmente de

“Imperadora”. Cabe a essas pessoas mais idosas da comunidade – que recebem essa distinção – angariar doações dos outros membros da comunidade para a realização da festa de encerramento (IEPHA, 2015; MARQUES, 2018).

Outro patrimônio imaterial diz respeito ao uso secular de frutos do cerrado, bem como de plantas com fins fitoterápicos. As comunidades tradicionais quase sempre possuem moradores que detêm o conhecimento sobre a coleta de espécies de plantas que são usadas para o tratamento de diversas enfermidades. Nas comunidades é possível encontrar um canteiro para o cultivo de capim santo, erva cidreira, mastruz, boldo, entre outras espécies. Também é muito utilizado o chá de folha de goiaba (para a diarreia) e o chá de folha de laranja.

Já no que tange os saberes construtivos tradicionais, os membros das comunidades ribeirinhas e quilombolas também utilizam técnicas construtivas como a taipa de mão (Figura 5), pau-a-pique e adobe, que priorizam materiais locais. Os moradores detêm certo conhecimento na escolha correta das madeiras retiradas das matas, que devem seguir uma determinada época do ano em função das chuvas e da posição da lua. Também é preciso escolher o tipo de terra correto para fazer o barro para a taipa de mão ou para a composição do adobe (MARQUES, 2018).



Figura 5 Técnicas construtivas e modos de fazer tradicionais das comunidades quilombolas do Vale Médio do Rio São Francisco
Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015-2018. Montagem Brenda Melo Bernardes.

Não menos importante é a escolha correta da palha do buriti, que serve como cobertura (substituindo o telhado), bem como do sistema de vedação das casas e edificações rurais, como para a execução do paiol, chiqueiro, depósito ou galinheiro no Vale do São Francisco.

A escolha do local para a extração do barro é fundamental para a confecção de utensílios domésticos ou de decoração, como os conhecidos potes produzidos por artesãos ao longo do vale. Os potes (Figura 6) são utilizados para a conservação de grãos e de água por diversas comunidades. Objetos de decoração, como

esculturas, jarros e namoradeiras são encontrados em comunidades como a de Buriti do Meio, na zona rural do município de São Francisco.



Artesanato em cerâmica na comunidade de Bom Jardim da Prata.
Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015.



Construção em taipa de mão em Bom Jardim da Prata.
Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015.

Figura 6 O uso da argila e terra crua no artesanato e construções das comunidades quilombolas do Vale Médio do Rio São Francisco
Fonte: Amaro Sérgio Marques, 2015. Montagem Brenda Melo Bernardes.

Outra prática do patrimônio imaterial, relativa aos conhecimentos repassados pelos antigos moradores do vale, diz respeito ao uso da madeira na confecção de embarcações, como as canoas e barcos – um dos principais meios de transporte no vale. Pode-se também apontar o uso da madeira retirada das matas para a construção de cercas, currais, colchetes e o passa um (uma pequena abertura inserida na cerca feita em madeira onde só passa uma pessoa) (MARQUES, 2018).

Desse modo, deve-se destacar a pluralidade de saberes e tradições culturais que tornam essas comunidades quilombolas singulares e que afirmam a importância do reconhecimento do direito de permanência dessas comunidades em seus territórios e da condução de políticas patrimoniais mais efetivas voltadas à manutenção de suas práticas e perpetuação de suas tradições para as gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto ao longo do artigo, a porção norte do estado de Minas Gerais concentra uma notável pluralidade de comunidades que se estabeleceram às margens do Rio São Francisco, possuindo forte vínculo com o curso d'água e seus principais afluentes, que exercem grande influência sobre as atividades cotidianas das comunidades ribeirinhas, visto que cada uma delas detém maneiras próprias de experienciar a vida, consistindo numa multiplicidade de vivências, realidades, costumes, memórias, origens e meios de subsistência.

Ao longo do histórico de ocupação do Norte de Minas, e mais especificamente do Vale Médio do Rio São Francisco, verifica-se que essas comunidades foram silenciadas por grupos dominantes e têm lidado, constantemente, com ameaças de expropriação, o que torna ainda mais difícil essa perpetuação e vitalidade de seus

saberes e tradições, uma vez que essas comunidades estabelecem forte vínculo com seus ambientes biofísicos, e seus territórios são vistos como espaços de uso coletivo.

As comunidades tradicionais quilombolas do Norte de Minas apresentam riqueza cultural de bens materiais e imateriais, que se encontram territorializados ao longo do vale do médio São Francisco. Contudo, apesar do legado cultural que concentram, carecem de políticas patrimoniais direcionadas ao reconhecimento desses bens como representativo de comunidades. Desse modo, as políticas institucionais de proteção ao patrimônio artístico e cultural desenvolvido pelos três entes públicos parecem ainda não ter conseguido dar visibilidade à essa produção no vale.

Vale destacar, dentre os bens representativos dessas comunidades, a presença de manifestações culturais como narrativas, festas, danças e cantigas, a realização de atividades cotidianas que expressam saberes tradicionais, como uso de plantas medicinais, coleta de frutos do cerrado, bem como o conhecimento de técnicas construtivas e de modos de fazer artesanais, ligados, por exemplo, à produção de utensílios com uso de cerâmica, artesanato com fibras naturais, construções com arquitetura de terra e transformação da madeira para a construção de embarcações. No cerne da questão, encontram-se os processos de invisibilidade da produção

dessas comunidades tradicionais, que só passaram a ter certo reconhecimento após a Constituição Federal de 1988.

Ressalta-se a importância de se pensar em estratégias voltadas à perpetuação do seu legado por gerações, englobando, por exemplo, processos de Inventário de Referências Culturais e de educação patrimonial nas comunidades como forma de se registrar as narrativas e fortalecer os modos de fazer e as tradições que são singulares na vivência desses povos, que têm convivido com o enfraquecimento de seus laços sociais.

Muitas vezes os municípios de menor porte, como é o caso de grande parte dos que estão situados no Norte de Minas, não dispõem de recursos financeiros necessários para se investir em políticas patrimoniais efetivas e se percebe certa dificuldade de articulação entre as instâncias nacional (IPHAN) e estadual (IEPHA), por abrigarem comunidades tradicionais que não têm visibilidade em outras esferas além da local. Nesse sentido, torna-se importante ressaltar as ações incipientes de proteção e incentivo ao patrimônio cultural que se relacionam com o Norte de Minas, ganhando destaque, nessa perspectiva, o processo de inventário do Rio São Francisco, conduzido pelo IEPHA, que reforça a sua diversidade cultural e a importância do olhar mais direcionado para as comunidades tradicionais que a região abriga.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; MAGNO, Marluce. Desafios na patrimonialização de bens imateriais de caráter religioso: o caso das Folias de Reis Fluminenses. **Religião & Sociedade [online]**, 2017, v. 37, n. 3, p. 18-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/zV6BfvqzSwkcYwyJQPsGByn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 jan. 2022.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837.
- ARRAES, Esdras. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, N. Sér. v. 21, n. 2, p. 47-77, jul.- dez. 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 6/ dez.1937.
- CAMELO FILHO, José Vieira. A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu vale. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 17, p. 83-93, 2005.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Teresa Castro. São Paulo: Editora Edições 70/ Grupo Almedina, 2014. 306 p.
- CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **IPHAN 1937-2017**. Brasil: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 35, p. 79-104, 2017.
- COSTA, João Batista de Almeida. "O Ser da Sociedade Sertaneja e a Invisibilização do Negro no Sertão Norte do Gerais". In: LUZ, C.; DAYRELL, C. A (orgs.). **Cerrado e**

Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, p. 107-140, 2000.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades certificadas. Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs). **Diário Oficial do Município**, Poder Executivo, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 14 dez. 2021.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IEPHA). **Inventário cultural do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portal do IPHAN (online)**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. N 322. Brasília: DAN/UnB. 2002, p. 251-290.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.

MARQUES, Amaro Sérgio. **A produção do território e moradia no Quilombo Bom Jardim da Prata**. 2018. 175f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MARQUES, Amaro Sérgio; BERNARDES, Brenda Melo. A comunidade quilombola de Bom Jardim da Prata - São Francisco/MG e os desafios que permeiam o processo de reconhecimento da posse do território. In: **VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais**, 2019, Montes Claros. Direitos e bem viver!. Montes Claros: Unimontes, 2019. v. I. p. 23-35.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Direito dos povos e comunidades tradicionais**. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) - Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), 2014.

MOREIRA, Hugo Fonseca. **Se for para morrer de fome eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais.**2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil:** diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010 / Paula Porta. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. **As águas do Rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural.** 2017. 406f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

VAZ, Beatriz Accioly. **Quilombos e patrimônio cultural:** reflexões sobre direitos e práticas no campo do patrimônio. Dissertação (Mestre em preservação do patrimônio cultural) - Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

OS ARTUROS E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL

Gabrielle Lorrane Vaz Henrique ¹

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p273-309

Resumo

O presente trabalho busca apontar as relações de territorialidade sob a perspectiva de vida da Comunidade Quilombola dos Arturos, localizada no município de Contagem, Minas Gerais. A comunidade suprarreferida foi contemplada como patrimônio imaterial do município. Os Arturos representam um retrato da identidade cultural e territorial e das tradições dos negros africanos trazidos para o

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, nas modalidades de Licenciatura e Bacharel. Atualmente é estagiária na Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Contagem, além de ser mediadora da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira. Ex-mediadora no Museu de Ciências Naturais da PUC Minas. Integrante do grupo de estudos, História das Mulheres: a Identidade da mulher Latino-americana caribenha, vinculado à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Integrante do corpo editorial e normalizadora assistente do periódico: Cadernos de História. Extensionista no Lições da Terra: projeto interdisciplinar de direitos étnicos. Professora em aulas particulares. E-mail: *gabriellelvh@gmail.com*.

Brasil, que sofreram um processo de apagamento histórico. Assim, investiga-se a relação da comunidade com espaço sociocultural e sua conexão entre os direitos étnicos e o território. Para alcançar tal objetivo foi necessário realizar um levantamento das produções acadêmicas, referenciais teóricos, que versam sobre o tema. Ademais foram apontadas certas ligações entre as pesquisas anteriormente realizadas e algumas contribuições sobre a história dos Arturos. Dessa forma, foi possível entender as conexões da Comunidade com o território e os laços afetivos que foram criados.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Patrimônio imaterial. Territorialidade. Direitos Étnicos. Identidade.

Summary

The present work aims to highlight the territorial relations from the life perspective of the Quilombola dos Arturos Community, located in the municipality of Contagem, Minas Gerais. The aforementioned community has been recognized as an intangible heritage of the municipality. The Arturos represent a portrayal of the cultural, territorial identity and of the traditions of black Africans brought to Brazil, who underwent a process of historical erasure. Thus, the relationship between the community and the sociocultural space, and its connection between ethnic rights and the territory, is investigated. To achieve this objective, it was necessary to

conduct a survey of academic productions and theoretical references that deal with the subject. In addition, certain connections were identified between the research carried out previously and some contributions on the history of the Arturos. In this way, it was possible to understand the Community's connections with the territory and the affective bonds that were created.

Keywords: Quilombola community. Intangible heritage. territoriality. Ethnic Rights. Identity.

Resumen

El presente trabajo busca señalar las relaciones de territorialidad en la perspectiva de la vida de la Comunidad Quilombola dos Arturos, ubicada en el municipio de Contagem, Minas Gerais. La referida comunidad fue considerada patrimonio inmaterial del municipio. Los Arturo representan un retrato de la identidad cultural, territorial y de las tradiciones de los negros africanos traídos a Brasil y que pasaron por un proceso de borrado histórico. Así, se investiga la relación entre la comunidad y el espacio sociocultural y su conexión entre los derechos étnicos y el territorio. Para lograr este objetivo, fue necesario realizar un levantamiento de producciones académicas, referentes teóricos que tratan el tema. Además, se señalaron ciertas conexiones entre la investigación realizada con anterioridad y algunos aportes sobre la historia de los Arturo. De esta manera, fue posible comprender las conexiones de la Comunidad con el territorio y los lazos afectivos que se crearon.

Palabras clave: comunidad quilombola. Patrimonio intangible. territorialidad. Derechos Étnicos. Identidad.

INTRODUÇÃO

A concepção de quilombo contemporaneamente tem novas definições. Desde o fim da escravidão, as comunidades quilombolas não são formadas por grupos de escravizados fugidos. Atualmente, essa terminologia serve para denominar grupos descendentes de quilombolas de várias regiões do Brasil. Esses coletivos, em grande medida, vivem em terras advindas de doação ou adquiridas por antigos escravizados, e, nessas localidades, são mantidos diversos traços culturais, sobretudo de características afro-brasileiras. Assim, são territórios que carregam como símbolos a resistência cultural e a manutenção da cultura africana, que está diretamente ligada com a cultura brasileira.

Tendo em vista que o Brasil recebeu um contingente significativo de sujeitos provenientes de vários países africanos no processo de migração forçada que aconteceu no período escravocrata, apesar de não ter o mesmo sentido do período colonial, designar-se quilombo é o ato de resistir e rememorar a cultura dos afrodescendentes. Dessa maneira, esses espaços brasileiros mostram para a sociedade a resistência à escravatura e também o ambiente no qual podiam conservar a sua cultura e tradição mesmo com todo o racismo estrutural no Brasil.

Inicialmente, por meio desta pesquisa, busca-se compreender a relação da comunidade quilombola dos Arturos com a identidade territorial construída no

espaço principal e no ambiente citadino. Para tanto, é necessário examinar as relações e o modo de vida da comunidade com o território, tendo como base os conceitos de território, territorialidade e topofilia, a fim de compreender as relações social, política e religiosa estruturadas na comunidade. Ademais, discorreremos acerca do registro da comunidade como patrimônio cultural do município e os desdobramentos que tal reconhecimento suscita e reiteramos a importância dos direitos dos quilombolas e do território perante leis constitucionais e os direitos étnicos.

Considerando tais parâmetros de investigação, surgem algumas inquietações: quais relações traçadas pela comunidade quilombola se inserem na tradição da cidade? O que constitui a comunidade como patrimônio imaterial? Quais as contribuições da permanência da comunidade para o combate ao apagamento histórico e à violência dos sistemas hegemônicos dominantes? Como funciona a relação da comunidade com território?

Os trabalhos relacionados ao território são de suma importância para compreender a ocupação humana no espaço físico. Assim sendo, urge a necessidade de cunhar conceitos de relação afetiva, social e política com o espaço. Com estudos revisionistas nas áreas das ciências humanas e sociais, formula-se a hipótese do surgimento da verticalização dos conceitos que permeiam a ideia de território com

novos embasamentos de novas áreas, ou seja, a visão do território para além do espaço físico. Assim, a vivência territorial ganha novos símbolos e espaços de discussão que merecem ser explorados.

Ainda, é válido apontar que o Brasil, desde o período colonial, teve no seu cotidiano as amarras da escravidão negra que perduraram mais de três séculos, entretanto houve diversas formas de resistência advindas dos sujeitos escravizados. Os quilombos, ou *Kilombos*², podem ser apontados como referencial de resistência. Esses locais podem ser denominados como comunidades remanescentes de quilombo ou quilombos contemporâneos; são grupos sociais que têm identidade étnica e um modo de vida que os distingue do resto da sociedade. Por isso, é de suma importância o resgate e o estudo de tais comunidades, pois, além de serem parte efetiva da cultura do Brasil, elas passam por um longo processo de preconceito, intolerância religiosa, racismo e apagamento histórico.

Para tanto, na primeira seção, serão apresentados alguns marcos teórico-metodológicos que fundamentam os estudos que analisam o contexto que tange a ideia de território. Ressalta-se que a compreensão desses conceitos é de grande importância para embasar as interpretações acerca da ideia de identidade territorial

² "O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (quilombo, portuguêsado: quilombo)". (MUNANGA, 1996, p. 58).

criada na Comunidade Quilombola dos Arturos, localizada no município de Contagem, Minas Gerais. E, de forma subsequente, serão discutidos o surgimento da comunidade e a relação do espaço social com o município. Em seguida, será analisada a importância do registro de patrimônio cultural que a comunidade supracitada recebeu do município de Contagem, além dos conceitos de patrimônio cultural. Por fim, será destacada a relevância das leis que asseguram a permanência do território quilombola tendo em vista a iminência de ataques a essas comunidades.

Quanto à metodologia, foram feitas pesquisas no Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico com artigos, dissertações e teses sobre o assunto além do aporte bibliográfico de livros que circundam a temática. Ademais, foram realizadas consultas no dossiê de registro de bem imaterial realizado pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) a fim de se compreender a comunidade pela perspectiva de patrimônio cultural.

CONCEITOS IMPORTANTES PARA A IDEIA DE IDENTIDADE TERRITORIAL

De acordo com Santos e Silveira (2003), o estudo do território não se condensa unicamente na materialidade, faz-se necessário entender o território em sua total amplitude, ou seja, como elemento político e social. Logo, a interferência humana em um determinado espaço pode engendrar outros fatores constitutivos que, em conjunto, formam a identidade do território. Do mesmo modo, para embasar tal ideia, é importante discutir os conceitos de território, territorialidade e toponímia. Todos eles são cunhados nos estudos da geografia, mas abrangem outros aspectos das ciências humanas e sociais.

O território denota o que seria a parte física, passível de uma formalização e quantificação, uma contagem do espaço físico. “Dessa forma, a palavra território possui um inerente significado jurídico, que abrange três importantes conotações: dominação, através do poder do soberano; interdição, devido ao controle territorial; e demarcação, dadas as fronteiras físicas” (LE BERRE, 1995 *apud* SANTOS, 2009, p. 3). Já a territorialidade pode ser definida como uma construção social. São as relações humanas formadas espacialmente no território, ou seja, as relações sociais, políticas e afetivas construídas no âmbito territorial. “Assim, a territorialidade resultaria de uma construção social (moldagem de condicionantes espaciais) – são relações sociais formatadas espacialmente.” (SANTOS, 2009, p. 6).

Os dois conceitos se fazem presentes na vivência da comunidade quilombola supracitada. O território dos Arturos, juridicamente, é um local muito benquisto no município e é oficialmente de posse da Comunidade. Além disso, a ocupação do local aconteceu a partir do início do século XX, o que culminou longos anos de vivência e de mudanças no espaço físico de acordo com a demanda da comunidade junto com o crescimento do núcleo familiar. Porém, para além do conceito físico, o espaço faz parte da territorialidade, ou seja, existe uma ocupação social, religiosa, afetiva e política que constitui o território dos Arturos. Como forma de exemplificação, é possível apontar o caso da casa paterna onde vivia um dos filhos do patriarca, o senhor Mário. Nesse local ocorria a prática da benzeção, logo se observa o espectro religioso na ocupação territorial, um fator menos físico e mais social. Assim, observa-se que essas práticas abrangem um conjunto composto pelo território, pela cultura africana e também pela cultura local, tendo em vista que a prática de benzer é algo ancestral.

As benzeduras, o grande conhecimento das plantas que curam, eram privilégios que os africanos passavam de geração para geração. Na doença, distanciados de recursos médicos, os cativos tinham guias, terrenos e extraterrenos, a eles confiando seus males, e deles recebendo mezinhas e eflúvios.” (FONSECA, 1978 p. 122-3 *apud* GOMES; PEREIRA 1988, p. 134).

Com isso, surge a noção de afetividade territorial, e, com base nessa ideia, pode-se destacar o conceito de topofilia, termo utilizado por Yi-Fu Tuan: “é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5). Esse autor ganhou destaque sobretudo em 1970 por desenvolver trabalhos da geografia humanística, que dialoga com a ideia de território e com as ciências sociais. Logo, quando se discute as relações com o espaço presentes na comunidade, aparece frequentemente o fator afetividade. Assim, as relações topofílicas estão presentes na identificação dos moradores com o lugar, o território, no conhecimento pessoal de cada um em relação ao que representa a comunidade dos Arturos e a afetividade, permeada de lembranças íntimas produzidas pelo meio ambiente natural, que dá sensação de pertencimento. Isso em conjunto com a ancestralidade e a manutenção de práticas culturais que remetem a cultura afro-brasileira.

A COMUNIDADE DOS ARTUROS E SUA TRAJETÓRIA

A comunidade dos Arturos se localiza em Minas Gerais, no município de Contagem, que atualmente faz parte da região metropolitana da capital mineira, Belo Horizonte. O mapa abaixo (Figura 1) mostra a cidade inserida no país e no estado. Já no mapa subsequente (Figura 2), é possível compreender a localização do município em relação ao seu limite com outras cidades metropolitanas de Belo Horizonte.



Figura 1 Localização de Contagem em Minas Gerais.
Fonte: CONTAGEM, 2022.



Figura 2 Localização do município segundo o IBGE 2005.

Fonte: CONTAGEM, 2009.

A cidade tem sua origem no período colonial. Segundo Rodrigues (2019), já nos primeiros anos do século XVIII, havia um esboço do que seria futuramente o município de Contagem. Naquele período, na região das Abóboras, como era conhecida, existia um posto de fiscalização ou registro oficial da Coroa Portuguesa.

Esse local servia de entreposto de viajantes que tinham como destino as regiões de exploração aurífera. O objetivo era fiscalizar e evitar o contrabando de pedras preciosas. Além disso, a região, ao longo do tempo, abrigou uma ocupação que começou a se formar na região, tornando-se um vilarejo.

Passados alguns anos do começo da cidade, mais especificamente no final do século XIX, teria chegado a Minas Gerais, como um sujeito escravizado, Camilo Silvério. De acordo com Gomes e Pereira (1988), ele chegou ao Brasil em um navio negreiro vindo de Angola de acordo com a documentação levantada pelos inventários. Os autores destacam que Camilo Silvério se casou com uma escrava alforriada chamada Felisbina Rita Cândida. Nesse casamento nasceram seis filhos, entre eles, em 1885, Artur Camilo Silvério, que nasceu em um período em que a Lei do Ventre Livre (1871)³ era vigente, portanto não era um escravizado. Ele se casou com Carmelinda Maria da Silva; os dois tiveram 10 filhos e vieram morar em Contagem, na localidade então conhecida como Domingos Pereira no início de 1940. Entretanto já frequentavam a cidade em períodos anteriores:

Embora seus filhos tenham nascido na região da atual cidade de Esmeraldas, foram batizados em Contagem, o que justifica a falta de referência sobre os Arturos na

³ A Lei do Ventre Livre foi assinada pela Princesa Isabel e promulgada em 28 de setembro de 1871, considerando livre todos os filhos de mulheres escravas nascidas a partir de então de acordo com o Art. 1º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

Paróquia de Santa Quitéria. Ainda nesse período, de 1912 até meados de 1940, o casal e seus filhos, se deslocavam da Fazenda para celebrar o Reinado/Congado de Nossa Senhora do Rosário em Contagem. Esse trânsito indica que Esmeraldas constituía-se no local de trabalho e moradia, enquanto o espaço de sociabilidade e religiosidade continuava sendo Contagem. (IEPHA, 2014, p. 58).

Com o passar dos anos, e com o aumento da família, a comunidade se estruturou e ficou conhecida pelo nome de seu patriarca Artur. Os Arturos se formaram com características ancestrais, com destaque para a religião, dessa forma, houve sempre a preservação dos valores do Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Importante ressaltar a influência ancestral africana na religiosidade da comunidade. “Os Arturos inserem-se nesse painel histórico como guardiões de tradições desprotegidas pela igreja e como reelaboradores dessa herança dos antepassados no interior do catolicismo” (GOMES; PEREIRA, 1988, p. 148).

No entanto, é válido destacar que, nos períodos posteriores à formação da comunidade dos Arturos, houve a construção Cidade Industrial de Contagem, que foi inaugurada em 1946 (DINIZ, 1981). Com a formação do polo industrial, a cidade abrigou diversas indústrias e passou por um crescimento populacional. Desse modo, a comunidade, mesmo que se configurando como uma comunidade rural, foi influenciada por processos da industrialização, como, por exemplo, o fato de

muitos moradores irem trabalhar nas indústrias e do consumo de alimentos advindos de fora da comunidade aumentar. No entanto, a questão religiosa ainda ficou presente: "As tradições geradas ao longo do tempo permitiu [sic] ao Arturo ser um trabalhador das grandes indústrias, mantendo-se como dançante das festas do Rosário e verticalmente voltado para sua cultura como guardião dos segredos do Candombe" (GOMES; PEREIRA, 1988, p. 188 *apud* IEPHA, 2014, p. 63)

Passando para um cenário mais contemporâneo, segundo as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até a última amostragem populacional, que ocorreu em 2010, o município, que se localiza na região metropolitana de Belo Horizonte, pertencente a Grande BH, tinha mais de 600 mil habitantes. Mesmo assim, observa-se que as tradições que iniciaram o passado colonial continuam sendo preservadas, cabendo, obviamente, ressignificações ao longo do tempo.

Em 2014, ocorreu o processo de registro da Comunidade como bem imaterial, uma atividade bastante detalhada, com a confecção de um dossiê realizado pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). A documentação contém um avolumado levantamento bibliográfico, várias entrevistas da comunidade, levantamentos arquitetônicos, mapas, entre outros recursos. O que ocasionou a aprovação da Comunidade Quilombola dos Arturos

como um bem imaterial da cidade e um patrimônio cultural do estado de Minas Gerais e do município de Contagem.

RELAÇÃO ESPAÇO-CIDADE

É importante considerar ainda que os indivíduos não existem de forma isolada, portanto a formação social é baseada também nas relações estabelecidas com os outros setores da sociedade, como o ambiente citadino. Logo, entende-se a relação dos Arturos como parte inerente do município de Contagem. Isso porque, como ressaltado anteriormente, a chegada do patriarca da Comunidade, Artur Silvério, remete aos períodos iniciais do surgimento da cidade.

Um ponto de exemplificação da relação de expansão do território dos Arturos é o calendário festivo que representa as principais festividades da comunidade, que, por sua vez, espalham-se pela cidade: “Como fator de aliança e elemento agregador da Comunidade, a festa é o tempo sagrado dos Arturos” (GOMES; PEREIRA, 1988, p. 159). Com isso, a territorialidade transparece, tendo em vista que as festas se espalham em vários pontos da cidade em um misto de ritualística, socialização e de ocupação territorial.

Essa expansão territorial da cultura acontece, principalmente, em função das festas de cortejos. Uma das principais características dessas festas é, de acordo ainda com os autores Gomes e Pereira (1988), o ato de rememorar sagrado, o que acontece quando a comunidade e agregados percorrem os caminhos dos antepassados pelos pontos da cidade. Desse modo, “As festas de cortejo simbolizam a volta do Grande Espaço, para recriação do sagrado: percorrer os caminhos trilhados pelos ancestrais é reviver a força de comunicação com o mundo invisível, é participar do mistério dos que já se foram” (GOMES; PEREIRA, 1988, p. 159).

Na imagem seguinte (Figura 3), é possível observar uma ligação mais direta com a ocupação territorial dos Arturos em papel de centralidade. O bairro Jardim Vera Cruz está situado na regional Sede, que fica em uma posição central da cidade. Além disso, é nessa região que ocorrem os principais cortejos e festas dos Arturos. O centro do município de Contagem, localizado na regional mencionada, abriga casarões antigos do século XVIII, a igreja matriz da cidade, um centro cultural e outros bens tombados que fazem parte do circuito histórico citadino. A localização dessa regional é apontada como o local onde a cidade começou a se desenvolver no século XVIII (CAMPOS; ANASTASIA, 1991).



Figura 3 Localização das subdivisões do município de Contagem, com destaque para a regional Sede.

Fonte: Portal da prefeitura de Contagem (SEDE, 2022).

Em uma dicotomia entre as memórias dos ancestrais e a participação dos membros contemporâneos da comunidade, a procissão de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade dos Arturos ocupa o município de Contagem. Registrada como

patrimônio imaterial do estado de Minas Gerais pelo IEPHA, a festa acontece sistematicamente todos os anos no mês de outubro. Com intuito de uma compreensão mais ampla acerca de como a ocupação territorial festiva funciona, é válido observar a localização citadina. A imagem abaixo (Figura 4) apresenta os pontos onde os fiéis caminham no centro da cidade. A tradição mantém esse percurso ao longo dos anos em que a festa acontece, e, desse modo, essa festividade religiosa ocupa o espaço citadino. Na imagem, é possível ver alguns bairros da regional Sede. A procissão começa no Bairro Alvorada, mas tem grande parte do percurso no Centro da cidade, que, como já citado anteriormente, é um dos locais de fundação do município.

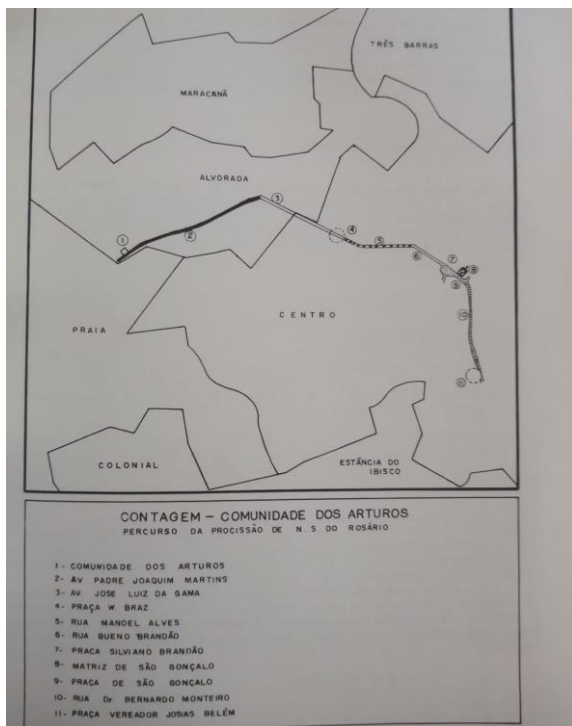


Figura 4 Percurso da procissão da Comunidade dos Arturos na festa de Nossa Senhora do Rosário no município de Contagem, Minas Gerais.

Fonte: Gomes e Pereira, 2008, p. 171.

A procissão faz o seguinte trajeto: saindo da Comunidade, atravessa a rua Padre Joaquim Martins, Rua Manoel Alves, Rua Dr. José Luiz Cunha, Praça Nossa Senhora do Rosário, Rua Bueno Brandão, Praça São Gonçalo, Rua Dr. Bernardino Monteiro e Praça Vereador Josias Belém. São dois pontos de parada: o Centro Comunitário - que os Arturos insistem em chamar de Igreja do Rosário e o Cruzeiro da Praça Josias Belém. Durante a festa do Rosário o trajeto se dirige à casa dos reis festeiros para uma homenagem aos guardas. (GOMES; PEREIRA, 1988, p. 159).

Um ponto de destaque do percurso do cortejo é a região pela qual ele passa. Ao atravessar esses locais, a ancestralidade e a tradição dos Arturos se unem com a arquitetura e a história da cidade. Nesse movimento, é possível observar então uma relação de identidade territorial, pois o espaço físico do ambiente urbano se conecta com a comunidade em um dos seus aspectos mais valiosos, a religiosidade. Essa relação intrínseca fica clara no seguinte trecho:

Os Arturos reconstroem o itinerário feito pelo pai, detendo-se nos pontos sagrados: sua caminhada parte da casa santa onde “Deus fez a morada”, para a casa paterna, que o amor sacralizou. As outras paradas, os outros mistérios, são os cruzeiros e templos que recebem o canto do Rosário: a cruz da Comunidade – em frente à capelinha, a igreja do Rosário, o Cruzeiro da praça Josias Belém [...] A procissão começa e termina na capelinha da

Comunidade, após o trajeto pelas ruas e paradas nos espaços sagrados. (GOMES; PEREIRA, 1988, p. 160)

A partir da exposição de Gomes e Pereira, é possível perceber o que Carneiro (2017) diz sobre a paisagem desenvolver relação de pertencimento e afetividade nos moradores. Isso se dá através dos laços afetuosos cunhados com elementos característicos da cultura local junto com os espaços físicos, como a capelinha da comunidade, que funciona como um ponto de partida e de chegada das festividades. Logo, a festa começa e termina dentro da capela da comunidade, mas, no decorrer do percurso, espalha-se pelo centro da cidade. Assim, existe um fortalecimento dos laços de topofilia com base na crença religiosa e, “Desse modo, o aspecto religioso é mais um ponto na construção da identidade do lugar e a sociabilidade, bem como a maneira de firmar os laços com o lugar.” (CARNEIRO, 2017, p. 164)

Além disso, existem outras festividades que contemplam o calendário festivo dos Arturos. Segundo o Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural do município de Contagem, entre as principais festas da comunidade tem-se a comemoração do “Dia da Libertação dos Escravos - 13 de maio; a Festa da Abolição, a festa do João do Mato em dezembro e a Festa da Folia de Reis que se inclui no Ciclo Natalino.” (CONTAGEM, 2009, p. 77). Ambas as festividades são desenvolvidas em pontos específicos da cidade, inclusive dentro da comunidade com abertura para o público

externo. Assim, eles também ocupam o território e desenvolvem a identidade territorial, isto é, ocupam os locais com significados próprios da comunidade, pois, no ato de ocupação do espaço físico, é construído concomitantemente um laço social em que se revive a memória dos ancestrais.

O PATRIMÔNIO, AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O APAGAMENTO HISTÓRICO

No que diz respeito ao apagamento histórico, Pollak (1989) ressalta a presença do “não-dito”, em que algumas memórias de grupos, principalmente marginalizados, podem ser esquecidas de forma proposital. Ele aponta que as memórias oficiais são as mais propagadas, e, em contrapartida, as memórias subterrâneas, que fazem parte dos excluídos e da minoria, são muito menos exploradas. Essas ideias despertam questionamentos acerca da cultura e do modo de vida dos afrodescendentes no Brasil, que, devido a problemas como o racismo estrutural, tendem a ser apagadas ou esquecidas. Com isso, é válido considerar que as comunidades quilombolas são ricas no que concerne à cultura negra e podem ser um contrapelo a esse esquecimento proposital.

Devido às questões do racismo arraigado, os patrimônios que se relacionam com a população e cultura negra são duramente reprimidos. Velho (2006) relata, em seu texto “Patrimônio, Negociação e Conflito”, o tombamento de um dos primeiros patrimônios afro-brasileiros, o terreiro de candomblé de Casa Branca, que datava 150 anos. O terreiro, assim como comunidade Quilombola dos Arturos, estava situado em um local de grande especulação imobiliária, o que fez os órgãos governamentais atrasarem o processo de tombamento. Somado a isso, nota-se a desvalorização da cultura popular em relação às arquiteturas coloniais advindas dos colonizadores europeus.

Cabe lembrar que, até aquele período, o estatuto do tombamento vinha sendo aplicado, basicamente, a edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira. As primeiras principais medidas de legitimação e proteção ao patrimônio foram tomadas, sobretudo, em relação a prédios coloniais e, em menor proporção, aos do período do Império e da Primeira República. (VELHO, 2006, p. 237).

Similarmente, existe uma forte resistência em prol do reconhecimento dos patrimônios imateriais afro-brasileiros, inclusive das terras quilombolas. Os remanescentes, em grande medida, passam por ameaças constantes para assegurar suas terras:

Os movimentos negros lutaram durante quase um século para reconhecimento social da importância dos quilombos na história nacional. Estas lutas de reconhecimento transformaram as comunidades de quilombo em símbolo da resistência negra contra a dominação escravista criminosa e, depois da abolição do escravismo, como marco das lutas contra a dominação racista eurocêntrica. (CUNHA, 2011, p. 166).

Assim como descrito no trecho de Cunha (2011), apesar da repressão, ocorreram diversas mobilizações por parte dos movimentos em prol da negritude para o reconhecimento territorial e cultural das terras quilombolas. O ato de registro desses locais remete à manutenção da cultura que se mantém nesses espaços. Tal reconhecimento é, inclusive, um direito assegurado juridicamente. Com o registro dessas comunidades como patrimônio cultural do país, esses povos e essas culturas saem do lugar de marginalizados, em que estiveram tantas vezes, para ocupar o seu devido lugar, ou seja, como elementos construtivos do Brasil.

A COMUNIDADE DOS ARTUROS COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE CONTAGEM - MG

Segundo o site do IEPHA, em 2014, a Comunidade Quilombola dos Arturos, bem como suas manifestações culturais, foi registrada como patrimônio imaterial na categoria Lugar. De acordo com o dicionário do Patrimônio Cultural, "A categoria Lugar compreende demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente" (LEITE, 2004, p. 35 *apud* TEIXEIRA, 2012). Sendo assim, compreende-se que a categoria Lugar não trata apenas das demarcações físicas, mas também das simbólicas no espaço, nas quais é criada uma série de lugares de interação e de práticas culturais coletivas. Essa categoria, mais uma vez, reforça a ideia de identidade territorial construída na ocupação de espaços de forma afetiva.

Dessa forma, a categoria lugar remete à classificação de patrimônio imaterial. De acordo com a definição do IEPHA:

O Patrimônio de natureza imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e

contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IEPHA/MG, 2014, p. 7)

Com isso, a comunidade se oficializou como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Minas Gerais, e isso se sucedeu como necessidade de preservação da memória e da ancestralidade negra.

O registro da Comunidade dos Arturos também foi realizado no âmbito municipal em 2014 como patrimônio imaterial de Contagem pelo COMPAC - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Entre as justificativas, destaca-se que, em meio das manifestações culturais dos Arturos, existe a preservação cultural por meio das festividades da comunidade, que detêm traços característicos da religiosidade cultural, além de outros aspectos da comunidade que remetem a características importantes da vivência negra, como a culinária, os saberes e a arte. Esse registro realizado pelo município tem a proteção da Lei Municipal Nº 4.647/2013, que prevê, no artigo 118, a proteção e manutenção de bens imateriais da cidade.

OS QUILOMBOS E TERRAS REMANESCENTES COMO DIREITO

Segundo o CEDEFES, a ideia de quilombo é bastante ampla: “o conceito de quilombo vai muito além dos antigos grupos descendentes de escravos fugidos dos períodos colonial e imperial.” (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, 2008, p. 31). Por isso, temos outros modelos de grupos denominados quilombolas que surgiram e, para designá-los, usa-se a nomenclatura terras remanescentes. Seriam essas terras locais que abrigam comunidades negras que, por sua vez, detêm características culturais afro-brasileiras. Em caráter de problematização, a palavra remanescente rememora algo que sobra, no sentido de ser apenas um resquício. Logo essa terminologia pejorativa das comunidades já mostra um modo de descredibilizar a importância desses locais para a manutenção da cultura brasileira. De acordo com Andrade e Treccani (2000):

Do ponto de vista antropológico este termo não seria o mais adequado para qualificar tais comunidades. Trata-se de uma denominação que define o grupo pelo que ele já não é mais. Observe que este não é qualificado nem mesmo como “descendente” mas “remanescente” de quilombo. Um termo que remete a uma noção de resíduo, de algo que já foi e do qual sobraram apenas reminiscências – seriam,

portanto, grupos que não existem mais em sua plenitude. (ANDRADE; TRECCANI, 2000, p.2)

Muito embora o termo possa ser questionável, a Constituição de 1988⁴ assegurou a esse modelo de comunidade o direito de cunho cultural e patrimonial. No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi reconhecido o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos que estivessem ocupando suas terras terem a propriedade definitiva destas, devendo o Estado liberar as titulações. Um ponto de importância no que tange as terras quilombolas é que, segundo a Constituição, a propriedade começa a ser reconhecida para a comunidade, e não apenas individualmente. Assim, os grupos étnicos são reconhecidos em conjunto. Ademais, no Artigo 215⁵, afirma-se ser dever do Estado assegurar as manifestações afro-brasileiras. Isso inclui, evidentemente, as terras remanescentes quilombolas.

Entretanto, foi em 2003, com o Decreto Federal Nº 4.8878, que se definiu o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e

⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

⁵ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Apontou-se também o órgão de âmbito federal responsável para realizar esse processo, que foi o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Somado a isso, foi criada a FCP (Fundação Cultural Palmares), responsável por implantar políticas públicas efetivas e preservar os bens culturais da população negra.

Com esse panorama sobre a legislação e as medidas de proteção relacionadas às terras remanescentes, é possível ver que judicialmente os direitos existem, no entanto há empecilhos que impedem a existência dos quilombos contemporâneos. Entre eles, temos a pouca representatividade dentro dos órgãos de proteção como a FCP, que atualmente tem atitudes conservadoras e pouco representativas no que tange a proteção da população negra. Como exemplificação dessa postura controversa da FCP, temos:

Esta atuação é caracterizada pela influência de opiniões anticientíficas, "antipolíticas" e antiambientalistas, por uma comunicação agressiva e uma militância virtual raivosa. A construção de discursos e atuação com essas características geraram manifestações de repúdio dos movimentos negros e de cinco ex-presidentes da Fundação Palmares. (SANTOS *et al.*, 2021, p. 12)

Para além dessa falta de apoio e representatividade dentro dos órgãos de proteção, há demasiadas tentativas de invasão advindas dos conflitos agrários em que diversas comunidades sofrem graves ataques. Agregado a isso, em quilombos próximos a centros urbanos, tem-se a especulação imobiliária que tenta apartar de todo modo as comunidades. É o caso da Comunidade dos Arturos, que fica próxima a um bairro benquisto do município, e, por isso, tende a passar por um processo de segregação. No entanto, atividades como festas e procissões na cidade são um subsídio para ocupação dessa população em locais que são de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, algumas considerações podem ser apontadas. Primeiramente é notório que a ideia de território é ampla. Com base no arcabouço teórico utilizado no trabalho, dois novos conceitos foram acrescentados na discussão sobre a vivência na comunidade, são eles a topofilia e a territorialidade. Ambos podem ser utilizados para compreender que ocupação territorial vai além de ser unicamente o espaço físico. Ao longo dos anos foi construída uma identidade territorial, ou seja, uma representação afetiva, social, religiosa e política do território. Esse conjunto de relações foi cultivado principalmente devido às festividades realizadas na comunidade além das festas religiosas que norteiam, principalmente, a Nossa

Senhora do Rosário. Todo esse conjunto foi formado através das relações que foram constituídas na comunidade dos Arturos. Assim, esses novos conceitos, cunhados por tais estudos contemporâneos, são elucidativos no que diz respeito a uma melhor compreensão da ideia de identidade coletiva que pode se desenvolver em um determinado território.

Além disso, pode-se afirmar que a comunidade dos Arturos é um grande referencial de conservação das tradições afro-brasileiras no município. Isso fica perceptível através da ocupação territorial em vários pontos da cidade, principalmente na área central, que tem seu surgimento no período colonial. As festas religiosas ou de outro cunho são realizadas em vários momentos do ano, por exemplo, a Festa da Abolição, realizada em maio. Em todos esses momentos, a cultura é evocada em função da musicalidade, das vestimentas, ritos, ofícios e os outros traços que demonstram a afinidade com a cultura afro-brasileira. Ainda, nas procissões em prol da Nossa Senhora do Rosário os membros espalham a fé atrelada à cultura no município.

Devido a essas manifestações culturais, é válido fomentar a importância do registro da comunidade como bem municipal e estadual. Como descrito neste trabalho, esse registro aconteceu em 2014, e, com isso, a comunidade que, por sua vez, já tinha certa visibilidade no que se refere à resistência negra, teve um ganho de

crédito devido aos estudos realizados sobre si. Ressaltando a ideia dos estudos, é válido apontar a gama de trabalhos acadêmicos que têm como tema os Arturos. São teses, dissertações, artigos de revistas acadêmicas etc. Isso reforça a ideia da importância da validação como patrimônio imaterial e reafirma a noção de quilombo relacionada à história da mobilização da comunidade negra para a conquista de direitos. Com isso, o registro assinala a comunidade na categoria Lugares, que insere os Arturos com um bem característico de atividades de uma série de espaços de sociabilidade e de práticas culturais coletivas que se expandem através da territorialidade.

Por fim, é importante ressaltar a relevância dos direitos étnicos e os direitos territoriais. A ancestralidade dos Arturos remete aos primórdios da fundação da cidade. Ao longo dos anos do desenvolvimento de Contagem, a manifestação cultural da comunidade sempre esteve no ambiente citadino. As procissões citadas no trabalho são tradicionais na cidade, portanto, antes mesmo da demarcação dos territórios, ou seja, da compra e venda dos espaços da cidade, a tradição dos Arturos já estava presente. E por isso a relevância de se trabalhar a identidade territorial e a existência dos direitos étnicos, pois o espaço da cidade é dotado de significados que preservam os Arturos e a cultura afro-brasileira. Entende-se assim o valor da cultura negra no território e no espaço de vivência do município.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L; TRECCANI, G. Terras de Quilombo. *In*: LARANJEIRA, R. (coord). **Brasileiro Direito Agrário**. São Paulo: LTR, 2000.
- CAMPOS, A. A.; ANASTASIA, C. M. J. **Contagem**: origens. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1991.
- CARNEIRO, K. A. S. **Percepção Intergeracional de paisagens urbanas**: estudo de caso da comunidade dos Arturos. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/IGCC-AWTH5S>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA - CEDEFES. **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica\CEDEFES, 2008.
- CONTAGEM. *In*: Wikipedia, the free encyclopedia. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Contagem>. Acesso em: 17 ago. 2022
- CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Prefeitura Municipal de Contagem. **Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural do Município de Contagem, MG**. Contagem: Acervo Cultural Brasileiro Ltda., 2009. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/atlascontagem.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.
- CUNHA JUNIOR, H. A. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 129, 2011 p. 158-167. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/1499> Acesso em: 4 jan. 2022.
- DINIZ, C. C. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- GOMES, N. P. M.; PEREIRA, E. A. **Negras raízes mineiras**: os Arturos. Juiz de Fora: Ministério da Cultura/EDUFJF, 1988.
- INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA/MG. **Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos Contagem**

MG. Belo Horizonte: [s. n.], 2014. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/15-patrimonio-cultural-protetido/bens-registrados/175-comunidade-dos-arturos>. Acesso em: 8 jan. 2022

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, [S. l.], n. 28, p. 56-63, 1 mar. 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 22 ago. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 3-15, 1 jun. 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278> Acesso em: 4 jan. 2022.

RODRIGUES, G. A. O registro, a fiscalização e a terra: a ocupação do território e a influência da administração portuguesa na gênese de Contagem em seus primórdios (1700-1720). **Revista Por Dentro da História**, [S. l.], v.7, ano 6, p. 26-35, 2019. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/pordentrodahistoria-7-20190622104503.pdf?x=20220302042916>. Acesso em: 4 jan. 2022.

SANTOS, C. Território e Territorialidade. **Revista eletrônica Zona de Impacto**, [S. l.], v. 12, ano 11, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html. Acesso em: 27 dez. 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEDE. **Prefeitura de Contagem**, 2022. Disponível em: <https://www.portal.contagem.mg.gov.br/sede>. Acesso em: 17. ago. 2022

TEIXEIRA, L. Lugares. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares#:~:text= Nesse%20sentido%2C%20a%20categoria%20Lugar,35>. Acesso em: 26 jan. 2022.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100009>.

Acesso em: 4 jan. 2022.

INSTRUÇÕES PARA A SUBMISSÃO DE TRABALHOS

A submissão de trabalhos deverá ser feita por meio do portal eletrônico dos *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>, no qual estão as normas, inclusive em inglês e espanhol, para apresentação de trabalhos.

SUBMISSION GUIDELINE

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>

SUMISIÓN Y DIRECTRICES PARA PRESENTACIÓN DE TRABAJOS

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

1. Serão aceitos para apreciação trabalhos das seguintes modalidades:

- artigos de revisão relacionados às diversas áreas temáticas de Arquitetura e Urbanismo;
- artigos de pesquisa, que apresentem novas contribuições para Arquitetura e Urbanismo;
- artigos associados a dissertações de mestrado e teses de doutorado;
- artigos relacionados ao ensino de Arquitetura e Urbanismo;
- projetos de Arquitetura e Urbanismo, discutidos teórica e metodologicamente;
- entrevistas;
- resenhas de livros, artigos e filmes de significativa importância para Arquitetura e Urbanismo.

2. Só serão aceitos trabalhos inéditos e ainda não publicados.

3. A critério do Conselho Editorial, poderão ser aceitos trabalhos que não se enquadrem nos itens acima, considerada a sua especial relevância.

4. Os trabalhos deverão atender às seguintes especificações:

- trabalho digitado em Word, na fonte Arial, corpo 11, entrelinha 1,5, página em formato A4, com margens superior, inferior e direita de 2 cm, e margem esquerda de 3 cm;
- o trabalho completo (incluindo resumos, notas, ilustrações e referências bibliográficas) deverá ter, no mínimo, 12 e, no máximo, 20 páginas;
- título e subtítulo objetivos, de, no máximo, 50 caracteres, apresentados de modo trilingue (português, inglês e espanhol);
- caso o trabalho seja decorrente de pesquisas, dissertações, teses ou similares, explicitar, em nota de rodapé associada ao título, espaçamento entre linhas simples, como indicado no exemplo a seguir:

Este artigo toma por base investigação em andamento no doutoramento de Maria de Assis, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação de João Martins;

- nome completo do autor ou autores, complementado com as seguintes informações, indicadas em nota de rodapé (uma para cada autor): Formação/instituição, titulação, filiação profissional, como indicado no exemplo a seguir:

Arquiteto pela PUC Minas, mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFMG, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano pela PUC Minas. Professor do Departamento de Expressão Gráfica da PUC Minas;

- resumo do trabalho, apresentado de modo trilingue (português, inglês e espanhol), contendo, no máximo, 700 caracteres cada (contados sem espaços);
- palavras-chave indicadoras do conteúdo do trabalho (mínimo de 3 e máximo de 5), apresentadas de modo trilingue. Sugere-se que ao menos duas das palavras-chave tenham um caráter mais genérico;
- citações e referências bibliográficas devem ser apresentadas segundo o Padrão PUC Minas de Normalização, disponível em http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf;
- as notas devem ser de rodapé;
- as imagens de qualquer natureza (gráficos, figuras, fotos, mapas e outras) devem ser perfeitamente legíveis e apresentadas de duas maneiras:

1. ao longo do texto, em baixa resolução, numeradas, acompanhadas de legendas específicas, com identificação de fonte (as imagens não podem ter problema de direitos autorais);

2. cada uma das imagens inseridas ao longo do trabalho deve ainda ser submetida pelo sistema, conforme consta do “passo 4: envie documento suplementar”. Elas devem estar em formato JPG ou TIF, com tamanho real de, no mínimo, 1.000 pixels na horizontal e altura proporcional, de modo a garantir boa qualidade para a reprodução gráfica. As imagens da versão digital poderão ser coloridas, mas, na versão impressa, serão em preto e branco;

- E-mail e telefone (com DDD) inseridos ao final do trabalho, como indicado no exemplo a seguir:

Contato:

Maria de Assis

mariaassis@gmail.com - (31) 9 8888-7777

(Observação: No artigo será publicado apenas o e-mail do autor.);

- deve-se evitar que tabelas e quadros estejam bloqueados para edição.

5. A identificação de autoria do trabalho será removida do arquivo pela equipe editorial, garantindo, dessa forma, o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares.

6. Condições gerais:

A colaboração de autores e avaliadores não é remunerada.

O artigo estará disponível no site dos *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* por tempo indeterminado, acessível por *link* direto.